

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**Edson Lugatti Silva Bisiati**

**Religião, Secularização e Política:** os impactos da relação entre Bolsonaro e os evangélicos para o pluralismo democrático no Brasil

Juiz de Fora  
2023

**Edson Lugatti Silva Bissiati**

**Religião, Secularização e Política:** os impactos da relação entre Bolsonaro e os evangélicos para o pluralismo democrático no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Instituições e Poder.

**Orientador:** Prof. Dr. Rubem Barboza Filho.

Juiz de Fora  
2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Bisiati, Edson Lugatti Silva.  
Religião, Secularização e Política : os impactos da relação entre Bolsonaro e os evangélicos para o pluralismo democrático no Brasil / Edson Lugatti Silva Bisiati. -- 2023.  
114 p.

Orientador: Rubem Barboza Filho  
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2023.

1. Secularização. 2. Democracia. 3. Populismo. 4. Evangélicos. 5. Bolsonaro. I. Barboza Filho, Rubem, orient. II. Título.

**Edson Lugatti Silva Bissiati**

**Religião, Secularização e Política:** os impactos da relação entre Bolsonaro e os evangélicos para o pluralismo democrático no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Instituições e Poder.

Aprovada em 07 de fevereiro de 2023

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Profº Drº Rubem Barboza Filho – UFJF (orientador)

\_\_\_\_\_  
Profº Drº Diogo Tourino de Sousa – UFJF

\_\_\_\_\_  
Profº Drº Fabrício Roberto Costa Oliveira – UFV

À minha mãe, Sandra, e ao meu pai,  
Antônio, pelo imensurável apoio e amor.

## AGRADECIMENTOS

Escrever os agradecimentos é sempre um desafio para mim, tendo em vista o fato de que é impossível expressar em palavras, o tamanho da gratidão que tenho por cada um dos mencionados. A vida acadêmica não me proporcionou somente relações acadêmicas, muito pelo contrário, adquiri grandes amigos, conheci grandes mestres e intelectuais. E sobretudo, possibilitou-me entender o valor do conhecimento, da educação e da democracia para a vida de todos nós.

Começo agradecendo aos meus pais, pelo apoio e pelo amor que possuem por mim. Agradeço à minha mãe, Sandra Cristina, por ter ficado ao meu lado em todos os sentidos e ter sido meu alicerce em meio às adversidades que apareceram pelo caminho. Sei que não foi fácil lidar com meu estresse durante as aulas remotas em sua casa, também sei que, quando saí de sua casa novamente, dessa vez para morar em Juiz de Fora/MG, a saudade apertou. Sua bondade me inspira, mãe! Te amo imensamente!

Agradeço a meu pai, Antônio, pelo apoio, amor e carinho que sempre teve por mim. Foram seus incentivos para que desde pequeno eu fizesse boas leituras, que me despertaram o desejo de ir para as Ciências Sociais. Te amo muito, pai!

Gostaria de agradecer aos amigos que a vida universitária me presenteou. Primeiramente, à minha irmã de outra mãe, Lara, que foi minha parceira de graduação e de mestrado. A nossa amizade, forjada em 2017, significa muito para mim. Sem você, toda minha trajetória acadêmica não teria a menor graça. Ao meu amigo Caio Martins, que na graduação não mediu esforços para me ajudar. E no mestrado, embora estivéssemos em departamentos diferentes, seguiu sendo um companheiro incrível. Seu apoio foi e é essencial. À minha amiga Paula Viol, pelo apoio dado desde os tempos de pesquisa na UEMG, mas, especialmente na reta final do mestrado, por ter me concedido abrigo e ter sido um amparo acadêmico para que eu chegasse até aqui.

Agradeço também, aos meus amigos Fábio, Alexandre, Patrick, Victor, Eric, Guilherme, Samuel, Marcela, Vitor Presoti, Layane, Paulsen, Mycow, Wender, Thiago, Lucas e Anderson, por terem feito desses últimos anos e meses os mais alegres e vibrantes da minha vida.

Quero também manifestar minha gratidão às minhas irmãs Luma, Adma e Grécia e aos meus sobrinhos João Pedro, André e Yuri, amo vocês! Não poderia

esquecer de mencionar os meus avós Jair e Conceição Bissiate, que sempre foram peças fundamentais para o meu sucesso. Me sinto privilegiado por ser neto de vocês!

Não poderia deixar de agradecer ao meu mentor e orientador Rubem Barboza Filho. Aprendi muito com sua orientação e com suas aulas e reflexões. Sua sabedoria me fez enxergar a nossa realidade sociopolítica por uma outra ótica e creio que este trabalho é reflexo disso. A gana que você tem pelo debate e pelo conhecimento ficará marcada em minha memória e em meu caminho acadêmico daqui em diante. Muitíssimo obrigado, Rubinho!

Agradeço ao Prof. Fabrício, não só pelo aceite em compor a banca, mas por ser também um amigo e um mentor deste caminho que venho trilhando nas Ciências Sociais. Sua ajuda foi elemento basilar para minha jornada até aqui!

Agradeço também, o Prof. Diogo pelo aceite em participar da banca!

Por fim, agradeço à UEMG-Barbacena por ter sido a instituição que me abriu as portas para a vida acadêmica e a UFJF, em especial ao PPGCSO e à CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo conhecimento a mim repassado! Sem tudo isso, nada seria possível!

El progreso democrático implica ahora complejizar la democracia, multiplicarla. Esto no define un modelo de democracia, es solo la indicación de un trabajo permanente por cumplir, de principios a los que hay que dar vida; recordando que la democracia es ante todo el régimen que no se cansa de preguntarse por él mismo. Es al precio de este esfuerzo y de esta lucidez que podrá perder su atractivo el proyecto populista. A ese precio podrán surgir también emociones auténticamente democráticas que, remitiendo a ideales de solidaridad y benevolencia, constituirán un punto de apoyo para la empresa de instauración de una democracia generalizada y multiplicada (ROSANVALLON, 2020. p. 199).

Fato é que nossa racionalidade secular, por mais que ela pareça evidente a nossa mente de formação ocidental, não o é para qualquer mente. Em sua tentativa de ser evidente, essa racionalidade esbarra em limites. Sua evidência está ligada, de fato, a determinados contextos culturais, o que a obriga a reconhecer que, como tal, ela não é transparente para a humanidade, de modo que não pode ser operacional no todo. Com outras palavras, aquela fórmula universal, racional ou ética ou religiosa, que seja aceita por todos e que poderia sustentar o todo, não existe. Pelo menos no momento atual, ela não é alcançável. Por isso, também o assim denominado etos mundial continua sendo apenas abstração (RATZINGER, 2007, p. 85-86).



## RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a relação entre religião e política no Brasil. Mais detidamente, os impactos que o elo político-religioso do governo Bolsonaro com o segmento evangélico inserido no cenário político podem causar no espaço público e na garantia de nossa pluralidade sociopolítica e sociorreligiosa. Partimos do debate sobre o fenômeno da secularização e o lugar do elemento religioso no mundo moderno e contemporâneo, sobretudo, das perspectivas teóricas e analíticas que enxergam a linguagem religiosa como parte do tecido social nas mais diversas sociedades. Sendo assim, nosso trabalho se insere tanto no campo da sociologia da religião, como na área da ciência política inclinada a observar o nexo entre a esfera do religioso com o do político. Nossa metodologia é qualitativa e se ampara numa ampla revisão de literatura, que versa sobre a secularização e o lugar do sagrado na *modernidade* e no contemporâneo; no campo das ciências sociais que investigam o fenômeno religioso evangélico no Brasil e nos trabalhos que analisam tanto o populismo de direita e extrema-direita, como os que observam o avanço conservador na política atual, especialmente o da realidade nacional. Isso nos permite observar a demografia religiosa mais recente do ocidente e do continente latino-americano, bem como a configuração e os impactos da presença evangélica no ambiente político brasileiro das últimas décadas, e examinar aspectos da relação política do governo de Bolsonaro com os evangélicos, como as nomeações de figuras do mundo evangélico para altos cargos no governo federal, decretos e leis do presidente em aceno ao segmento, e em especial os discursos, pronunciamentos e falas de Jair Bolsonaro e também de lideranças religiosas do grupo, norteadas por uma linguagem populista de fundo cristã reacionária. Após esse movimento, apresentamos nossa principal hipótese: em tese, a religião presente no espaço público não oferece um perigo aos regimes democráticos de fundo pluralista, mas quando cooptada por políticos populistas e lideranças religiosas reacionárias e intolerantes, como é caso de Bolsonaro no Brasil e de parcela significativa do segmento evangélico, configuram aspecto nocivo à política democrática.

**Palavras-chave:** Secularização; Democracia; Populismo; Evangélicos; Bolsonaro.

## ABSTRACT

The present work aims to analyze the relationship between religion and politics in Brazil, more thoroughly the impacts that the political-religious link of the Bolsonaro government with the evangelical segment inserted in the political scenario, in the public space and in the guarantee of our socio-political and socio-religious plurality. We start from the debate about the phenomenon of secularization and the place of the religious element in the modern and contemporary world, especially from the theoretical and analytical perspectives that see religious language as part of the social fabric in the most diverse societies. Thus, our work is inserted both in the field of sociology of religion, as in the area of political science, inclined to observe the link between the sphere of the religious and the political. Our methodology is qualitative and is based on a wide literature review, which deals with secularization and the place of the sacred in modernity and the contemporary; in the field of social sciences that investigates the evangelical religious phenomenon in Brazil and in works that analyze both right-wing and extreme-right populism, as those who observe the conservative advance in current politics, especially the national reality. This allows us to observe the most recent religious demographics of the West and the Latin American continent; the configuration and impacts of the evangelical presence in the Brazilian political environment of recent decades; and examine aspects of the political relationship of the Bolsonaro government with evangelicals, such as the appointments of figures from the evangelical world to high positions in the federal government, decrees and laws of the president in nod to the segment, and especially the speeches, statements and speeches by Jair Bolsonaro and also by religious leaders of the group, guided by a populist language of reactionary Christian background. After this movement, we present our main hypothesis: in theory the religion present in the public space does not offer a danger to democratic regimes of pluralistic background, but when coopted by populist politicians and religious leaders reactionary and intolerant, as is the case of Bolsonaro in Brazil and a significant portion of the evangelical segment, configure harmful aspect of democratic policy.

**Keywords:** Secularization; Democracy; Populism; Evangelicals; Bolsonaro.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Jair Bolsonaro na Marcha para Jesus em São Paulo no ano de 2019.....	73
Figura 02 - Bolsonaro e o então Ministro da AGU André Mendonça.....	80
Figura 03 - Bolsonaro em evento com pastores no Planalto.....	84
Figura 04 - Número de agendas de Bolsonaro com evangélicos no período pré-eleitoral de 2022.....	87

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Tamanho, projeção de crescimento dos maiores grupos religiosos na América do Norte, 2010-2050 .....	38
Tabela 02 - Tamanho, projeção de crescimento dos maiores grupos religiosos na Europa, 2010-2050.....	39
Tabela 03 - Representação evangélica no Congresso Nacional, por Igrejas (1984-2006).....	56
Tabela 04 - Representação evangélica por denominações no Congresso Nacional em 2010.....	57
Tabela 05 - Representação evangélica por denominações no Congresso Nacional em 2014.....	58
Tabela 06 - Representação evangélica por denominações no Congresso Nacional em 2018.....	59
Tabela 07 - Representação evangélica por denominações na Câmara dos Deputados eleita em 2022.....	60
Tabela 08 - Os quatro indicadores de comportamentos avessos à pluralidade política e religiosa.....	70

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>SECULARIZAÇÃO, LAICIDADE, MODERNIDADE E ESPAÇO PÚBLICO.....</b>	<b>21</b>
2.1	O DECLÍNIO DO SAGRADO PERANTE O AVANÇO SECULAR NO PENSAMENTO MODERNO.....	22
2.2	UMA BREVE INCURSÃO SOBRE O CONCEITO LAICIDADE.....	25
2.3	PERSPECTIVAS ALTERNATIVAS SOBRE A SECULARIZAÇÃO.....	28
2.4	AS TRANSFORMAÇÕES DA DEMOGRAFIA RELIGIOSA NO MUNDO OCIDENTAL.....	36
<b>3</b>	<b>A INSERÇÃO DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA BRASILEIRA.....</b>	<b>44</b>
3.1	BREVES APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA E AS CARACTERÍSTICAS DO PROTESTANTISMO NO BRASIL.....	45
3.2	CARACTERÍSTICAS DO PENTECOSTALISMO E SEU PROTAGONISMO NO ESPAÇO PÚBLICO E RELIGIOSO.....	47
3.3	EVANGÉLICOS NA POLÍTICA NACIONAL PÓS-1980: A CONFIGURAÇÃO DA BANCADA EVANGÉLICA NO CONGRESSO NACIONAL.....	53
3.4	A RELAÇÃO ENTRE A DIREITA E OS EVANGÉLICOS NA CONJUNTURA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA.....	62
<b>4</b>	<b>O NEXO POLÍTICO-RELIGIOSO ENTRE O GOVERNO BOLSONARO E OS EVANGÉLICOS NO BRASIL.....</b>	<b>68</b>
4.1	O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO: 2019.....	71
4.2	O SEGUNDO ANO DE GOVERNO: 2020.....	75
4.3	O TERCEIRO ANO DE GOVERNO: 2021.....	79
4.4	O QUARTO ANO DE GOVERNO: 2022.....	82
4.5	O PERÍODO ELEITORAL DE 2022: A PEREGRINAÇÃO DE BOLSONARO PELO VOTO EVANGÉLICO.....	86
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>91</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização no Brasil, ocorrido na década de 80 do século passado, promoveu significativas transformações em nossa esfera política. Amplos setores da sociedade passaram a integrar o debate público, bem como a angariar espaços institucionais. A Assembleia Constituinte eleita para escrever uma nova Constituição confirmou isso, haja visto que uma de suas principais características foi a diversidade de setores sociais ali representados. Dentre esses, a eleição de parlamentares evangélicos, em especial nomes ligados ao pentecostalismo, inaugurou um vigoroso ativismo político pentecostal na sociedade brasileira (MARIANO, 2011). A ideia de ação/mobilização política e protestantismo não era mais algo exógeno no ambiente político nacional, e sua chegada às instâncias decisórias passou a significar um novo vetor para o conservadorismo no país (PIERUCCI, 1989).

Essa expressiva inserção de um determinado grupo religioso na esfera da política moderna e contemporânea é também fruto do *pluralismo*, que permite com que diversos atores do universo religioso se insiram na arena pública (PY & REIS, 2015). Além disso, o que essa relação entre o âmbito religioso e político – não só, mas especialmente no sul global – tem demonstrado, é que o processo de secularização da vida social é mais complexo do que a interpretação corrente nas ciências sociais de que paulatinamente a religião perderia espaço social com o avanço da *modernidade*. Outras perspectivas teóricas, epistemológicas e analíticas, vêm procurando não somente apontar os limites do olhar clássico acerca desta questão, mas apresentar outras análises e interpretações sobre o fenômeno a partir do recrudescimento de diversas formas de religiosidade nas mais diversas sociedades do contexto hodierno.

Intelectuais como Charles Taylor, Peter Berger, José Casanova e Talal Asad, são alguns dos principais nomes dessas perspectivas que pensam a secularização por uma outra ótica. Em suma, o que eles procuram apontar é que o elemento religioso não ruiu como imaginado na sociedade moderna, mas passou a ser um dentre os vários caminhos e opções de crença – ou não – dos indivíduos, além de perceberem que o avanço de democracia-liberal e por consequência do pluralismo, catalisaram o crescimento de linguagens religiosas sob as mais variadas sociedades, tensionando, inclusive, interpretações que relegavam o papel da religião

somente à esfera privada da vida, escamoteando sua presença no espaço público (BERGER, 2017, TAYLOR, 2007, CASANOVA, 2009, ASAD, 2003).

Essa espécie de recalibragem do(s) conceito(s) de secularização nos permite analisar a importância que o campo evangélico vem tendo no cenário sociopolítico brasileiro. Seu avanço no âmbito do poder, promovido especialmente pela abertura política nacional, é também fruto de seu crescimento demográfico e de sua acelerada difusão por meio da proliferação de novas igrejas – em sua maioria vinculadas ao espectro do pentecostalismo – na geografia religiosa nacional. Diante disso, Juliano Spyer (2020) afirma que não é mais possível pensar nossa estrutura social e política sem levar em conta o público evangélico por aqui capilarizado. Para Guadalupe (2020), os evangélicos nunca tiveram papel tão relevante na política dos países americanos como atualmente. Já Alencar (2018) enfatiza que o protestantismo é a religião de grande porte com influência mais recente na história do Brasil, se dinamizando e se difundindo rapidamente em nossa vida social.

Mas, antes de prosseguirmos, cumpre ressaltar que neste trabalho o uso dos termos protestante e evangélico pensando o continente latino-americano e mais detidamente o Brasil. Os termos recobrem a esfera religiosa formada por denominações cristãs forjadas na Reforma Protestante ocorrida na Europa do século XVI. De maneira que, tanto o termo protestantismo como evangelicalismo se referem às denominações protestantes históricas (Luterana, Anglicana, Presbiteriana, Congregacional, Metodista e Batista)<sup>1</sup>, bem como às pentecostais e neopentecostais (principalmente a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino Deus<sup>2</sup>), compondo o complexo e plural quadro deste campo religioso (MARIANO, 2014; MENDONÇA, 2005).

Dito isso, à medida que foi se acentuando a presença evangélica na configuração política do Brasil, o grupo ganhou ainda mais sinergia dentro do campo religioso e da sociedade brasileira. Com isso, narrativas e visões de mundo regressivas e tradicionalistas sobre questões ligadas à esfera dos costumes, da

---

<sup>1</sup> No capítulo deste trabalho intitulado A inserção dos evangélicos na política brasileira, explicito mais detidamente a forma como essas denominações chegaram e se difundiram no mapa religioso nacional. Esboço também algumas de suas características teológicas, ecumênicas e étnicas.

<sup>2</sup> Além dessas, são também consideradas oriundas do pentecostalismo, as seguintes denominações: Congregação Cristã do Brasil, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, Internacional da Graça de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus, dentre diversas outras, que possuem um peso menor na cartografia pentecostal brasileira.

família, educação e direito das minorias, capitaneadas por parte de lideranças do segmento, em especial políticos e pastores de denominações pentecostais e neopentecostais, ganharam mais força e espaço no debate público. De modo que, desde a primeira eleição presidencial direta ocorrida após o fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), os principais líderes do pentecostalismo brasileiro já vocalizavam uma certa preferência por atores políticos mais à direita. Não à toa, naquele período, nomes como Edir Macedo – que é Bispo e líder da Igreja Universal do Reino de Deus –, apoiaram o candidato da disputa presidencial mais inclinado ao campo conservador, Fernando Collor de Mello (PTB)<sup>3</sup>, em 1989. Edir Macedo, especificamente, desferiu inúmeras acusações infundadas ao principal concorrente do pleito, o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva (MARIANO, 2014)<sup>4</sup>.

Nos anos e décadas seguintes, os evangélicos foram se organizando no âmbito político institucional, formando inicialmente um bloco parlamentar no Congresso Nacional e, posteriormente, uma Frente Parlamentar. Embora tenham sido pragmáticos politicamente, apoiando o governo federal de plantão, nunca desistiram de inserir no poder e no debate público seus preceitos religiosos de oposição às mais variadas políticas de cunho progressista, sobretudo na esfera da moralidade e dos costumes. Atuaram tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal para tentar barrar qualquer tipo de avanço na legislação brasileira no que se refere a direitos civis para minorias sexuais e religiosas, se tornando uma face importante da esfera conservadora no tecido social brasileiro.

Na esteira da consolidação dos evangélicos como um de nossos principais setores políticos, vimos ocorrer no Brasil da última década transformações políticas que desvendaram uma gama de questões no seio da sociedade brasileira e na configuração do poder nos mais variados âmbitos, mas especialmente na esfera nacional. As manifestações de rua ocorridas em 2013, inicialmente fundamentadas por pautas e reivindicações difusas – como o questionamento do preço das passagens de ônibus nas grandes cidades, maiores investimentos na educação e na saúde e reforma do sistema político –, passaram a ganhar um tom conservador, com ênfase nos escândalos de corrupção dos governos petistas e reivindicação de menor interferência do poder governamental na economia.

---

<sup>3</sup> Collor, à época, foi eleito pelo extinto Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

<sup>4</sup> Vale mencionar que Edir Macedo passou a apoiar Lula quando o presidente assumiu o poder, mesmo que de maneira pragmática.



Tais acontecimentos foram potencializados pela operação Lava Jato, que buscava investigar crimes de corrupção praticados por agentes públicos e possibilitando o surgimento de movimentos políticos antissistema, declaradamente de direita, que reivindicavam a queda do governo Dilma (PT) e a prisão do, naquele momento, ex-presidente Lula (PT). É importante ressaltar que o candidato derrotado por Dilma nas eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves (PSDB), pediu uma auditoria do pleito eleitoral, colocando em xeque a lisura do processo e questionando nossas instituições. Tudo isso serviu de combustível político para o fortalecimento de narrativas e figuras políticas pouco afeitas ao processo democrático, que se aproveitaram da “onda conservadora” capitaneada por diversos setores da sociedade, como nossa elite econômica e ampla parcela dos evangélicos, para alçar maiores voos na política brasileira (ALMEIDA, 2019).

Crises políticas como essa são consideradas solos férteis para a emergência de lideranças populistas ao palco do poder, amparados por um sentimento antissistema e que passam a reivindicar o lugar de pretensos e verdadeiros representantes do povo na luta contra a elite “corrupta”, além de se colocarem como nomes que não fazem parte da política tradicional (TORMEY, 2019). Ganhou destaque no Brasil, com os acontecimentos acima explicitados, Jair Bolsonaro (PL), um político que, embora fosse um parlamentar federal por mais de vinte anos, se colocou nesta conjuntura política não só como um *outsider*, ou seja, alguém supostamente de fora da classe política, mas como um autêntico representante do “verdadeiro” conservadorismo nacional.

Bolsonaro passou a ser a principal figura de uma direita que se fortaleceu com a recente crise política que passava o Brasil e o nome mais forte desse setor a concorrer à Presidência da República no pleito eleitoral de 2018. Entusiasta da Lava Jato e do período ditatorial iniciado em 1964, foi se notabilizando, também, pela afinidade ideológica com parcelas do campo religioso cristão que eram pouco afeitas às políticas progressistas e/ou de esquerda. Seus pronunciamentos eram cobertos por uma linguagem moralizante político-religiosa, que, conforme elenca Müller (2017), é uma das características dos populistas – principalmente os de direita –, pois fomentam uma imaginação moralista do mundo da política e idealizam a noção de um povo puramente unido e homogêneo que, no caso de Bolsonaro, era o povo cristão de “bem”.

Tudo isso surtiu efeito. A frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, foi o *slogan* da campanha de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, na qual se sagrou vitorioso. Em seu primeiro pronunciamento como candidato eleito, Bolsonaro mencionou versículos bíblicos e creditou sua vitória a Deus e a seus apoiadores. Não fez isso inadvertidamente, afinal, umas de suas principais bases eleitorais foram os evangélicos conquistados pelo discurso de campanha que mobilizava o imaginário cristão conservador – e até mesmo reacionário<sup>5</sup> – existente nas diversas igrejas evangélicas e em setores católicos.

Com isso, é possível perceber que o imaginário regressivo difundido pela maioria dos evangélicos presentes na política nacional e na demografia sociorreligiosa do país se apresenta como um fator de preponderância, no que tange ao fortalecimento do movimento político encarnado em e por Bolsonaro. Como demonstrativo disso também, na conhecida Marcha para Jesus em São Paulo (SP), evento evangélico de repercussão nacional, o Presidente da República Jair Bolsonaro, junto de pastores e aliados políticos, disse em tom de pré-campanha que “Somos a maioria do país, a maioria do bem, e nessa guerra do bem contra o mal o bem vencerá outra vez” (BOLSONARO, 2022). Essa assídua aproximação de Bolsonaro com os evangélicos, como veremos mais adiante, marcou todo o seu governo (2019-2022). Inúmeras vezes o ex-mandatário discursou para o segmento, atacando a esquerda e afirmando ser contrário ao aborto e ideologia de gênero, e ser defensor da família tradicional brasileira e dos bons costumes, pautas centrais dos evangélicos conservadores no Brasil.

Tais reflexões, abrem caminho para pensar algumas questões, como: 1) Até que ponto a tese da secularização das sociedades modernas e contemporâneas ainda desfruta da capacidade de iluminar as relações entre religião e política no mundo atual; 2) De que modo a emergência e multiplicação dos evangélicos – que podem vir a ser predominantes entre os que possuem uma religião no Brasil – altera as nossas formas usuais, mesmo em tempos mais recentes, de relação entre política

---

<sup>5</sup> Basicamente, conservadores não se orientam por um conceito de história marcado pela noção de progresso, pois se amparam na defesa da ideia de tradição e na vinculação entre o passado e o presente. Na perspectiva de Mannheim (1959), o conservadorismo não se pauta simplesmente na defesa do regresso a um passado idealizado, mas se opõe à noção progressista de mudança social e defende a prudência no que se refere à transformação na sociedade, ou seja, o novo deve estar no crivo do tradicional. Já os reacionários, por sua vez, defendem a transformação radical como caminho para reconstrução de um passado perdido, e a rejeição ao presente é variável principal da linguagem política reacionária, tal como, disse Bolsonaro: “Tem que mudar isso que tá aí, tá ok?” (BOLSONARO, 2018).

e religião e entre Estado e religiões; 3) Qual o contexto das oportunidades políticas que potencializou a importância do campo religioso político no Brasil e possibilitou a vitória de Bolsonaro em 2018?; 4) O governo Bolsonaro, mesmo derrotado, deixará como herança o fortalecimento de um pensamento de direita com base nos setores religiosos mais conservadores? De que modo isso se dará e qual o impacto possível no sistema representativo – ou partidário – e nas políticas públicas dos vários níveis da federação? E mesmo nas agendas da dimensão da política e da cultura política, com a permanência e mesmo a ampliação de uma pauta moral conservadora? Ou esta simbiose tentada entre política e religião terá sua força reduzida no governo Lula e no futuro, alimentando apenas bolsões conservadores mais radicais e minoritários?; 5) De forma mais geral: de que modo o protagonismo dos evangélicos no governo Bolsonaro poderá vir a ser uma ameaça ao sistema democrático inaugurado pela Constituição de 1988 e seu regime de direitos?

E é inserido na confluência dessas indagações sobre as questões políticas e religiosas da sociedade brasileira, que apresento as principais hipóteses deste trabalho. Diferentemente da narrativa hegemônica sobre a secularização, amparada principalmente na premissa weberiana de desencantamento do mundo e calcada na ideia de que as religiões iriam influir cada vez menos nos mais variados campos da sociedade, o que supomos, à luz das perspectivas alternativas sobre isso, é que há não só a manutenção de uma maioria religiosa em detrimento daqueles que não creem no mundo ocidental, como também vem ocorrendo um crescimento de diferentes formas de religiosidade, sobretudo do campo do evangelicalismo, na América Latina. De modo que, tais avanços, em tese, não necessariamente significam um perigo aos preceitos pluralistas e laicos de organização política, compondo inclusive a constelação de linguagens sociais, religiosas e políticas próprias de regimes democráticos. Porém, quando religiosidades são cooptadas por lideranças políticas e religiosas – como os evangélicos majoritariamente vinculados ao pentecostalismo – que possuem visões retrógradas sobre o ordenamento da vida social e populistas reacionários como Jair Bolsonaro, há um tensionamento das bases democráticas que balizam a manutenção de um sistema político e de um tecido social tolerante e plural.

Isso nos permite colocar uma outra hipótese: ao longo dos últimos anos esses discursos de grupos evangélicos se fortaleceram – até mesmo nos governos do PT – e colocaram freio em políticas públicas progressistas, como no caso do kit

anti-homofobia, que ficou conhecido como kit gay. De tal maneira que Bolsonaro, enquanto chefe do executivo brasileiro, se apropriou e se uniu a essa crescente força de setores conservadores e reacionários do segmento evangélico no espaço político nacional, e difundiu uma narrativa populista moralizante e bélica de defesa dos valores morais e religiosos inseridos na linguagem dessa esfera do universo judaico-cristão brasileiro.

A metodologia deste trabalho tem caráter qualitativo e consiste, primeiramente, em uma discussão teórica que versa sobre a secularização e seus desdobramentos, além de contar com um breve levantamento quantitativo do número de pessoas religiosas e não religiosas no continente americano e europeu na última década para corroborar o debate proposto sobre o fenômeno da secularização. Esses dados foram coletados através de pesquisas realizadas pelo Instituto Latinobarómetro e têm enfoque no quadro religioso da América Latina. Também foram utilizados dados levantados pelo Pew Research Center, que apuram a projeção do número de crentes e não crentes na América do Norte e na Europa entre os anos de 2010 e 2050, bem como o quadro religioso da última década em países como o Brasil. Vale frisar que esses institutos de pesquisa possuem forte tradição na comunidade científica internacional em se tratando de levantamentos demográficos e pesquisas de opinião.

Posteriormente, é feito um debate teórico e empírico sobre os evangélicos brasileiros, principalmente os de viés conservador e reacionário. Em especial, levamos em conta a participação e influência destes no ambiente político após a ditadura militar. A literatura trabalhada se insere, principalmente – mas não só – no campo da sociologia da religião que pesquisa a esfera do pentecostalismo, sobretudo a escola paulista e uspiana. Além disso, analiso os dados referentes ao crescimento da bancada evangélica no Congresso Nacional entre 1984 e 2022, que foram coletados por meio de pesquisas acadêmicas e levantamentos de jornais e entidades especializadas no legislativo brasileiro, como o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar e o Congresso em Foco/UOL.

Por fim, baseado em uma literatura que estuda o fenômeno do populismo de direita e o recrudescimento de forças conservadoras e reacionárias no Brasil, são analisados – no período que vai do início da gestão de Jair Bolsonaro, em 2019, até o fim de seu governo em 2022 – dados referentes aos discursos e falas proferidas pelo então presidente e lideranças evangélicas, bem como decretos e leis do

governo inclinados em beneficiar os interesses do segmento e nomeações de evangélicos para cargos no Governo Federal. Os discursos e pronunciamentos com viés religioso de cunho cristão de Jair Bolsonaro e de figuras do segmento evangélico foram coletados através de reportagens veiculadas principalmente pelo jornal Folha de S.Paulo. Os decretos e as leis sancionadas pelo então presidente brasileiro, foram recolhidos do site oficial do Palácio do Planalto. Já das nomeações, as fontes foram tanto os informes do jornal Folha de S.Paulo, como o site Agência Brasil, do Governo Federal. É trabalhado também um levantamento do portal de notícias Poder 360 sobre a agenda de pré-campanha de Bolsonaro com religiosos em 2022, assim como pesquisas eleitorais do Instituto Datafolha versando sobre a intenção de voto dos segmentos religiosos no Brasil, especificamente feitas em 2021 e, em especial, no ano eleitoral de 2022.

A partir disso, estruturo a minha dissertação em três capítulos. No capítulo inicial faço uma incursão no debate sobre o fenômeno da secularização, passando por pensadores que em alguma medida apostam na secularização do mundo moderno e no paulatino *desencantamento* das sociedades em relação ao sagrado. Verso também sobre um dos aspectos políticos que nascem na vida moderna, que é a laicidade, e os desdobramentos desse debate junto à questão da religião. Posteriormente, apresento pensadores que traçam perspectivas diferentes sobre a vida secular na *modernidade*, calcados na premissa básica de que a religião não só não perdeu espaço no mundo social como segue ganhando múltiplas configurações, influenciando decisivamente na conformação do espaço público e democrático de diversos países no Ocidente e fora dele – vide a sociedade brasileira. Além de demonstrar como o número de pessoas religiosas segue majoritário no Ocidente e aumentando em regiões como a América Latina, destacando o Brasil como um caso de crescimento do segmento evangélico em sua demografia religiosa, corroborando, assim, com as perspectivas alternativas sobre este debate, mas demonstrando também sua importância em relação à esfera política e religiosa no campo institucional, democrático e sociopolítico, sobretudo, com o recrudescimento de forças político-religiosas pouco afeitas aos preceitos básicos do pluralismo político.

No segundo capítulo, disserto sobre a inserção dos evangélicos na política brasileira a partir dos anos posteriores a 1980 e seu crescimento na política institucional. Para tanto, trago um breve histórico da chegada das correntes protestantes na sociedade brasileira, além de explicitar brevemente as características

teológicas e ecumênicas de cada uma, dando ênfase no pentecostalismo, tendo em vista seu peso na configuração demográfica desse campo religioso no Brasil e sua expressiva capilaridade no espaço público e no debate político das últimas décadas, enfatizando a crescente difusão de uma narrativa religiosa amparada no medo e no conflito com outros horizontes e linguagens do mundo religioso e social. Posteriormente, demonstro como o número de parlamentares do segmento cresceu ao longo dos anos no Congresso Nacional, sendo os pentecostais e os neopentecostais os protagonistas desse avanço, possibilitando, assim, o aumento da influência dos evangélicos na conjuntura política e no debate público. Por fim, trabalho a forma como as pautas morais e políticas de cunho conservador e reacionário dos evangélicos inclinados mais à direita possibilitaram uma potente aproximação política e ideológica com Bolsonaro e vice-versa.

No último capítulo desta dissertação, examino como se deu a relação do governo de Jair Bolsonaro com a ala mais hegemônica dos evangélicos presentes em nossa estrutura política. Trago os discursos, falas e os eventos de Bolsonaro em aceno a esse grupo, onde é mobilizada por ele uma linguagem populista, permeada pela simbologia cristã de raízes tradicionais, além de conter explícitos ataques ao espectro da esquerda, numa clara intenção de promover uma polarização político-religiosa pautada na lógica do “bem” em referência aos cristãos contra o “mal” em alusão ao campo progressista. Além disso, analiso a nomeação de evangélicos para cargos no alto escalão do governo, como forma de aceno político do presidente para as lideranças do segmento, mas também, como meio desses atores de ocuparem, com fim ideológico, espaços estratégicos na burocracia do governo federal, como o Ministério da Educação e dos Direitos Humanos, tido por eles “sensíveis” às ameaças da esquerda. É trabalhado também, como ao longo dos últimos quatro anos se constituiu o papel político e discursivo que os pastores tiveram na conformação desse nexos político-religioso e na acentuação de uma narrativa regressiva e belicosa de confronto aos preceitos básicos do pluralismo político e religioso no Brasil.

Por fim, apresento as conclusões desta dissertação, refletindo todo o conjunto de questões apresentadas no trabalho.

Espera-se que esta dissertação adquira relevância acadêmica por abordar a relação entre a religião e o campo da política, temática essa que tem demandado estudos tanto no campo da sociologia da religião, como da teoria e da ciência política.

## 2 SECULARIZAÇÃO, LAICIDADE, MODERNIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

O debate sobre a relação, limites e os contrastes entre religião e política no pensamento político e social, traz uma série de questões acerca do que imaginar e pautar quando tratamos da junção desses elementos, isso pensando sociedades ocidentais como Estados Unidos, França, Alemanha, mas também, sociedades outras e/ou “ocidentes outros” como o Brasil e sua pulsante diversidade religiosa sempre interligada ao aspecto político.

Necessariamente, quando pensamos isso, o tema da secularização se apresenta. A difundida premissa de que o sagrado perderia espaço para o secular perpassou toda a trajetória das reflexões no campo da teoria política e na esfera das ciências sociais no mundo e no Brasil. Isso nos traz as seguintes questões: é a religião parte do imaginário político brasileiro e, com isso, caminhar junto a essa esfera ou, na verdade, deve estar situada em um campo distinto de nossa institucionalidade política? Essas indagações são fundamentadas nas discussões sobre a laicidade, que é também forjada na modernidade e na linguagem epistêmica secular.

Por isso, tratar de alguns dos desdobramentos acerca do conceito e do fenômeno da secularização nos fornece caminhos para compreender as relações entre religião e política no Brasil contemporâneo, principalmente quando observamos não só uma crescente transformação na demografia religiosa na América Latina e no território brasileiro (FREESTON, 2010), como temos também visto a consolidação de forças religiosas em nosso espaço público e em nossa institucionalidade, além de assistirmos uma liderança política como Bolsonaro ascender ao poder tendo no imaginário cristão conservador e reacionário parte basilar de sua plataforma política e eleitoral.

Assim, dentre a amplitude do debate sobre os caminhos e os possíveis avanços da secularização nas mais variadas sociedades, compreender, mesmo que sucintamente, a maneira como o elemento religioso passa a ser tratado por alguns dos principais pensadores da modernidade que enxergaram no horizonte do sagrado um paulatino caminho de declínio, mas também os que interpretam essa problemática por uma outra ótica, nos possibilita perceber como as visões sobre essa temática influem decisivamente nas interpretações intelectuais e teóricas que giram em torno da dimensão socioreligiosa e sociopolítica, além de fornecer uma

lente conceitual capaz de abarcar a forma como as religiões vem se configurando e se transformando no ocidente secularizado e em nossa região, desaguando em questões que povoam a política contemporânea, principalmente no que se refere às preocupações deste trabalho.

## 2.1 O DECLÍNIO DO SAGRADO PERANTE O AVANÇO SECULAR NO PENSAMENTO MODERNO

A emergência da sociedade moderna significou a transformação da vida social nas suas mais variadas facetas, especialmente no âmbito político, cultural, epistêmico e religioso. A ascensão do Iluminismo como mote central de ordenamento do conhecimento e a ideia da razão como guia das ações humanas forjou as bases para a constituição de uma sociedade que não mais se pautaria nas ações do divino ou no monopólio da religião no ocidente, especialmente o cristianismo capitaneado pelo catolicismo.

Nesse período, filósofos e teóricos sociais enxergavam nessa marcha da racionalidade e do cientificismo a ruína e/ou o fim do pensamento religioso como fenômeno presente no tecido social<sup>6</sup>. Friedrich Nietzsche, em sua obra *A Gaia Ciência* (2001), enxergou a ascensão do cientificismo como o fenômeno que dava fim à ideia de Deus, ou seja, a difusão desse paradigma moderno causaria o esvaziamento da religião como sistema moral basilar da vida social no ocidente.

Além de Nietzsche, outros pensadores conceberam o fenômeno religioso como algo a ser superado pela *modernidade*. Augusto Comte, pai do positivismo, ao delimitar estágios para o avanço do conhecimento, classificou o pensamento mágico e religioso como o estágio primevo e rudimentar, onde inexistia o conhecimento pautado na razão, sendo esse o momento em que ocorre a busca no sobrenatural daquilo que significava o único meio de explicação sobre o mundo. Para o autor, nesse período o homem não era dotado de racionalidade e de ferramentas necessárias para o entendimento da sociedade (COMTE, 1983).

Immanuel Kant, filósofo racionalista alemão do século XVIII, ao trabalhar em sua obra *Crítica da Razão Pura* (2000) questões ligadas à metafísica e à razão

---

<sup>6</sup> Vale ressaltar que os autores citados neste tópico, apesar de pensarem o religioso como fenômeno a caminho de ser superado no mundo moderno, têm teorias e perspectivas analíticas que possuem expressivas diferenças conceituais, além de preocupações epistêmicas diversas.



teorizou Deus como uma das ideias reguladoras da sociedade. Porém, lançou luz à noção de que o Deus transcendente – como o Deus cristão – não é algo que age no espaço e no tempo e, portanto, é inacessível ao mundo da vida. Assim, para Kant, não podemos alcançar o conhecimento através de uma essência transcendente, como concebia a metafísica tradicional (KANT, 2000)<sup>7</sup>.

Nesse sentido, o fenômeno da secularização serviu de base para a construção de teorias e interpretações sociológicas sobre os fatores que catalisaram o avanço da era moderna. Um dos mais paradigmáticos autores dos estudos sobre o tema da secularização é Max Weber. Seu legado analítico sobre a relação entre religião e modernidade veio a se difundir na seara da teoria social e política ao longo do século XX, permanecendo forte na contemporaneidade.

Foi Weber que cunhou o termo “desencantamento do mundo”, cuja premissa é a de que a sociedade na *modernidade* não mais se norteava pelo caráter religioso e/ou pela ação dos deuses. A partir disso, o pensamento mágico foi perdendo espaço para a ação racional do homem e, além disso, o autor não objetivava estudar e entender a religião enquanto tal, mas sim investigar seus aspectos com intuito de compreender o mundo moderno (WEBER, 1982; WEBER, 2007). Com o *desencantamento do mundo*, religião e esfera pública passam a ser campos separados na vida social, e tal concepção passa a influir no modo como se pensa a questão do papel da religião nas instituições políticas e essa separação se consolida no imaginário ocidental laicizante (BURITY, 2020). No Brasil, no final do século XIX, o ideário político-jurídico capitaneado por Rui Barbosa sofreu a influência dessa linguagem secular. Assim, tanto a Proclamação da República como e principalmente a constituição forjada nesse período, postularam juridicamente a separação entre Estado e Igreja. A partir disso, o catolicismo passava a não ser mais a religião oficial do país, embora sua influência política tenha permanecido forte<sup>8</sup>.

Na esteira dessas interpretações acerca do lugar da religião na vida pública e da política na sociedade moderna, Jürgen Habermas, considerado um dos principais pensadores do século XX e da atualidade, se debruçou em teorizar e discutir sobre os dilemas da secularização na contemporaneidade, especialmente

---

<sup>7</sup> Kant, autor que influenciou e foi influenciado pela Revolução Francesa de 1789, lançou uma outra interpretação sobre Deus e a religião, sobretudo na obra *Crítica da Razão Prática* (2003), em que demonstra a complexidade das reflexões do autor sobre a vida moderna.

<sup>8</sup> Miceli (2009) explicita que embora o estado brasileiro tenha se tornado laico, a Igreja Católica seguiu controlando as elites políticas locais e influenciando na esfera política nacional.

com a virada para o século XXI e os acontecimentos que colocaram em xeque os preceitos mais basilares da ideia de separação entre espaço público e religião, principalmente com o ataque de terroristas da Al-Qaeda às torres gêmeas nos EUA em 2001<sup>9</sup>.

Habermas (2007), entende que com o avanço da secularização e da consolidação do Estado liberal, a religião se viu obrigada a abrir mão do monopólio de interpretação do mundo e da normatividade em relação à vida social. Entretanto, com os inúmeros dilemas postos na *modernidade* a essa clássica premissa que separa o espaço secular em detrimento do religioso, se entende que o processo ocidental de secularização é uma dialética inconclusa e permeada por desafios (HABERMAS, 2013).

O autor, ao compreender os limites da noção de secularização da sociedade ocidental, procura propor caminhos para essas problemáticas, discutindo com intelectuais ligados ao pensamento religioso e repensando o lugar do sagrado nas dinâmicas sociais e políticas do mundo ocidental. Em seu entendimento, o campo secular e o religioso devem promover cooperação cujo objetivo é a aceitação da perspectiva de ambos os lados sobre seu lugar na sociedade (HABERMAS, 2013). Embora Habermas reconheça que o recrudescimento de diversas religiões na sociedade ocidental tenha promovido uma tensão nas premissas clássicas da secularização e que, através disso, seja necessário repensar os limites e os meandros da relação do secular com o sagrado, o autor não deixa de lado a interpretação de que a secularização da sociedade aconteceu e seguirá acontecendo<sup>10</sup>.

Em sua obra, *Pensamento Pós-metafísico* (1990), o teórico enxerga que a linguagem religiosa e seu potencial semântico são características fundamentais para o pensamento filosófico, bem como entende que as doutrinas religiosas são

---

<sup>9</sup> Para Araújo, o ocorrido em 11 de setembro de 2001, fez com que Habermas se debruçasse em revisitar o tema clássico da relação entre fé e saber, bem como em diagnosticar a emergência de duas tendências conflitantes no seio da cultura mundial, que se trata, de um lado, da revitalização de comunidades de fé no século XX, e do outro, a propagação de imagens de mundo naturalistas (HABERMAS, 2013).

<sup>10</sup> No livro *Dialética da Secularização: sobre Razão e Religião* (2007), Habermas, deixa claro que segue apostando na secularização como fenômeno ordenador das sociedades e de suas relações com o elemento religioso, pois “entendendo a secularização da sociedade como um processo comum de aprendizagem complementar, ambos os lados estarão em condições de levar a sério em público, por razões cognitivas, as respectivas contribuições para temas controversos” (HABERMAS, 2007, p. 52).

integrantes da genealogia da razão, capazes de fornecer valores normativos que contribuem para a organização do mundo da vida, sem com isso abrir mão do mote secular como parte constituinte e balizadora da sociedade moderna.

O impacto da linguagem secular, certamente, influenciou decisivamente no ordenamento político, jurídico e social de diversas sociedades. Com isso, países, alguns mais cedo e outros mais tarde, se tornaram laicos. Aí, então, o espaço político se diversificou e pessoas não religiosas ganharam protagonismo na esfera política. Por ser fruto dessas transformações oriundas da emergência da vida moderna, compreender alguns aspectos do debate sobre a laicidade, possibilita também pensar os desdobramentos sobre a secularização e a relação das crenças com a esfera pública, principalmente no Brasil.

## 2.2 UMA BREVE INCURSÃO SOBRE O CONCEITO LAICIDADE

O laico e o secular possuem diferenças em suas conceituações. Basicamente, a noção de laicidade é circundada especificamente pela regulação política, jurídica e institucional das relações entre a esfera da religião e da política, da igreja e do Estado em contextos pluralistas. Se refere, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e de suas instituições dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa<sup>11</sup>. Já o conceito de secularização, como acima explicitado recobre processos de múltiplos níveis ou dimensões, se referindo a distintos fenômenos sociais, culturais e políticos, em que se verifica a redução da presença e influência das organizações, crenças e práticas religiosas sob as instituições e o espaço público (MARIANO, 2011, p. 244).

Dito isso, cunhado pelo teólogo de vertente protestante e jurista Hugo Grotius (1583-1643), o termo *Etsi deus no daretur* (mesmo que nenhum deus exista)<sup>12</sup>, fundamentou o Direito Internacional moderno, colocando o ente jurídico como despido da influência religiosa. Essa afirmação foi um dos pontos basilares que catalisou o conceito de laicidade e sua aplicação em sociedades democráticas.

---

<sup>11</sup> Veremos adiante que isso não é necessariamente uma abrupta separação da linguagem sagrada com a esfera política.

<sup>12</sup> GROTIUS, Hugo. **O direito da guerra e da paz**. Trad. de Ciro Mioranza. Ijuí: Unijuí, 2004. (Coleção Clássicos do Direito Internacional).

Quando falamos de laicidade, um marco histórico para o entendimento básico disto está circunscrito no Tratado de Paz em Westfália<sup>13</sup>, assinado em 16 de agosto de 1648, dando um ponto final à Guerra dos Trinta Anos, na qual católicos e protestantes digladiavam pelo seu direito à profecia da fé. Para que se alcançasse a paz, o Tratado outorgou a soberania à máquina política dos reinos. Conforme diz o próprio documento – “*That there shall be a Christian and Universal Peace, and a perpetual, true, and sincere Amity [...]*” –, a paz provém da própria origem comum das religiões: Cristo. Logo, “este marco inaugura dois conceitos importantes para o tema: a superação da tese de origem e legitimação divina do poder do governante e o surgimento da soberania estatal (ZYLBERSZTAJN, 2012, p. 17). Com isso, podemos notar que a laicidade não é um movimento propriamente de negação do religioso, visto que surge mesmo do seio do argumento religioso.

No ocidente, dois modelos de laicidade se destacam, a saber: o francês e o norte-americano. O francês tem como base a total separação da religião com o espaço público. Nesse modelo, professar a fé é algo relegado a esfera privada da vida, ou seja, a política, a educação e todas as esferas do campo estatal não devem ter a influência da linguagem religiosa, mas somente a secular<sup>14</sup> (BISSIATI, LEPORATI, LIGUORI, ANDRADE, 2019). Por outro lado, John Jay, um dos escritores da obra *Federalistas*, quando pensou a ordenação jurídico-política norte-americana pela ótica laica, buscou creditar a pertença religiosa e a crença em Deus como elementos que possibilitam a manutenção de um regime de tolerância (JAY, 1840). Jay teve em John Locke (1632-1704) uma de suas principais inspirações no que concerne ao debate acerca da tolerância e da manutenção de um Estado que não negue a pluralidade sem descartar as premissas cristãs de amor ao próximo (LOCKE, 1976). Portanto, o modelo de laicidade norte-americano tem como mote a virtude de saber conciliar a religião com a República. Nesse contexto, o sagrado é elemento constituinte de seu espaço público (TOCQUEVILLE, 1998).

---

<sup>13</sup> Ver em: [http://avalon.law.yale.edu/17th\\_century/westphal.asp](http://avalon.law.yale.edu/17th_century/westphal.asp). Acessado em 20 de ago. 2022.

<sup>14</sup> Nesse sentido, cabe destacar um caso sobre o tema na contemporaneidade. Giumbelli (2004) traz ao debate a discussão feita pela Comissão sobre a Laicidade criada pela Presidência da República francesa sobre um parecer referente à problemática do véu mulçumano nas escolas. Um ponto curioso destacado pelo autor recai sobre a crítica efetuada pela Comissão, a práticas “comunitaristas”. De acordo com a crítica, tais práticas sobrepujavam elementos culturais acima da cidadania francesa. Ou seja, usar adereços religiosos em repartições estatais configura ataque ao Estado e à cultura laica do país.

No Brasil, a laicidade estatal instaurada em 1891 sofreu a influência do modelo norte-americano, porém, para além de uma conformação comum entre múltiplas crenças e espaço público, o que se viu foi a manutenção dos privilégios católicos e da discriminação estatal e religiosa às demais crenças, práticas e organizações mágico-religiosas, sobretudo às do gradiente espírita (MARIANO, 2011). A constituição de 1988 seguiu em suma a premissa da separação do religioso e do público, porém, sem estigmatizar a manifestação de crenças em instituições estatais<sup>15</sup>.

Um fato recente que circunda essa questão no Brasil referente ao debate sobre a laicidade se encontra na ação pública de nº 3008630-80.2013.8.26.0602 de jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no qual a Prefeitura Municipal de Sorocaba deu início a uma ação no Ministério Público do Estado de São Paulo alegando que a placa na entrada da cidade de Sorocaba/SP, com os dizeres “Sorocaba é do Senhor Jesus”, violava a laicidade do país. No final de toda essa questão judicial, o Acórdão traz a declaração de voto do Desembargador Ricardo Dip, em que nega que esses dizeres estariam violando a laicidade do Estado brasileiro. Seu argumento se pautou na premissa de que tais dizeres não são manifestações religiosas e sim manifestações de nossa cultura popular. *In verbis*, 2014, fls. 4, (grifos do autor):

Impedi-la implicaria, a meu ver – com a devida vênua –, em discriminação contra as raízes civilizacionais brasileiras e contra a liberdade expressiva do pensamento popular. À margem de afirmação epistêmica alguma sobre a verdade da fé cristã, calha, sem dúvida, que tem de admitir-se o fato de o povo brasileiro ser, em sua origem histórica, *civitas cristiana*. A só menção, portanto, do nome de Jesus Cristo reportado à cidade de Sorocaba é uma referência histórico-cultural, que, por si só, não aflige o âmbito do **poder político**, nem ainda o da liberdade de consciência e de crença.

Ao observarmos esse caso, podemos perceber, como afirma Mariano (2011), que o laico se encontra em disputa no Brasil – e não só aqui – por e entre grupos religiosos e seculares. Dessa forma, é possível dizer que a religião ou as religiões de fato perderam o seu protagonismo sociopolítico? Que o Brasil laico

---

<sup>15</sup> Importa esclarecer que além das constituições de 1891 e 1988 no Brasil do século XX ainda foram promulgadas as cartas constitucionais de 1934, 1937, 1946 e 1967. Todas em algum grau previam a laicidade estatal.

reduziu a presença dos atores religiosos na arena política ou garantiu a pluralidade religiosa nos espaços de poder? Fato é que analisarmos o debate sobre a secularização (em seu sentido mais amplo) e a política visando compreender essas questões e a realidade nacional por uma outra lente se torna tarefa essencial.

### 2.3 PERSPECTIVAS ALTERNATIVAS SOBRE A SECULARIZAÇÃO

Outros olhares, perspectivas e interpretações sobre o conhecimento e a religião, bem como seu papel na sociedade moderna emergem no campo das ciências humanas. Essas discussões sofrem a influência de correntes epistêmicas diversas, uma delas é a filosofia da linguagem – ou a chamada virada linguística –, marcadamente capitaneada pelo filósofo Ludwig Wittgenstein principalmente em sua obra *Investigações Filosóficas* (1999), cujo cerne é entender a “gramática” e o “jogo de linguagem” como elementos de conformação da vida social, se opondo à tradição racionalista de matriz kantiano/cartesiana que via na “razão transcendental” o cerne para o entendimento das coisas<sup>16</sup>. Essa análise possibilitou pensar a religião, sua relação com a razão e a fé como jogos de linguagem, sem que houvesse qualquer motivação metafísica para sobrepor uma sobre a outra. Assim, somente a vida concreta e as circunstâncias históricas das relações se estabeleceram e restabeleceram continuamente na narrativa ocidental (BARBOZA FILHO, 2011, p. 3).

Além do fenômeno religioso, a influência da “virada linguística” que ensejou o surgimento do pragmatismo filosófico permite pensar a secularização e a laicidade como fenômenos e conceitos concretos, inseridos na linguagem da vida social e não dotados de um significado puramente racional que visa nortear as constatações sobre o mundo. Isso impacta e se opõe decisivamente às proposições weberianas de pensar a religião com o seu mote racionalista de entendimento da sociedade moderna.

Nesse sentido, mencionar a importância do pragmatismo filosófico é indispensável na tarefa de entender os meandros do debate que circunda o tema da secularização, em especial, as que não estão submetidas sob a égide do paradigma racionalista. Basicamente, o pragmatismo procura negar a metafísica e a noção de

---

<sup>16</sup> Ao observarmos o paradigma kantiano/cartesiano no qual o pensamento expressa diretamente a razão, Wittgenstein vai justamente contra essa argumentação, apontando que a atividade do pensamento é uma atividade coirmã da linguagem (LIGUORI, 2020).

representação na filosofia, ou seja, negam a ideia correspondente de verdade que supõe a existência de uma essência que se encontra além da concretude e fornece os meios racionais da vida comum. No pragmatismo, o debate sobre religião e metafísica não se situam como transcendentais à linguagem, mas, nesse caso, se encontram inseridas nela.

Richard Rorty, considerado um dos principais filósofos do pragmatismo, ao analisar outros autores dessa corrente de pensamento – como Dewey e James – procurou esboçar uma filosofia pragmática da religião em cinco teses, sendo elas: 1) observar as crenças religiosas como hábitos de *ação*, que presumivelmente nos liberta da ideia de unificar todas as crenças em uma só; 2) a necessidade de abandonar a ideia de que algumas partes da cultura satisfazem nossa necessidade de conhecer a verdade e outras preenchem objetivos menores; 3) a religião como um projeto de cooperação social, sem o intuito de prever as consequências de nossas ações e da tentativa de classificar as necessidades humanas; 4 e 5) crítica à tentativa de se amar uma verdade única, que acaba por suprimir a individualidade a fim de usar a religião para se lutar contra outras pessoas (RORTY, 2009).

Observando as proposições desse autor, a religião nesse caso, se torna uma forma de criação de solidariedade na configuração das sociedades. Diferentemente do racionalismo, que acaba por pressupor o definhamento da religião na modernidade, na ótica do pragmatismo a religião – ou as religiões – são uma dentre as múltiplas gramáticas presentes no tecido social. No campo social brasileiro, a linguagem e/ou a gramática religiosa sempre esteve presente. Olhando para nossa história, da República Velha até o Golpe Civil-Militar de 1964, a elite eclesiástica católica se agrupou a elite política de plantão, buscando defender os seus interesses e influir nas decisões governamentais (AZEVEDO, 2004; MICELI, 2009).

Dito isso, como já mencionado acima, a emergência dessa nova perspectiva epistêmica influi no trabalho de importantes estudiosos do tema da secularização. Dentre eles, o antropólogo Talal Asad, um dos principais pensadores contemporâneos que buscou problematizar teses referentes ao mundo secular. Para o autor, os conceitos de “secularismo” e de “secular”, não possuem um significado unívoco, pois, afinal, ganham contornos diferentes em cada tradição, especialmente nas tradições não situadas no hemisfério norte do globo (ASAD, 2003).

Dessa maneira, com as implicações do conceito de secularização e os múltiplos contornos disso na dinâmica social, emerge uma problemática para a

noção de secular presente no *liberalismo político* ocidental. A inserção de novas formas de religiosidade e o recrudescimento de outras já existentes no espaço público, seja no mundo ocidental ou no sul global, a noção dominante de separação da religião com a vida política é posta em xeque, acarretando uma tensão na visão secular de configuração da sociedade (ASAD, 2003). Relacionado a isso, os problemas que vêm ocorrendo na Europa e nos EUA, apesar de algumas diferenças sociais e políticas referentes à disputa entre o religioso e o secular ligados à noção de decadência religiosa no meio político, têm catalisado uma onda de apoio ao nacional-populismo – que se aproveita dessa problemática – por parte de cidadãos religiosos protestantes e católicos, que estão sentindo suas crenças perderem espaço não só para o mundo secular, mas para o avanço mulçumano no continente causado pelos crescentes contingentes de imigrantes vindos de países islâmicos do norte africano e da Ásia (EATTWELL & GOODWIN, 2020).

Dessa forma, as proposições do antropólogo, acabam por fornecer a possibilidade de problematizar o paradigma vigente da ideia de secularidade pela chave ocidental<sup>17</sup>, possibilitando imaginar os diversos contornos da presença da religiosidade no tecido social não só europeu, mas principalmente em sociedades latino-americanas, africanas e asiáticas, através de chaves epistêmicas múltiplas que possam ampliar os horizontes de explicação e concepção da presença religiosa na esfera sociopolítica. Nesse sentido, o desafio não deve mais ser formulado em termos de uma tensão entre o aspecto do religioso e o do secular, pois essa oposição tem demonstrado refletir ideologias suplantadas que impedem uma perspectiva adequada referente aos processos que realmente estão acontecendo na sociedade (HANEGRRAFF, 2017, p. 241).

E é também imerso nessa problemática dos desdobramentos da secularização que Peter Berger<sup>18</sup> (2017) vai propor um novo paradigma<sup>19</sup> sobre as relações entre o religioso e o secular, pautando sua teoria pela ótica do *pluralismo*,

---

<sup>17</sup> Para Oro e Camurça, (2018, p. 12) é “através da obra de Talal Asad, que ao introduzir o olhar antropológico em um domínio até então cativo da filosofia política e ciência política, termina por desconstruir as concepções essencialistas de ‘secular’ e ‘secularização’, para mostrar o caráter histórico e contingente dessas realidades”.

<sup>18</sup> Cabe ressaltar que, diferentemente de Talal Asad, que é um antropólogo saudita e que por isso procura analisar suas questões por uma ótica por vezes diversa dos modelos forjados no ocidente, Berger foi um sociólogo austro-americano, cuja formação intelectual está inserida nos moldes ocidentais.

<sup>19</sup> Peter Berger trabalha essa teoria em sua obra intitulada *Os Múltiplos Altares da Modernidade Rumo a um Paradigma da Religião numa Época Pluralista* (2017).



cuja noção básica é a da garantia de coexistência de diversos valores religiosos e seculares no imaginário do indivíduo e também no espaço social. Berger (2017) entende que a teoria da secularização fomentada pelo Iluminismo, cuja premissa básica era a do gradual declínio da religião no espaço social, se tornou empiricamente insustentável como preceito explicativo da sociedade, pois, na vida concreta, o que se viu e se vê é a permanência e até mesmo o crescimento do elemento religioso na configuração social do mundo moderno. O avanço do Pentecostalismo na América Latina e sobretudo no Brasil é considerado um exemplo disso.

Portanto, igualmente fruto da *modernidade*, o pluralismo pensado pelo autor como paradigma a ser trabalhado no lugar da teoria ocidental de secularização objetiva imaginar uma situação social na qual pessoas de diferentes etnias, cosmovisões, moralidades e credos, possam viver juntas e interagir pacificamente, exercendo sua crença e participando também da vida pública em suas mais variadas dimensões (BERGER, 2017).

Essa paulatina reinserção do aspecto religioso no espaço público, seja pela via política ou mesmo cultural, segue ampliando ainda mais o leque de interpretações e discussões que giram em torno da temática, especialmente o impacto disso, no(s) conceito(s) de laicidade, sociedade civil e, propriamente, a presença do fenômeno religioso na esfera social e estatal. Tais questões são extremamente complexas, tendo em vista que a religião pode funcionar como um elemento positivo no que concerne às configurações da sociedade civil, como também tornar nebuloso os preceitos básicos de conformação das regras institucionais que vigoram no espaço público tido como laico, institucionalizado e secular (ORO & CAMURÇA, 2018).

Também nessa perspectiva José Casanova trabalhou em seus textos questões referentes ao conceito de secularização no mundo moderno e contemporâneo, buscando lançar luz a uma outra maneira de analisar os contornos do elemento religioso no tecido social e político. O mote clássico de pensar a religião como algo a ser relegado ao campo da esfera privada amplamente aceito pelas ciências sociais, em certa medida até os dias atuais, é algo com o qual Casanova também vai procurar se opor e problematizar (ORO & CAMURÇA, 2018).

Para o autor, os termos “secular”, “secularismo” e “secularização” estão relacionados, porém, são usados analiticamente de forma distinta a depender do

contexto social, político e acadêmico. Além disso, elucida o autor, que é possível diferir dois tipos basilares de ideologias secularistas. A primeira se refere às teorias secularistas de religião fundamentadas em filosofias progressistas da história que relegam a religião para uma fase substituída. A segunda são teorias políticas secularistas que pressupõem que a religião é uma força irracional, ou seja, uma força não racional em forma de discurso que deve ser banida da esfera pública e democrática (CASANOVA, 2009, p. 1052).

Nesse sentido, Casanova (2009), ao dissertar sobre as teorias da secularização e contrastar a maneira como os europeus e os norte-americanos se colocam em relação às suas religiosidades ou à ausência da religiosidade, afirma que nos Estados Unidos, para a maioria dos americanos, ser moderno e ser americano também implica ser religioso. Ou seja, ao esboçar isso, o que autor trabalha é que a secularização ganha contornos diversos em diferentes países e continentes<sup>20</sup>. Porém, o seu argumento central é que o imperativo de que a secularização se sobrepõe ao religioso na esfera pública, fazendo do último um fenômeno típico da vida privada, demonstrou não se efetivar completamente, principalmente a partir das últimas cinco décadas do século passado chegando até a contemporaneidade. Afinal, as religiões continuam a ocupar um papel central e importante na configuração da sociedade moderna e no espaço público, caminhando e disputando lado a lado com as esferas seculares de poder (CASANOVA, 1994).

No Brasil dos anos posteriores a 1970 é possível vislumbrar essa dimensão de disputa, pois, sob a alegação de uma emergente crise moral e espiritual provocada pelo progressismo supostamente vivenciado no país, pastores evangélicos de matriz reacionária decidiram ingressar na vida política a fim de promover uma encruzilhada contra as forças “mundanas” de esquerda que ameaçavam o regime militar, lançando os primeiros frutos do que viria a ser um campo de força da direita religiosa no seio da política nacional (COWAN, 2014).

Além disso, uma outra questão problematizada por Casanova é referente ao secularismo político, que acaba por recair numa ideologia secularista que visa

---

<sup>20</sup> Neste mesmo estudo, Casanova demonstra a diferença na noção de pertença religiosa dos norte-americanos em detrimento dos espanhóis. *“I am inclined to interpret the discrepancy between self-reported religiosity and religious self-image as an indication that Spaniards would prefer to think of themselves as less religious than they actually are and that being religious is not considered to be a positive trait in a predominantly secular culture”* (CASANOVA, 2009, p. 1056).

nortear a esfera pública pela guisa da racionalização e universalização, afirmando que “religião” é essencialmente algo não racional, particularista e intolerante – ou iliberal – e, como tal, nociva à política democrática uma vez que se insere na esfera pública. “É a essencialização do ‘religioso’, mas também do ‘secular’ ou do ‘político’ com base em pressupostos problemáticos do que é ou faz a ‘religião’ que está, no meu ver, o problema fundamental do laicismo como ideologia” (CASANOVA, 2009, p. 1057-58).

Também inserido em analisar e interpretar a temática secularização por uma ótica diferente das premissas clássicas acerca do tema, o filósofo comunitarista Charles Taylor propõe retomar essas discussões por meio da obra *A Secular Age* (2007)<sup>21</sup>. Nesse caso, o fenômeno religioso e especialmente o secular são, para Taylor, problemáticas a serem pensadas com o intuito de compreender os caminhos do Ocidente<sup>22</sup>. Taylor (2007) elenca três teorias ou motes explicativos difundidos na *modernidade* acerca do que é a secularização: 1) Cujo caráter é a noção de laicidade, pensa a religião como relegada à esfera privada da vida, além de entender que não mais se deve relacionar o espaço da política com Deus. Ou seja, a dimensão do sagrado não deve abranger o todo social, nem servir de norma última para o que é correto ou não em uma sociedade; 2) O sentido da secularização parte da ideia de que Deus não é mais necessário para e na vida dos indivíduos. Com isso, o transcendente perde seu lugar como explicação e sentido moral para as pessoas; 3) A secularização, cuja complexidade é ainda maior, parte da premissa de que ao longo da história moderna do Ocidente o que foi se desvendando é que a crença em Deus passou do monopólio de explicação e ordenamento da vida para ser uma opção dentre várias outras respostas e entendimento para o homem. Portanto, nessa última forma, o que muda não é a crença em si, mas o ambiente ou as condições para crer, tanto dos indivíduos quanto da comunidade (TAYLOR, 2007).

Diante disso, o autor explicita os problemas centrais das duas primeiras formas de secularização, pois a perspectiva laicizante e a ateuista partem de olhares que visam as crenças e as práticas religiosas somente como incidem nas instituições. Além disso, o que ambas implicitamente propõem é uma narrativa demasiadamente específica acerca da história do Ocidente (MARQUES, 2009;

---

<sup>21</sup> Em português o título da obra foi traduzido como *Uma Era Secular*.

<sup>22</sup> Vale ressaltar que Taylor pensa o ocidente como circundado ao norte global.

TAYLOR, 2007). Essas narrativas, forjadas sob a égide do Iluminismo, não só conceberam esse deslocamento da religião para esfera da vida privada e da crescente perda de indivíduos que creem como também abriram caminho para a substituição do monopólio da religião pelo paradigma cientificista de explicação objetiva do mundo (TAYLOR, 2007).

É por tais desdobramentos que Taylor busca se opor a esses paradigmas secularizantes da vida social e, ainda que como um católico e em certa medida crítico da *modernidade*<sup>23</sup>, não concorda em plenitude com a terceira concepção de secularização. Ainda assim, Taylor a analisa, pois se essa concepção coloca o fenômeno religioso como um dos múltiplos caminhos para modos de vida e busca de sentido para as coisas. Dessa maneira, as duas primeiras excluem a diversidade de cosmos sociais e epistêmicos de organização da vida em sociedade.

Logo, suas críticas as essas concepções de secularização não buscam traçar um quadro competitivo entre o paradigma moderno secular *versus* a perspectiva religiosa, ou entre os crentes rivalizando com não-crentes, mas procura traçar caminhos para o entendimento de diferentes formas de respostas às perguntas e problemas emergidos na *modernidade* através de seus múltiplos dilemas e desafios. Assim como Alasdair Macintyre<sup>24</sup>, Taylor, embora reconheça os avanços da vida moderna no que tange a áreas como direitos humanos, liberdade civis, dentre outras, não se exime em criticar a *modernidade* como uma espécie de “desvio” na história, que de maneira contingencial colocou em lados opostos fé e razão (BARBOZA FILHO, 2011; TAYLOR, 2007).

Dessa forma, assim como os outros autores trabalhados logo acima, Taylor oferece um outro olhar para o fenômeno da secularização e seus impactos na relação entre espaço público e religião. Sua análise, ao explorar as limitações inerentes ao paradigma weberiano da secularização como promotora de um paulatino desencantamento do mundo, explicita a necessidade de se pensar a vida social e religiosa no ocidente e fora dele, por uma outra ótica capaz de compreender melhor as implicações disso nas esferas políticas e comunitárias da sociedade.

---

<sup>23</sup> Isso não significa que o filósofo seja um antimoderno, “Taylor é, portanto, um crítico de sua própria época, mas um crítico que nunca considera a possibilidade de não estar inserido nela” (MARQUES, 2009, p. 230).

<sup>24</sup> É um filósofo britânico, que trabalha temas ligados às áreas da filosofia moral e política, tendo como uma de suas maiores influências intelectuais a perspectiva aristotélica da filosofia.

Essa máxima secular que o autor se opõe, foi e ainda tem sido muito difundida por elites cosmopolitas ocidentais e setores progressistas do universo político (inclusive o brasileiro), tornando complexos possíveis caminhos de entendimento e de diálogo com a classe religiosa e suas lideranças e fomentando disputas nocivas no espaço público. Em nosso cenário político, um evento que se interliga em alguma medida com isso – por ter sido subestimada a relevância de um determinado segmento religioso – é o caso do impeachment sofrido por Dilma Rousseff (PT) em 2016<sup>25</sup>, que contou com a chancela de ampla parcela de parlamentares evangélicos do congresso nacional, tendo como um de seus principais algozes o evangélico vinculado a Assembleia de Deus e parlamentar Eduardo Cunha (PTB)<sup>26</sup> que, ao votar de maneira favorável ao impedimento, pediu que Deus tivesse misericórdia da nação brasileira.

Tanto antes como após o impedimento de Dilma avançou no Brasil uma onda de narrativas capitaneadas por políticos e figuras do campo cristão conservador e reacionário, chamada de *pânico moral*, que difundiu uma linguagem regressiva e hiperbólica contrárias a políticas progressistas ligadas à temática de gênero, identidade e orientação sexual. A oposição ao aborto e ao casamento homoafetivo, dentre outras pautas, servira de combustível para o recrudescimento de forças políticas à direita pouco afeitas à pluralidade e às liberdades civis, como veio a ser a figura de Jair Bolsonaro (ALMEIDA, 2019).

Por outro lado, alguns setores da Igreja Católica, como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), têm uma tradição de contestação perante políticas antidemocráticas. A CNBB foi um dos mais importantes polos de oposição ao regime militar, bem como se notabilizou como uma das principais instituições de combate às desigualdades sociais no Brasil desde de sua criação até os dias atuais (AZEVEDO, 2004; LÖWY, 2000). Além disso, embora minoritárias, vertentes de evangélicos progressistas somaram forças em prol da reabertura democrática nacional e na contemporaneidade são vozes dissonantes da ala mais hegemônica do segmento em defesa da democracia e dos direitos humanos (COSTA, 2018). O

---

<sup>25</sup> Para fins deste trabalho, menciono a influência da bancada evangélica nesse processo, porém, é importante explicitar que o impedimento da petista Dilma foi causado por diversos fatores já e ainda amplamente estudados e debatidos no campo da ciência política brasileira.

<sup>26</sup> Nessa época, o então e agora ex-parlamentar Eduardo Cunha ainda era filiado ao MDB e ocupava a presidência da Câmara dos Deputados, o que foi um dos fatores preponderantes na consumação do impedimento de Dilma.

recém-eleito deputado federal pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ) é um dos principais nomes desse movimento de esquerda existente no campo evangélico brasileiro.

O quadro religioso nacional, apesar de ter uma ampla maioria de cristãos que influem fortemente no ambiente político, historicamente a diversidade e o sincretismo religioso integram nosso mapa social. O Candomblé, a Umbanda, o Espiritismo Kardecista, dentre outros segmentos possuem importante capilaridade na geografia religiosa e no cenário cultural da sociedade brasileira, seja pelas tradições por essas manifestações religiosas forjadas em nosso imaginário popular ou mesmo pelas lutas que parte delas enfrentam perante o histórico de discriminação religiosa vivenciado no país.

Dessa forma, percebemos e perceberemos que o elemento e a linguagem religiosa permeiam toda a nossa configuração sociopolítica. Assim, essas interpretações sobre a secularização abrem caminho não só para problematizar os entendimentos clássicos acerca do tema, como também para imaginar e discutir a religião e sua relação com a sociedade por uma visão não excludente. Além disso, visa analisar a dimensão do sagrado presente na linguagem dos sentimentos das pessoas como algo que não deixará de existir e seguirá conformando as problemáticas sociopolíticas, especialmente no Brasil (BARBOZA FILHO, 2008; BARBOZA FILHO, 2011).

## 2.4 AS TRANSFORMAÇÕES DA DEMOGRAFIA RELIGIOSA NO MUNDO OCIDENTAL

Na esteira desse debate envolvendo a temática da secularização e o suposto declínio da religião na vida social moderna, para além das perspectivas teóricas que procuraram colocar em xeque a narrativa mais dogmática sobre o processo de secularização, o que diversos levantamentos empíricos têm demonstrado nos últimos anos é que apesar do avanço de uma sociedade mais globalizada e plural em termos culturais, o número de pessoas religiosas segue sendo a maioria em diversas regiões e países do mundo, inclusive em nações ocidentais como os EUA. No mais, como afirma Freston (2010), o continente latino-americano e, sobretudo, países como o Brasil, vem ocupando um lugar mais proeminente nos debates globais sobre religião e modernidade por representar um padrão historicamente novo de evolução do cristianismo.

Dito isso, se observarmos a demografia religiosa na América Latina, vemos dois fenômenos importantes para a compreensão dessa problemática. De acordo com o instituto Latinobarómetro (2019)<sup>27</sup>, em 2017 os católicos latino-americanos eram cerca de 59,4%; aqueles que não têm mais filiação religiosa contabilizam 18,5%, e os evangélicos<sup>28</sup> somam 18%. Já os que professam outras religiões contabilizam 4%, em média. Um dado importante a ser frisado, é que o número de fiéis evangélicos saltou de cerca de 11% no início do século para 18% em 2017, sendo o grupo religioso que mais cresceu neste século em nosso continente.

O caso brasileiro é ainda mais paradigmático no que concerne não só ao quantitativo de pessoas que são religiosas, mas no expressivo crescimento do número de evangélicos no país. Segundo pesquisa realizada pelo Pew Research Center (2014), o número de evangélicos no Brasil é de 26% da população, o quantitativo de católicos está em 61%; sem filiação religiosa são 8% e outros 5%. Soma-se a isso o fato de que, segundo pesquisas e apontamentos estatísticos e demográficos, a tendência é que em 2032 a população de evangélicos no Brasil se iguale a até ultrapasse a de católicos. Além disso, o Brasil é o país onde essa migração religiosa ocorre mais rapidamente e que, em breve, alcançará os países da América Central que têm mais de 40% da população evangélica (Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala) e que em alguns anos ultrapassará a população católica (GUADALUPE, 2020, p. 32).

Já países como o México, Paraguai, Colômbia e Peru, diferentemente dos acima citados, possuem extensa maioria católica em sua demografia religiosa, ao passo que apresentam um quantitativo muito baixo de pessoas que não possuem uma afiliação religiosa, principalmente de ateus e agnósticos (PEW RESEARCH CENTER, 2014). É interessante perceber como o território latino-americano expressa de forma clara que a presença e a diversidade religiosa seguem pulsantes, mesmo permeadas por aspectos inerentes à vida moderna (BERGER, 2017).

Destaca-se também que o protestantismo tem avançado em países e regiões asiáticas e africanas com amplo predomínio de outras crenças (FREESTON,

---

<sup>27</sup> É importante dizer que o instituto Latinobarómetro vem realizando pesquisas mais recentes no que se refere a essa questão e esses novos dados seguem sendo apurados por diversos estudiosos do fenômeno. Portanto, a escolha do levantamento apresentado no trabalho se dá pelo grau de consolidação dos seus percentuais.

<sup>28</sup> Para o instituto Latinobarómetro (2019), no campo 'evangélicos' estariam: batistas, metodistas, pentecostais, evangélicos sem especificação e protestantes.

2010). Isso demonstra como o fenômeno religioso vem se dinamizando e se transformando pelo mundo, rompendo barreiras antes praticamente estáticas no que se refere à composição sociorreligiosa de países como Índia, Indonésia, Coreia do Sul e China, dentre outros.

Referente a essa discussão, a América do Norte, composta principalmente por Estados Unidos e o Canadá<sup>29</sup>, também fornece um panorama importante sobre a questão religiosa e as configurações sociais que esse elemento causa em suas esferas sociopolíticas. Fato é que, assim como a América Latina, a região norte do continente também passa por mudanças religiosas e conseqüentemente sociais, mas o que as projeções pontuam é que o número de pessoas religiosas seguirá sendo a maioria da sua população.

Na tabela abaixo, veremos os dados do Pew Research Center (2015) sobre a projeção de número de pessoas religiosas e não religiosas na América do Norte.

Tabela 01 - Tamanho, projeção de crescimento dos maiores grupos religiosos na América do Norte, 2010-2050

#### Size, Projected Growth of Major Religious Groups in North America, 2010-2050

	2010 ESTIMATED POPULATION	% IN 2010	2050 PROJECTED POPULATION	% IN 2050	POPULATION GROWTH 2010-2050	% INCREASE 2010-2050	COMPOUND ANNUAL GROWTH RATE (%)
Christians	266,630,000	77.4%	286,710,000	65.8%	20,070,000	7.5%	0.2%
Unaffiliated	59,040,000	17.1	111,340,000	25.6	52,300,000	88.6	1.6
Jews	6,040,000	1.8	5,920,000	1.4	-120,000	-2.0	-0.1
Buddhists	3,860,000	1.1	6,080,000	1.4	2,220,000	57.6	1.1
Muslims	3,480,000	1.0	10,350,000	2.4	6,870,000	197.4	2.8
Hindus	2,250,000	0.7	5,850,000	1.3	3,600,000	159.8	2.4
Other Religions	2,200,000	0.6	6,540,000	1.5	4,340,000	197.0	2.8
Folk Religions	1,020,000	0.3	2,630,000	0.6	1,610,000	157.8	2.4
<b>Regional total</b>	<b>344,530,000</b>	<b>100.0</b>	<b>435,420,000</b>	<b>100.0</b>	<b>90,890,000</b>	<b>26.4</b>	<b>0.6</b>

Source: The Future of World Religions: Population Growth Projections, 2010-2050. Population estimates are rounded to the nearest 10,000. Percentages are calculated from unrounded numbers. Figures may not add to 100% because of rounding.

PEW RESEARCH CENTER

Fonte: Pew Research Center, 2015.

<sup>29</sup> Além dos já mencionados, o Pew Research Center (2015) inclui também como países e territórios da América do Norte as Bermudas, a Groenlândia, as Ilhas Saint Pierre e Miquelon. Para os fins metodológicos do instituto, o México é considerado parte da região da América Latina-Caribe.



De acordo com essa pesquisa, os cristãos deverão continuar sendo o grupo religioso majoritário da América do Norte nas próximas décadas. O quantitativo de seguidores do cristianismo que em 2010 era de 267 milhões e, segundo as projeções, saltará para 287 milhões em 2050. Estima-se que a população cristã da América do Norte deverá crescer em um ritmo muito mais lento, mas religiões como o hinduísmo, budismo e o islamismo terão um crescimento paulatino nas próximas décadas, assim como aqueles que não se identificam com nenhuma religião. Apesar das múltiplas variáveis demográficas, sociais, políticas e do crescimento do número de não-religiosos, o que as pesquisas sugerem é que a pertença religiosa seguirá sendo protagonista nessas sociedades, ou seja, a cartografia da crença no Canadá e nos Estados Unidos terá o elemento do sagrado influenciando decisivamente em seus respectivos cosmos sociais.

No caso europeu, os dados sobre a vida religiosa fornecem importantes perspectivas sobre a presente discussão, principalmente devido ao fato de que a região é considerada o polo do mundo ocidental secularizado. Na tabela abaixo veremos o levantamento do Pew Research Center (2015) sobre a projeção do número de pessoas religiosas e não religiosas na Europa.

Tabela 02 - Tamanho, projeção de crescimento dos maiores grupos religiosos na Europa, 2010-2050

### Size, Projected Growth of Major Religious Groups in Europe, 2010-2050

	2010 ESTIMATED POPULATION	% IN 2010	2050 PROJECTED POPULATION	% IN 2050	POPULATION GROWTH 2010-2050	% INCREASE 2010-2050	COMPOUND ANNUAL GROWTH RATE (%)
Christians	553,280,000	74.5%	454,090,000	65.2%	-99,190,000	-17.9%	-0.5%
Unaffiliated	139,890,000	18.8	162,320,000	23.3	22,420,000	16.0	0.4
Muslims	43,470,000	5.9	70,870,000	10.2	27,400,000	63.0	1.2
Jews	1,420,000	0.2	1,200,000	0.2	-220,000	-15.2	-0.4
Hindus	1,380,000	0.2	2,660,000	0.4	1,280,000	92.9	1.7
Buddhists	1,350,000	0.2	2,490,000	0.4	1,140,000	85.0	1.5
Other Religions	890,000	0.1	1,100,000	0.2	210,000	23.3	0.5
Folk Religions	870,000	0.1	1,590,000	0.2	720,000	83.1	1.5
<b>Regional total</b>	<b>742,550,000</b>	<b>100.0</b>	<b>696,330,000</b>	<b>100.0</b>	<b>-46,220,000</b>	<b>-6.2</b>	<b>-0.2</b>

Source: The Future of World Religions: Population Growth Projections, 2010-2050. Population estimates are rounded to the nearest 10,000. Percentages are calculated from unrounded numbers. Figures may not add to 100% because of rounding.

PEW RESEARCH CENTER

Fonte: Pew Research Center, 2015.

Como sugerem os dados acima, em relação às demais regiões do mundo, o continente europeu é o que terá uma maior redução no número de pessoas vinculadas a uma religião no período entre 2010 e 2050. Apesar de ser uma projeção de queda, os cristãos deverão seguir sendo o maior grupo religioso da região, com a estimativa de ter 454 milhões de seguidores em 2050. Estima-se que os judeus também terão uma redução no quadro de fiéis. Em contraste a isso, uma informação que chama a atenção é a de que enquanto as demais religiões terão decréscimo de seguidores, a população muçulmana da Europa deverá aumentar em 63%, passando de 43 milhões em 2010 para 71 milhões em 2050 (PEW RESEARCH CENTER, 2015). Além desse quadro mais amplo sobre o cenário religioso europeu, se observarmos as projeções de países como Portugal, Itália, França, Reino Unido e Alemanha, que são importantes forças políticas da região, perceberemos que, embora haja o crescimento da categoria dos que não possuem filiação ou não creem, o número de pessoas religiosas continuará a ser dominante na população<sup>30</sup> desses respectivos países e do continente em geral.

O que essas movimentações estatísticas nos mostram é que o elemento religioso permanecerá sendo protagonista nas múltiplas configurações sociais, culturais e políticas pelo mundo<sup>31</sup>, influenciando decisivamente nas mais variadas facetas da vida social contemporânea. Guardadas as devidas proporções sociopolíticas e históricas com o sul global, nem mesmo o ocidente supostamente secularizado se verá livre das influências que o elemento religioso causa na conformação das sociedades e entre elas.

Toda essa discussão encampada em torno do questionamento de que as sociedades de fato se secularizariam ou de que não passariam por esse processo nos possibilitou inferir – com a ajuda de um aporte teórico e por uma breve exposição quantitativa – que o elemento religioso segue presente e se dinamiza no mundo social em alguma medida no ocidente, ou seja, especialmente, no sul global. Assim, sociedade e religião não se tornaram campos diametralmente opostos, pois a premissa de que o componente religioso diminuiria em detrimento do espaço secular não se concretizou. Partindo da premissa de Charles Taylor (2007), isso não significa que crer em Deus permaneceu sendo uma norma a ser seguida como era

---

<sup>30</sup> Ver os dados completos em: <https://www.pewresearch.org/religion/2015/04/02/religious-projection-table/>.

<sup>31</sup> Ver em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2015/04/02/7-key-changes-in-the-global-religious-landscape/>.

antes da aurora da *modernidade*, mas a opção pela crença não só se manteve, como se dinamizou em diversos países ocidentais e não ocidentais de tradição democrática e pluralista<sup>32</sup>.

Independente da constatação de que a dinâmica religiosa tenha permanecido influente em alguma medida no mundo moderno, fato é que, como vimos, a conformação jurídica e política avançou em sociedades democráticas no que se refere a garantir a liberdade religiosa e a igualdade perante o Estado. A partir disso, observamos que o ideário religioso não é necessariamente um aspecto oposto ao do espaço público, servindo inclusive de elemento basilar na conformação de uma teoria política pautada na garantia da pluralidade em suas mais variadas facetas<sup>33</sup>. Tal reflexão nos possibilita inferir que a relação entre a configuração sociopolítica e a sociorreligiosa recoloca o tema da secularização do mundo em um outro lugar.

Mas isso não significa que o mundo da política e o campo dos valores religiosos estejam imunes à cooptação de narrativas do tipo populistas, que procuram recolocar essa relação em uma esfera que tencione os meios republicanos, liberais ou democráticos de ordenamento de um cosmo social plural e livre. Por isso, tal problematização abre caminho para se pensar os problemas que uma subversão de determinados valores religiosos capitaneados por lideranças religiosas e políticas podem causar ao ordenamento democrático e ao espaço público. Nos Estados Unidos, vimos o então presidente Donald Trump se aproximar de amplos setores do campo religioso conservador, a fim de promover mudanças regressivas no âmbito dos direitos civis, principalmente da população feminina – vide a proibição do direito ao aborto – e de minorias étnicas e sexuais, sob a alegação de que os cristãos evangélicos são a *maioria moral* do povo americano (MARKOE, 2016; SOUZA, 2018). Já fora do ocidente, na Índia, o primeiro-ministro Narendra

---

<sup>32</sup> Cabe salientar, que estou discutindo o tema da secularização pensando através de sociedades onde o regime político permite a livre expressão religiosa. Afinal, em regimes de base teocrática, não existe outra opção de crença que não seja aquela definida pelo Estado.

<sup>33</sup> Também inserido em um debate mais contemporâneo sobre essa questão, é importante mencionar o filósofo John Rawls, que trabalhou ao longo de suas obras a relação entre doutrina religiosa e vida pública, além de pensar quais os fundamentos que giram em torno da questão. Em sua perspectiva, a religião pode servir de apoio para o fomento a um regime democrático e constitucional (com exceção de vertentes fundamentalistas do elemento religioso). Assim, as múltiplas razões públicas podem convergir com os mecanismos basilares do liberalismo político e do ordenamento democrático (RAWLS, 2016).

Modi vem fomentando um discurso e uma política divisionista, que visa dar força à hegemonia política e social do hinduísmo, bem como à perseguição e enfraquecimento de outras minorias religiosas, principalmente o islamismo (NACIONALISMO..., 2022).

No Brasil, Jair Bolsonaro foi eleito em 2018 contando com ampla votação do segmento evangélico<sup>34</sup>, especialmente o pentecostal. Sua campanha foi permeada por símbolos e linguagens de cunho cristão e tal aproximação com o segmento foi se acentuando durante o pleito de 2018. Casado com a evangélica batista Michelle Bolsonaro, Bolsonaro trazia para si a pauta moral que muitos evangélicos conservadores carregavam como preceitos de suas vidas, tais como a defesa da família tradicional, o combate ao aborto, a um modelo regressivo de repressão ao crime, dentre outras questões que permeiam esse universo moralizante religioso. Sem sombra de dúvidas, o político conseguiu aglutinar o maior número de lideranças evangélicas em prol de sua candidatura, com destaques para Edir Macedo (Igreja Universal do Reino de Deus), Silas Malafaia (Assembleia de Deus Vitória em Cristo) e Valdemiro Santiago (Igreja Mundial do Poder de Deus), dentre outros.

Isso nos permite perceber que a vinculação do campo da política ao entusiasmo religioso, ou o caráter simbólico da religião como legitimação da ação do governante populista, vem fomentando uma moralização no debate público (ZÚQUETE, 2017). A dimensão da religiosidade tem sido o amparo narrativo dessas figuras, como Trump, Modi e principalmente Jair Bolsonaro para promover ataques velados aos seus adversários políticos e às minorias, sejam elas étnicas, sexuais ou religiosas, tensionando, assim, as bases de uma conformação sociopolítica forjada no pluralismo.

Assim, pensando mais detidamente o Brasil e sua relação com o campo da religião, é possível vislumbrar como os impactos disso afetam decisivamente o cenário político do país. Os dados até aqui trabalhados, demonstram principalmente que nas sociedades latinas as aceleradas transições no quadro religioso, com destaque para o avanço do protestantismo pentecostal em países como o Chile e mais claramente na sociedade brasileira, estão acentuando as transformações na

---

34

Ver

em:

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>.

esfera política e estatal, o que impacta diretamente na configuração das instituições e do espaço público (FREESTON, 2010).

O envolvimento dos evangélicos com a política é uma tônica em nossa estrutura social, que se fortaleceu a partir dos anos de 1970, e que se consolidou no processo de construção da constituinte de 1988, vindo a incidir fortemente na realidade política atual. Com o paulatino crescimento da população evangélica no Brasil e a relevante atuação de atores desse campo religioso nas esferas de poder, somos levados a investigar mais detidamente como se tem constituído essa força, seus aspectos e impactos na conjuntura política nacional, desaguando, particularmente, no vínculo de parcela significativa do segmento com a presidência de Jair Bolsonaro.

### 3 A INSERÇÃO DOS EVANGÉLICOS NA POLÍTICA BRASILEIRA

O campo evangélico e/ou protestante é historicamente difuso e plural, tanto em termos teológicos como no aspecto social. Além disso, não existe unanimidade entre teólogos, historiadores, cientistas da religião e sociólogos da religião de como teorizar, categorizar e analisar as múltiplas questões que permeiam esse grupo religioso. No Brasil, essas problemáticas são igualmente válidas quando pensamos os múltiplos impactos e desdobramentos da presença do segmento em nossa sociedade<sup>35</sup> e, diferentemente das preocupações ligadas ao campo da teologia e da ciência da religião, como cientista social “os fenômenos religiosos interessam-me, não como um campo em si mesmo de investigação, mas como via de acesso à compreensão da sociedade brasileira” (MONTERO, 1999, p. 329).

Pensando no âmbito da política, o elemento do sagrado é um fator a ser considerado tanto nas eleições como nos aspectos que conformam o poder, tendo em vista sua capacidade de mobilização social e de influência junto às pessoas. Consequentemente, com a crescente transição religiosa já aqui explicitada, esses fatores se tornam ainda mais importantes quando o assunto é o processo eleitoral, o jogo de interesses políticos e a difusão de valores morais, principalmente, quando se observa a expressiva capacidade de mobilização do pentecostalismo (SILVA, 2019). A religião, de um modo geral, tende a ser uma identidade ideológica e eleitoral dominante na sociedade por possuir um conjunto de visões de mundo e doutrinas que afetam todas as dimensões da vida, inclusive a política (SILVA, 2019; GRZYMALA-BUSSE, 2012).

Nesse sentido, ao buscar entender a forma como os evangélicos têm sido influentes em diversos campos da vida social brasileira atualmente, impactando decisivamente em nossa dinâmica política, necessário é compreendermos como e quando se inseriram no território os seus desdobramentos no campo sociorreligioso; as diferenças na configuração das principais correntes protestantes presentes no Brasil – com enfoque no pentecostalismo; e seu *modos operandi* e suas variações que são as majoritárias dentro desse grupo. Sem a pretensão – se é que é possível –

---

<sup>35</sup> Conforme afirma Fernandes (1998, p. 9) “De fato, os números e as características, das Igrejas evangélicas estão a exigir que se deixe de pensar essa alternativa religiosa como exógena, estranha à cultura brasileira e passemos a considerá-la como uma variável que conta na dinâmica da vida nacional”.

de esgotar o debate, o entendimento de tais questões forma as bases para a análise da atual força política evangélica – principalmente por meio da bancada evangélica – e de sua importância junto ao debate público e democrático no Brasil, especialmente de como se deu a vinculação de Bolsonaro com a parte majoritária do segmento que é mais conservadora e reacionária em nossa atual conjuntura política.

### 3.1 BREVES APONTAMENTOS SOBRE A TRAJETÓRIA E AS CARACTERÍSTICAS DO PROTESTANTISMO NO BRASIL

A inserção do protestantismo no Brasil como “projeto missionário” ou como religião se deu a partir do século XVIII<sup>36</sup> com a chegada do *protestantismo de emigração* vindo da Europa, capitaneado pelos Luteranos que, beneficiados por uma política de abertura dos portos do império brasileiro para “nações amigas”, ingressaram no país com o intuito de ampliar o campo do trabalho brasileiro. Além disso, a penetração desse protestantismo serviu de estratégia do império para uma maior ocupação do Sul do território, fortalecendo, assim, o comércio e o mercado de trabalho da região, além de fazer o uso dessa mão de obra para a ampliação da infraestrutura sul interiorana<sup>37</sup> (DREHER, 2003; ALENCAR, 2018).

O pressuposto teológico desse protestantismo é baseado na ideia de religião como expressão étnica que remonta à sua influência inglesa, mas também, de algum modo, a holandesa e a alemã. A dedicação ao trabalho<sup>38</sup>, a negação do lazer, do ócio e do desfrute do mundo e a busca pela redenção divina marcam os princípios éticos basilares dessa corrente. Além disso, sua relação com o Estado e a sociedade brasileira era unicamente comercial, embora fosse permitido, desde que reservadamente, a existências de suas igrejas, uma vez que a religião oficial do país ainda era o catolicismo naquele período (ALENCAR, 2018; WEBER, 2007).

---

<sup>36</sup> Antes disso, com a invasão holandesa e francesa nos séculos XVI e XVII sob a colônia, os huguenotes foram a primeira presença protestante em nossa história, mas o intuito era o de colonizar e invadir e não o de evangelizar e de se estabelecer como segmento religioso no território.

<sup>37</sup> Dreher (2003) destaca que para além do aspecto econômico, a chegada do protestantismo facilitada pela coroa tinha também o intuito de promover branqueamento da sociedade e a eliminação dos índios em nosso campo social.

<sup>38</sup> Para um estudo mais aprofundado desta questão, ver o livro de Max Weber *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2007).

Posteriormente, se insere no Brasil o *protestantismo de missão*, protagonizado por missionários vindos dos Estados Unidos, que a partir de 1800 buscam fundar denominações tradicionais como a anglicana<sup>39</sup> (1808), congregacional (1855), metodista (1867), presbiteriana (1859) e batista (1882). Essa inserção significou a possibilidade de “modernização” do Brasil, por pertencerem a uma cultura religiosa tradicionalmente letrada em meio a um país de analfabetos e por trazerem um “estilo de vida” ocidental – ou melhor, o *éthos* protestante –, é difundida a ideia de contribuição cultural dessa corrente para a sociedade brasileira (ALENCAR, 2018). Além disso, a chegada dessas denominações passou a catalisar uma maior difusão do protestantismo na geografia religiosa nacional. Fundado por metodistas em 1889, na cidade de Juiz de Fora/MG, o Colégio Granbery é um exemplo do projeto de expansão desse protestantismo na sociedade brasileira, especialmente pela via da educação.

Para Alencar (2018), as características teológicas desse grupo têm na noção de “destino manifesto”<sup>40</sup> e de conversão dos fiéis suas marcas basilares. O enfoque de suas ações sociais são a promoção de uma educação culta e erudita. Por isso, a relação desses segmentos religiosos com o poder político se dava pela via da possibilidade de se inserir no âmbito educacional do país e, dessa forma, competir com o inimigo naquele momento representado pela igreja católica.

O terceiro momento da consolidação evangélica na sociedade brasileira ocorre no início do século XX com o chamado *protestantismo pentecostal*<sup>41</sup> – que também veio dos EUA. Esse estilo de protestantismo se insere no campo religioso com diferenças teológicas e étnicas em relação aos momentos e às correntes anteriores. O discurso pentecostal buscava atingir diretamente a população mais pobre e marginalizada, sejam imigrantes europeus em situações de vulnerabilidade ou mesmo ex-escravos já historicamente escamoteados da pirâmide social brasileira (ALENCAR, 2018). Diferentemente dos luteranos e batistas, que se difundiram de

---

<sup>39</sup> Para Mendonça (2005, p. 3) “A Igreja da Inglaterra resulta, sem dúvida, da Reforma Religiosa, mas, como se diz com frequência, ficou a meio caminho entre Roma e as igrejas protestantes, tanto luteranas como calvinistas”, ou seja, não existe um consenso nem mesmo entre os anglicanos acerca do pertencimento da igreja ao protestantismo ou não.

<sup>40</sup> Nos termos de Weber (2007), vigora a noção de predestinação aos céus.

<sup>41</sup> Os principais expoentes dessa esfera do evangelicalismo brasileiro são os missionários pastores Luigi Francescon (1866-1964), Gunnar Vingren (1879-1933) e Daniel Berg (1884-1963).



forma mais lenta no país, os pentecostais em menos de 20 anos obtiveram rápida capilarização do mercado religioso brasileiro (ALENCAR, 2000).

O último momento ou a última onda do segmento no Brasil é definida como *protestantismo contemporâneo* e abarca principalmente as denominações e organizações oriundas do pentecostalismo<sup>42</sup>, embora possuam características relativamente diferentes de seu “progenitor”. Além disso, a definição do que marca o evangelicalismo atual divide posições, e a ausência de um consenso sobre isso se dá tendo em vista as diversas características teológicas, políticas e sociais do atual segmento pentecostal, demonstrando a não-uniformidade desse forte campo religioso na conformação das múltiplas crenças da sociedade brasileira (ALENCAR, 2018; ROLIM, 1995).

A ausência de um consenso sobre as definições do pentecostalismo mais recente na demografia evangélica brasileira demonstra o seu ganho de importância do junto aos debates que circundam a temática religiosa e social. Mendonça (1992) define essas correntes como “sindicato de mágicos”; Bittencourt (1993) as afirma como um “pentecostalismo autônomo”; e Siepierski (1997) as denominou de “pós-pentecostalismo”. Entretanto, apesar da amplitude dessas discussões, trabalharemos na continuidade do texto, principalmente com as definições de Freston (1993) e Mariano (2014) a respeito aos pentecostais na contemporaneidade nacional.

### 3.2 CARACTERÍSTICAS DO PENTECOSTALISMO E SEU PROTAGONISMO NO ESPAÇO PÚBLICO E RELIGIOSO

O protagonismo pentecostal no universo evangélico brasileiro e no âmbito da política, possibilitou que estudiosos do tema, como Paul Freston e Ricardo Mariano, traçassem um caminho do desenvolvimento do pentecostalismo e do neopentecostalismo no Brasil e suas principais características ecumênicas e teológicas, esboçando, assim, uma análise de como esses segmentos se difundiram e vieram a se tornar as vertentes mais fortes do protestantismo em praticamente todo território brasileiro.

---

<sup>42</sup> Embora os diversos tipos de pentecostalismo sejam protagonistas na conformação do universo protestante atual, temos também outras manifestações protestantes se dinamizando e presentes no âmbito religioso do Brasil atual (ALENCAR, 2018).

Freston (1993) elenca a existência de três ondas do pentecostalismo brasileiro, a primeira iniciada na década de 1910 com a chegada das igrejas Congregação Cristã (1910) e a Assembleia de Deus (1911); a segunda entre os anos 50 e 60, com uma maior fragmentação do campo pentecostal, surgindo outros três grandes grupos, sendo eles a Igreja Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é amor (1962); e a terceira com início no final da década de 70, com o surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980).

Mariano (2014), se baseando nas ondas descritas por Freston, traçou as tipologias das formações pentecostais brasileiras, divididas em *pentecostalismo clássico*, *deuteropentecostalismo* e o *neopentecostalismo*. As denominações e movimentos do pentecostalismo clássico e do deuteropentecostalismo possuem poucas diferenças teológicas. A primeira dá maior ênfase ao dom de falar em línguas e a segunda no dom da cura, no mais o núcleo teológico é convergente. Já o neopentecostalismo pertencente à terceira onda e se caracteriza pela exacerbação da guerra espiritual contra o Diabo e a pregação da teologia da prosperidade. Além disso, o que o diferencia das correntes anteriores é uma ruptura com o sectarismo e o ascetismo puritano presente nas demais denominações do pentecostalismo (MARIANO, 2014). Diferente das outras igrejas pentecostais, as principais denominações neopentecostais se estruturam de maneira empresarial, sendo que algumas delas agem inclusive para alcançar fins lucrativos<sup>43</sup> (ORO, 1992).

Através desse desenvolvimento religioso, o pentecostalismo e também o neopentecostalismo se difundiram entre a população, e, de acordo com Spyer (2020), se tornaram as correntes que contam com maior número de fiéis no campo evangélico nacional, sendo a pentecostal Assembleia de Deus<sup>44</sup> possuindo cerca de 12 milhões de adeptos e, segundo o censo de 2010, a neopentecostal IURD<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> Esse fenômeno também se encontra fortemente presente em países como os EUA.

<sup>44</sup> É válido ressaltar que diferente de outras denominações pentecostais que possuem um núcleo administrativo central, como a IURD, a AD é pulverizada em diferentes ministérios e com administrações diversas, mas que tem em sua teologia pentecostal o pano de fundo comum que as interligam, dando a essa denominação presença forte no campo religioso brasileiro e em especial no ambiente político (FAJARDO, 2014).

<sup>45</sup> Já a IURD possui uma direção central que controla as filiais distribuídas nas mais diversas localidades nacionais e também internacionais. Esse modelo de organização é conhecido como modelo episcopal. O bispo Edir Macedo é quem lidera a instituição, que vem se notabilizando como uma das igrejas mais influentes na política contemporânea brasileira (ORO, 2003).

possuindo cerca de 1,8 milhões de fiéis. Conseqüentemente, muito dessa guinada pentecostal e neopentecostal para a ação política é creditada ao avanço da chamada *Teologia da Prosperidade*. Segundo Ruiz e Michel (2014), essa teologia prefere o indivíduo, e não a comunidade, e entende ser através da ação do fiel neste mundo de buscar a riqueza que se pode vir a alcançar o céu. E é por meio das ações e seu desfrute na vida mundana, que o crente atinge os seus fins, entre eles aquele de levar seus preceitos para a atividade na vida pública<sup>46</sup>.

Uma outra importante característica ecumênica e teológica dessas correntes – mas principalmente dos neopentecostais –, se trata da chamada *Teologia do Domínio*<sup>47</sup>, cuja principal característica é a “A guerra contra o Diabo”. Isso significa que:

Os neopentecostais creem que o que se passa no “mundo material” decorre da guerra travada entre as forças divinas e demoníacas no “mundo espiritual”. Guerra, porém, que não está circunscrita apenas a Deus/anjos X Diabo/demônios. Os seres humanos, conscientes disso ou não, participam ativamente de uma outra frente de batalha. Agem, cada qual, segundo seu livre-arbítrio. Voluntariamente engajados no lado divino, crêem deter poder e autoridade, concedidos a eles por Deus, para em nome de Cristo, reverter as obras do mal (MARIANO, 2014, p. 113).

O destaque na luta contra o mal, promovida por essas correntes do pentecostalismo, fomentou uma onda crescente de intolerância religiosa no país a partir de 1980, em especial contra os cultos afro-brasileiros e o espiritismo kardecista<sup>48</sup>, tido por eles como pretensos inimigos e aliados do Diabo (MARIANO, 2014).

Pastores como R. R. Soares e Edir Macedo, alguns dos principais expoentes do pentecostalismo e do neopentecostalismo no Brasil, se notabilizaram ao longo dos anos como grandes vocalizadores de uma linguagem beligerante perante outros

---

<sup>46</sup> Estima-se que esse quantitativo não esteja somente defasado devido às constantes transformações no mapa religioso do Brasil desde 2010, como já assinalado neste trabalho, mas que esses segmentos também seguem crescendo ainda mais em número de fiéis dentro do amplo campo evangélico do país.

<sup>47</sup> Forjada nos EUA nos finais dos anos 80, teve como seu principal difusor o teólogo e escritor Peter Wagner, figura declaradamente reacionária do universo religioso americano.

<sup>48</sup> Fernandes (1996), inferiu por meio de dados que na década final do século passado, 89% dos evangélicos consideravam o kardecismo uma religião do Diabo e 95% dos evangélicos entendiam que a Umbanda e o Candomblé são religiões demoníacas.

grupos religiosos. Desde 1980, esses atores vêm vociferando palavras de tom combativo em seus púlpitos.

Soares diz que, “não existe nada que esteja fora da ação demoníaca. No futebol, na política, nas artes e na religião, nada escapa ao cerco do Diabo” (...) Por trás da religião, do intelectualismo, da poesia, da arte, da música, da psicologia, do entendimento humano e de tudo com o que temos contato, Satanás se esconde” (...) “O espiritismo não ensina seus adeptos a se afastarem delas: pelo contrário, bebidas alcoólicas, fumo, prostituição e coisas desse tipo são comuns principalmente no baixo espiritismo” (SOARES, 1984).

Macedo afirma que “desenvolver-se no espiritismo, significa torna-se totalmente submisso aos demônios” (...) “essa religião que está tão popular no Brasil é uma fábrica de loucos e uma agência onde se tira o passaporte para a morte e uma viagem para o inferno (MACEDO, 1998).

No mundo da política, essa linguagem bélica também se fez e se faz presente. Ainda em 1994, o pastor Lamartine Posella (MDB) ligado ao pentecostalismo disse em campanha que “o caos social, político e econômico é decorrência, numa primeira instância, das maldições espirituais que repousam sobre o nosso país (a idolatria, o espiritismo, o completo repúdio a Deus, por parte de milhões de brasileiros” (MARIANO, 2014, p. 145).

Para Elisa Rodrigues (2019), a imaginação de uma “guerra santa” em oposição as forças diabólicas, promovidas por correntes do pentecostalismo contemporâneo – mas não somente por elas<sup>49</sup> –, tem também se amparado teologicamente no Velho Testamento, principalmente numa *linguagem mítica* que enxerga no embate o único meio de vencer o mal.

A recorrência da violência em algum âmbito relacionada ao campo religioso brasileiro indica-a como um marcador reivindicado para a legitimação de um dado grupo religioso diante de outro, geralmente considerado inimigo. Passam por essa trama revivendo-a pagãos, idólatras, divindades africanas, mulheres e, mais recentemente, gays. O ardil beligerante que deslegitima a divindade do outro permanece como um recurso conhecido pelos cristãos pentecostais (RODRIGUES, 2019, p. 78).

Esses aspectos calcados na batalha e no conflito se diferem em expressivo grau das interpretações e práticas teológicas, tanto do catolicismo como do

---

<sup>49</sup> Há que se destacar, o avanço da pentecostalização de denominações do protestantismo histórico e de missão, bem como, de grupos inseridos no catolicismo.

protestantismo histórico e o de missão. Afinal, influenciados pelo Novo Testamento desde o século XVIII, essas religiões foram paulatinamente se afastando da ênfase em questões como “guerras santas”, possessões demoníacas, passando a usar o Diabo como metáfora, símbolo e abstração, especialmente em suas liturgias. Além disso, a teologia liberal<sup>50</sup> abarcada por correntes protestantes e católicas, passou a não dar enfoque em curas milagrosas, intervenções sobrenaturais na história e na vida dos indivíduos (KOLAKOWSKI, 1985; MARIANO, 2014).

Dito isso, um outro prisma a ser ponderado é que esse segmento do campo evangélico sempre teve uma inserção no mundo das revistas e jornais, mas a partir de 1990 vem se notabilizando pela forte entrada no campo midiático por meio de rádios, jornais, revistas físicas e agora digitais, canais televisivos e, mais recentemente, pelas redes sociais. A promoção da música gospel, somada à acentuada exposição nacional de testemunhos de transformação da vida dos fiéis, fortalece a estratégia e o sucesso que diversas denominações do pentecostalismo têm obtido para angariar adeptos pelo Brasil (ALENCAR, 2018; MARIANO, 2014). Bispo (2018) destaca, em um estudo de caso, como segmentos ligados ao pentecostalismo têm utilizado diferentes dispositivos midiáticos contemporâneos para não só difundir os chamados testemunhos religiosos de conversão e salvação, como também, para promover a narrativa de defesa da família “tradicional” cristã, como a instituição social capaz de ser o aparato moral legítimo de apoio a quem está saindo da vida “pecaminosa” e encontrando Deus.

Esse uso da mídia como meio de difusão da crença e dos valores evangélico-pentecostais através de narrativas de conversão<sup>51</sup>, tem servido como engrenagem de uma rotatória industrial-cultural muito maior e de um projeto político (BISPO, 2018, p. 257). Py e Reis (2015) destacam que parlamentares evangélicos atuam no Congresso em defesa de maior espaço nos meios de comunicação desde 1987. Dessa maneira, percebe-se que esse sucesso não tem se dado unicamente

---

<sup>50</sup> É um campo da teologia cristã que surgiu no século XIX e que busca abordar o cristianismo por uma perspectiva crítica, aberta e racional sem negar ou menosprezar a importância da experiência religiosa e do compromisso religioso.

<sup>51</sup> No trabalho em questão, Bispo (2018) faz o estudo de caso sobre a ex-modelo Andressa Urach, que se converteu ao neopentecostalismo, ingressando na IURD, após sofrer graves problemas de saúde em decorrência de procedimentos estéticos em excesso. O autor constata, “o quanto o universo da família torna-se importante no auxílio da construção dessas narrativas de testemunho, graças a uma série de conexões midiáticas estabelecida entre aquele que narra e sua parentela” (BISPO, 2018, p. 250).

no campo da cultura e do mercado religioso, mas na esfera da política e do espaço público nacional também.

Silva (2019) aponta em seu trabalho o êxito que muitos pastores pentecostais têm logrado em agir como *brokers* – que basicamente são os chamados cabos eleitorais –, angariando voto junto às suas comunidades religiosas para determinado candidato. O pastor e líder da Assembleia de Deus, Silas Malafaia, é um exemplo disso, haja visto que, historicamente, para se opor ao PT, busca proferir discursos moralizantes ligados a temas como o da família tradicional, aborto, gênero, dentre outros, influenciando a votação de seus fiéis (SILVA, 2019). Um outro aspecto de suma importância estudado pelo autor se refere ao fato de que inúmeras igrejas pentecostais estão localizadas em áreas de maior vulnerabilidade social, o que, em certa medida, elucida a tese de que os eleitores pentecostais de baixa renda, por influência da igreja, tendem a não votar em partidos de orientação progressista<sup>52</sup> (SILVA, 2019, p. 75).

Na esteira desse importante avanço pentecostal, a partir de 1970 a Igreja Católica no Brasil e o Vaticano buscaram conter esse crescimento por meio de algumas ações: 1) Incentivaram a difusão na sociedade brasileira do movimento leigo católico de raiz pentecostal, conhecido como Renovação Carismática<sup>53</sup>; 2) Realizaram diversos encontros entre as lideranças episcopais nacionais e o Vaticano, com o intuito de combater o que eles chamavam de “seitas evangélicas” e posteriormente de “movimentos religiosos independentes”; 3) Intensificaram a inserção do catolicismo na mídia, fortalecendo a conhecida Rede Vida e ampliando, em diversos canais de comunicação, a promoção da fé católica (MARIANO, 2014).

Vale destacar a assídua inserção do pentecostalismo na periferia brasileira e o enfraquecimento dos movimentos sociais de base da Igreja Católica, como as Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s – que, durante a ditadura militar, desempenhou importante trabalho social e humanitário nas periferias, além de uma vigorosa ação política de combate ao regime, o que, porém, perdeu força com a ascensão do papado de João Paulo II, o que também configura um aspecto preponderante acerca dessa questão. Mariano (2014) explicita que, desde a

---

<sup>52</sup> Nesse estudo, Silva (2019) apurou que, historicamente, os pentecostais são arredios ao PT, mas foi a partir das eleições de 2010, 2014 e 2018 que essa recusa ao petismo se aguçou junto a esse grupo do eleitorado brasileiro. Diferentemente desses, as correntes do protestantismo histórico e principalmente os católicos tendem mais a votar em partidos de esquerda.

<sup>53</sup> Acerca das características da Renovação Carismática, ver Prandi (1997).

redemocratização, a Igreja Católica tentou recuperar o terreno perdido para as correntes pentecostais em nosso mercado religioso, principalmente pela via da política, rivalizando com o segmento em temas como a educação religiosa no ensino público<sup>54</sup> e as concessões televisivas. Fato é que a reação institucional do catolicismo nacional perante o progresso do pentecostalismo desvenda ainda mais o peso social dessa vertente evangélica.

Portanto, não é possível pensarmos as múltiplas faces da entrada dos evangélicos no cenário público e, conseqüentemente, político brasileiro sem levarmos em conta a importância do pentecostalismo e o do neopentecostalismo como um fator crucial para compreender tais questões, tendo em vista que se trata de um segmento que cresce demograficamente, se capilariza socialmente e se fortalece politicamente, colocando suas pautas no debate político. Vejamos que, na campanha presidencial de 1990, os líderes pentecostais não só receberam os candidatos, mas participaram ativamente das campanhas para influenciarem seus fiéis. Ou seja, além do protestantismo, de um modo geral, o que se percebe é que o pentecostalismo e o neopentecostalismo foram a força motriz dessa guinada evangélica no espaço público e na estrutura institucional da política nacional (MARIANO & PIERUCCI, 1992).

### 3.3 EVANGÉLICOS NA POLÍTICA NACIONAL PÓS-1980: A CONFIGURAÇÃO DA BANCADA EVANGÉLICA NO CONGRESSO NACIONAL

O protestantismo esteve presente em questões ligadas à política brasileira até mesmo antes da instauração do Regime Militar (1964-1985), ainda que com um peso muito menor. Vários parlamentares evangélicos já haviam sido eleitos antes dos governos militares, e durante esse interregno autoritário, se filiaram principalmente ao partido do regime, a conhecida Aliança Renovadora Nacional (ARENA). A partir de 1970, alguns nomes do pentecostalismo começaram a se organizar institucionalmente para a entrada de fato dos evangélicos na política, motivados pelo receio do avanço de correntes políticas progressistas que surgiam

---

<sup>54</sup> Mariano (2014) destaca que a Igreja Católica em 1997 conseguiu por meio de pressão junto ao executivo federal e o parlamento, aprovar mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que dava brechas para que a doutrina católica continuasse mesmo que indiretamente sendo ensinada nas escolas. Foi essa uma das formas que a igreja encontrou barrar o crescimento demográfico evangélico.

com a reabertura gradual da democracia no país. Pastores de denominações como a Assembleia de Deus já viam no terreno da política um caminho para a vocalização de suas demandas, principalmente oriundas do debate em torno da moral e dos costumes (COWAN, 2014).

Porém, foi mesmo após 1980 que a entrada dos evangélicos na cena política configurou como uma nova guinada desse segmento em relação ao espaço público e à política. Como destaca Freston (2020), por influência dos pentecostais, o jargão “*crente não se mete em política*” é substituído pela expressão “*irmão vota em irmão*”. Uma clara transformação do imaginário evangélico acerca da vida política é a concepção de que política é algo mundano e nocivo aos preceitos dos crentes, e que perde espaço para a lógica de que é também, através da participação na política dos fiéis que os valores cristãos devem ser propagados e postos em prática na sociedade.

Um exemplo dessa mudança se deu durante processo de elaboração da nova Constituição, promulgada em 1988. De acordo com Pierucci (1989, p. 164), os evangélicos explicitaram sua atitude diante da Constituição, exigindo “que a Carta Magna da nação brasileira se baseasse na “Carta Magna” de Deus aos homens, a Bíblia”, posição que implicava na subordinação da vontade laica, própria da política, ao mundo da religião. Essa tese, politicamente herética, servia a vários propósitos. Ela criava a perspectiva de luta contra a hegemonia do Cristianismo, algo que poderia levar à perda da liberdade religiosa ou ao cerceamento de crenças diferentes. Vale dizer ainda que ela servia de diferenciação em relação ao Catolicismo que, ao longo do período republicano no Brasil, nunca defendera algo semelhante. Por outro lado, ela organizava o horizonte de combate à garantia de direitos às chamadas minorias sexuais, e de políticas que expressassem suas demandas, assim como às religiões afro-indígenas-brasileiras (MARIANO, 2011; GUADALUPE, 2020).

Toda essa conformação de pautas que fomentaram a entrada do segmento no ambiente político, teve como elemento de sua concretização a união de parlamentares evangélicos na constituinte – principalmente do campo batista renovado e pentecostal – em torno de temas e interesses em comum. Surge então a



bancada evangélica<sup>55</sup>, que, composta majoritariamente por conservadores, se contrapõem à políticas que visavam a promoção dos direitos civis de minorias sociais e sexuais. Entretanto, apesar de minoritários, parlamentares evangélicos de esquerda se opuseram a essa corrente dominante do segmento no Congresso (COWAN, 2014; PY & REIS, 2015).

Ao longo dos anos o crescimento da bancada evangélica no parlamento nacional brasileiro ilustra a preponderância de políticos ligados às igrejas pentecostais e neopentecostais, seja por meio do expressivo número de parlamentares eleitos ou por serem esses políticos a liderarem mais vezes os caminhos dessa bancada. Fato é que os deputados evangélicos foram se organizando ao longo do tempo. Em um primeiro momento, eles se associavam informalmente para a defesa de algumas pautas comuns. Mas logo cuidaram de criar a Frente Parlamentar Evangélica<sup>56</sup> em 04 de setembro de 2003<sup>57</sup>, que veio a obter o registro oficial na Câmara dos Deputados em 21 de outubro de 2015. Na ata do registro desta Frente é possível encontrar os motivos de sua fundação, vinculando-a “à proteção da família, da vida humana e dos excluídos”, além de promover a “inovação da legislação necessária à promoção de políticas públicas, sociais e econômicas” objetivando combinar isso “os propósitos de Deus, e conforme sua palavra” (BRASIL, 2015).

Ao longo dos anos, um dos principais motes de ação da FPE tem sido o forte apelo à políticas moralistas e tradicionalistas. Como exemplo, o grupo formulou nas últimas décadas, projetos de lei que incidem em questões ligadas à temática da família, sexualidade, dentre outras, inseridas em suas esferas de interesse. A proposição do Estatuto do Nascituro; a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Estatuto da Juventude; Lei Muwaji (PL 1057/07); CPI do Tráfico

---

<sup>55</sup> Vale mencionar que a ampla maioria da bancada adere ao denominado *centrão*: conjunto de partidos políticos que não possuem uma orientação ideológica específica e que têm como objetivo assegurar uma proximidade ao poder executivo de modo que lhes garanta vantagens como a distribuição de recursos para suas bases eleitorais.

<sup>56</sup> É importante dizer que, apesar da FPE ser conhecida como “Bancada Evangélica”, fato é, que, ela deve ser referida como “Frente Parlamentar”. “Bancada” abarca um agrupamento partidário e a Frente Parlamentar compreende a reunião de um grupo de parlamentares de diversos partidos que lutam por uma causa em comum (como a ruralista, a empresarial, a sindical, a da bala) (DIAP, 2011).

<sup>57</sup> O objetivo inicial da criação era promover cultos semanais com os congressistas evangélicos e por meio desses encontros fazer uma “mobilização estratégica” em prol da defesa da família, da vida humana e da liberdade religiosa (BAPTISTA, 2009).

Humano; Dia Nacional da Valorização da Família e a Lei da Palmada, são algumas das iniciativas do grupo nesse sentido (LOPES, 2013).

Dessa maneira, ao observarmos os dados referentes ao quantitativo parlamentar da bancada evangélica ao longo dos anos, é notório perceber como o grupo se consolidou em nossa estrutura política, e como esse conjunto tem nas principais denominações pentecostais e neopentecostais a sua âncora de sustentação numérica, política e ideológica. Como forma de explicitar tal constatação, podemos ver na tabela abaixo tanto a evolução da representação evangélica no Congresso Nacional, como a liderança da AD<sup>58</sup> e o crescimento da IURD<sup>59</sup> entre os anos de 1984 e 2006:

Tabela 03 - Representação evangélica no Congresso Nacional, por Igrejas (1984-2006)

Denominações	Número de Parlamentares/ Legislaturas				
	1984/1990	1991/1994	1995/1998	1999/2002	2003/2006
Assembleia de Deus	13	13	10	12	26
Universal	1	3	6	16	18
Batista	7	5	4	8	7
Batista Renovada	3	–	1	5	3
Presbiteriana	4	1	4	3	2
Quadrangular	2	1	1	2	4
Luterana	1	2	2	5	4
Outras tradicionais	4	5	1	2	1
Outras pentecostais	1	1	1	4	3
Total de Igrejas	14	12	11	13	11
Total de Parlamentares	36	31	30	57	68

Fontes: Freston, 1996 e 2001(*apud* Fonseca, 2004); Fonseca, 1998 e 2006.

Observando esses números, podemos perceber como a pentecostal Assembleia de Deus e a neopentecostal Universal do Reino de Deus, foram as denominações que mais elegeram parlamentares, com destaque para a IURD, que salta de 01 para 18 parlamentares nesse período. Isso se deu a partir de uma disciplinada burocratização nas escolhas dos bispos que tinham maior potencial para disputarem as eleições. Em especial, aqueles que exerciam funções midiáticas na igreja, como apresentadores de quadros religiosos na Rádio e na TV (FONSECA, 2004).

Durante esse período – principalmente na década de 90 –, a despeito de certo pragmatismo político por parte de algumas destas lideranças políticas e religiosas, um traço importante que marcou a atuação de políticos ligados às denominações

<sup>58</sup> Assembleia de Deus.

<sup>59</sup> Igreja Universal do Reino Deus.

pentecostais e neopentecostais, foi uma velada recusa ao Partido dos Trabalhadores (PT), encarnada na figura de Lula e à certa parcela da esquerda, considerada por eles aliados do Diabo e inimigos da fé evangélica (MARIANO, 2014). O bispo iurdiano Edir Macedo e deputados próximos a ele, bravejam que o PT era comandado pela Igreja Católica em outros momentos e afirmavam que Lula defendia o aborto e era aliado de lideranças do Candomblé. Através de seus jornais e veículos de comunicação, denominações como a AD – nesse momento já liderada por Silas Malafaia –, distribuíam folhetos para as pessoas, atacando o campo progressista, alegando que os candidatos de esquerda eram “materialistas e humanistas”, apoiadores do regime comunista cubano e perseguidores de pastores, tudo isso, com o intuito de minar algum ganho eleitoral do PT dentro do público pentecostal (MARIANO, 2014).

No pleito eleitoral de 2006 a bancada evangélica sofreu um significativo impacto em sua composição, muito justificado pelos escândalos de corrupção (Mensalão e CPI dos Sanguessugas)<sup>60</sup> que eclodiram no Brasil naquele momento e que envolviam parlamentares evangélicos. Já nas eleições de 2010, a bancada evangélica voltou a crescer, porém denominações como a IURD continuaram a eleger um número menor de parlamentares em detrimento dos índices obtidos antes da eclosão dos escândalos de corrupção. Vemos isso na tabela abaixo:

Tabela 04 - Representação evangélica por denominações no Congresso Nacional em 2010

Denominações 2010	Número de Congressistas
Deputados sem denominação citada	20
Assembleia de Deus	18
Batista	9
IURD	4
Presbiteriana	3
Cristã Evangélica	1
Cristã Maranata	2
Evangelho Quadrangular	1
Igreja Renascer	1
Internacional da Graça de Deus	1
Sara Nossa Terra	1
Luterano	1
<b>Total</b>	<b>63</b>

Fonte: DIAP, adaptado pelo autor.

<sup>60</sup> A Operação Sanguessuga foi deflagrada pela Polícia Federal em 4 de maio de 2006. No Congresso, a operação policial resultou na abertura de uma CPI mista, formada por deputados e senadores. A CPI das Ambulâncias, ou dos Sanguessugas, pediu o indiciamento de 72 parlamentares, sendo três senadores. Já o mensalão foi um esquema de desvio de dinheiro público, organizado por alguns membros de partidos políticos da base, que usavam o montante para pagar deputados federais da base aliada em troca de votos favoráveis aos projetos do governo.

Apesar do fracasso iurdiano, percebemos como a AD continuou a contar com expressivo número de parlamentares eleitos em relação à composição da bancada. Não por acaso, conseguiram emplacar dois ministros no governo de Dilma Roussef: o Ministério da Pesca e da Agricultura, entregue ao senador reeleito Marcelo Crivella (Republicanos/RJ), e o Ministério do Esporte, ao deputado George Hilton (PROS/MG), ambos ligados à IURD.

Nas eleições de 2014, a bancada evangélica logrou aumentar a sua representação, saltando de 63 para 82 deputados<sup>61</sup>, ou seja, novos 19 parlamentares, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 05 - Representação evangélica por denominações no Congresso Nacional em 2014

Denominações 2014	Número de Congressistas
Congregação Cristã	2
Cristã Maranata	1
Metodista	2
Sara Nossa Terra	2
Mundial do Poder de Deus	3
Evangelho Quadrangular	3
Batista	11
Presbiteriana	4
Universal do Reino de Deus	15
Assembleia de Deus	29
Outras	10
<b>Total</b>	<b>82</b>

Fonte: DIAP, adaptado pelo autor.

Olhando esses números, podemos perceber que a IURD obteve um expressivo crescimento, pulando de 04 deputados eleitos em 2010 para 15 eleitos em 2014. E novamente a AD, que avança de 18 para 29 parlamentares eleitos, segue liderando o número de membros da bancada, evidenciando assim uma maior representatividade das igrejas pentecostais e neopentecostais.

Esse cenário se repete no pleito eleitoral de 2018, quando as duas denominações seguiram na dianteira em números de parlamentares evangélicos eleitos: a Igreja Assembleia de Deus passa de 29 para 33, e a Universal do Reino de Deus, que antes possuía 15, passou a ter 17.

<sup>61</sup> Nesse apontamento feito pelo DIAP, não foram quantificados os senadores eleitos que também pertencem à Bancada Evangélica, além disso, esse levantamento foi feito após a divulgação dos eleitos, o que não exclui deputados que vieram a ser cassados ou outros parlamentares que viriam a integrar a Bancada.

Tabela 06 - Representação evangélica por denominações no Congresso Nacional em 2018

Denominações 2018	Número de Congressistas
Batista	12
Cristã Maranata	2
Internacional da Graça	3
Evangelho Quadrangular	4
Presbiteriana	4
Universal do Reino de Deus	17
Assembleia de Deus	33
Outras	15
<b>Total</b>	<b>91</b>

Fonte: Congresso em Foco/UOL, adaptado pelo autor.

A partir desse quadro, se percebe o avanço que as igrejas evangélicas tiveram na conjuntura política nacional, e até mesmo as denominações históricas e renovadas lograram certo êxito ao longo desses anos. Entretanto, o protagonismo pertence às denominações pentecostais e neopentecostais (em especial à AD e à IURD) nos últimos dois pleitos eleitorais serviram como marco recente das conquistas políticas empreendidas por esse segmento religioso. Dessa forma, cabe ressaltar que:

Os políticos pentecostais costumam içar e brandir velhas bandeiras moralistas, causas do agrado de suas bases eleitorais, como a censura nos meios de comunicação e a oposição à legalização do aborto, à pornografia, à união civil de homossexuais, à descriminalização da maconha (MARIANO, 2041, p. 91).

Um outro aspecto a ser ressaltado é o de que partidos como o conservador Partido Social Cristão (PSC) e, principalmente, o Republicanos, foram nos últimos anos siglas que abarcaram o maior número de parlamentares pentecostais e neopentecostais em seus quadros. Como forma de exemplificação, Valle (2018) destaca que, no pleito de 2010, dos 11 deputados evangélicos do PSC, 08 eram vinculados à AD, o que demonstrava uma afinidade da denominação com o partido. De modo semelhante, dos 20 integrantes da executiva nacional do PSC, 10 são evangélicos e 8 são da AD, incluindo o presidente da sigla, Pastor Everaldo, o que configura um predomínio dessa instituição no partido, muito embora esses parlamentares e dirigentes venham de diferentes segmentos da AD (VALLE, 2018). Um outro caso paradigmático é o do Republicanos, que conta com todos os parlamentares ligados à IURD filiados ao partido, além de ter como presidente da sigla o também parlamentar evangélico e bispo licenciado da IURD, Marcos Pereira,

caracterizando, assim, o domínio de uma denominação neopentecostal sobre o partido político, o caso mais extremo do sistema partidário brasileiro.

Já o pleito eleitoral de 2022 foi um marco no que se refere ao número de candidaturas evangélicas para os cargos em disputa, principalmente para deputados federais, estaduais e distritais. Conforme aponta um levantamento do site *Poder360* com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>62</sup>, 520 dos nomes de candidatos nas urnas estavam relacionados à igrejas evangélicas, entre pastores, irmãos e reverendos. Além disso, em 10 anos, o número de candidatos com esses títulos cresceu 128%. O ultradireitista PTB, de Roberto Jefferson, foi o partido com mais candidatos ligados à igreja evangélica, tendo 47 representantes, vindo a superar o Republicanos, que somou 40. Ao todo, 26 siglas têm candidatos nomeados com funções evangélicas<sup>63</sup> (BRASIL..., 2022).

Porém, com o resultado das eleições proporcionais, a bancada evangélica se manteve praticamente estável no número de parlamentares eleitos em relação ao pleito de 2018. A Assembleia de Deus e a IURD continuam as denominações que mais elegem integrantes para a respectiva bancada, além do Republicanos ter se mantido como a sigla com a maioria de parlamentares do grupo, jogando por terra a superioridade numérica de candidatos evangélicos do PTB. Vejamos:

Tabela 07 - Representação evangélica por denominações na Câmara dos Deputados eleita em 2022

Denominações 2022	Número de Deputados
Batista	10
Luterana	2
Internacional da Graça de Deus	3
Evangelho Quadrangular	3
Congregação Cristã do Brasil	2
Universal do Reino de Deus	14
Assembleia de Deus	24
Outras	17
<b>Total</b>	<b>75</b>

Fonte: UOL, adaptado pelo autor, 2022.

É importante observar que, além dos 75 deputados eleitos e reeleitos, segundo lideranças do bloco, a Frente Parlamentar Evangélica ainda contará com 13

<sup>62</sup> Conforme explicou o Jornal, os dados coletados no TSE foram parciais, posteriores à data da publicação da reportagem. Mudanças podem ter ocorrido no quantitativo trabalhado.

<sup>63</sup> Partidos mais à direita como PSC, PATRIOTA e PP além dos já mencionados, mais que dobraram o número de candidaturas evangélicas em relação aos partidos de esquerda como PT, com 11 nomes, e PSOL, com 5.

senadores em sua composição no Congresso Nacional (Bancada..., 2022), o que, somado, dá um total de 88 parlamentares atuantes, um decréscimo de apenas três congressistas eleitos em relação ao ano de 2018, bem como, quantitativamente superior aos pleitos de 2014 e 2010. Além disso, a eleição para a Câmara dos Deputados do bolsonarista Nikolas Ferreira<sup>64</sup> (PL-MG), campeão de votos do país, totalizando 1.492.047, e a eleição para o Senado Federal de Damares Alves (Republicanos-DF) e Magno Malta (PL-ES), são consideradas relevantes conquistas do bloco, afinal, todos os três são evangélicos e se destacam pelo ativismo político em prol de pautas regressivas no âmbito dos costumes<sup>65</sup>.

Dentro desse panorama, vale sublinhar, que em um recente debate televisivo com o deputado federal eleito Guilherme Boulos (PSOL-SP), Nikolas afirmou que “(Jesus) não veio acabar com a pobreza, ele veio pagar um preço que ninguém poderia pagar”, além de ter reafirmado que Jesus “não veio ao mundo para combater a desigualdade”, em clara oposição aos preceitos políticos do deputado psolista e de correntes religiosas progressistas (VEJA..., 2022). Nikolas ganhou envergadura política e ficou conhecido no meio evangélico, como o político jovem “consagrado para Cristo”, por expor em redes sociais seu ativismo contra a “doutrinação ideológica” de esquerda nas escolas, bem como sua assídua aproximação da linguagem bélica contra minorias sexuais feita por setores do bolsonarismo.

Com a ida de Bolsonaro para o Partido Liberal (PL), diversos parlamentares e personalidades evangélicas também migraram para o partido, além do já mencionado Magno Malta, o conhecido deputado federal e pastor Marco Feliciano (PL/SP) também fez esta migração, o que caracteriza a influência que Bolsonaro tem sobre parcela significativa das lideranças que compõem a bancada. No entanto, para as lideranças da bancada, o resultado ficou abaixo do esperado, pois, com o espaço conquistado no governo de Jair Bolsonaro, tanto em termos de cargos, como de maior visibilidade e difusão de suas pautas no âmbito do poder e do espaço público, a expectativa não era a de estabilidade, mas a de um aumento de pelo menos 30% de parlamentares evangélicos no Congresso Nacional (BANCADA..., 2022).

---

<sup>64</sup> O parlamentar eleito é vinculado à Igreja Comunidade Evangélica Graça e Paz de Belo Horizonte/MG.

<sup>65</sup> Se tratando do campo mais à esquerda, os evangélicos Henrique Vieira (PSOL-RJ), Marina Silva (REDE-SP) e Benedita da Silva (PT-RJ), foram alguns dos deputados(as) federais eleitos que possivelmente irão compor a minoria de progressistas de evangélicos na Câmara dos Deputados.

Dito isso, muito do êxito dessas denominações pentecostais na esfera da política passa por uma estratégia chamada de “modelo corporativo de representação política”, cujo objetivo é a promoção de “candidaturas oficiais” da igreja com intuito de apresentá-las aos fiéis. As igrejas AD, IURD e Igreja do Evangelho Quadrangular foram as pioneiras na adoção do modelo. No entanto, à medida que a candidatura de evangélicos para o parlamento brasileiro teve sucesso, outras denominações passaram a também adotar esse caminho (GUADALUPE, 2020).

Embora as denominações pentecostais sejam as mais fortes no âmbito da representação do evangelicalismo na política nacional, podemos perceber como a diversidade de denominações e correntes evangélicas brasileiras, também se mostra presente na composição da bancada. São mais de 20 denominações com parlamentares presentes em diversos partidos, demonstrando, assim, um expressivo grau de fragmentação denominacional e, conseqüentemente, política desse grupo (VALLE, 2018).

Evidente é a constatação do crescimento dos evangélicos no campo da participação política no Brasil, com sucessivos avanços tanto na composição de sua bancada como na inserção de suas pautas morais no debate público e político, inclusive na esfera institucional. Logo, se constata que no Brasil o segmento evangélico é o setor religioso que tem obtido maior sucesso na empreitada de vocalizar suas pautas e interesses no espaço público (PRANDI, SANTOS & BONATO, 2019). Assim, os últimos anos têm evidenciado a consolidação da força do setor no debate referente aos costumes e em sua efetivação como campo político de direita em nossa conjuntura, especialmente com o recrudescimento de forças e linguagens políticas inseridas no conservadorismo e no reacionarismo político nacional.

### 3.4 A RELAÇÃO ENTRE A DIREITA E OS EVANGÉLICOS NA CONJUNTURA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Esse avanço dos evangélicos na política brasileira fez emergir uma outra questão na conjuntura social e política brasileira, que é a relação da presença



evangélica na política com a direita nacional<sup>66</sup>, afinal, segundo apontamentos, a extensa maioria dos atuais parlamentares integrantes da bancada evangélica estão filiados em partidos de centro-direita e direita<sup>67</sup> (CONGRESSO EM FOCO, UOL, 2018). Não obstante, a nova bancada eleita seguirá tendo um amplo predomínio de integrantes vinculados à agremiações partidárias de centro-direita e direita. Portanto, pensar o avanço evangélico e versar sobre sua configuração e inclinação ideológica é tarefa essencial, tendo em vista não só o crescimento das narrativas ligadas às pautas morais amplamente defendidas pelos evangélicos conservadores, como também os êxitos eleitorais de uma direita vinculada ao conservadorismo e ao reacionarismo moral no ambiente político nacional capitaneado pelo e no governo Bolsonaro.

Muito se discute sobre os caminhos políticos tomados pelos evangélicos no cenário eleitoral e governamental após a redemocratização nacional. Diversos pesquisadores salientam o aspecto pragmático da atuação do setor, no que tange ao apoio a governos, seja à esquerda ou à direita do espectro ideológico, tendo em vista que, em suma as principais lideranças evangélicas inseridas na política estiveram em sua maioria na base de praticamente todos os governos federais desde a restauração da democracia em 1988 (VALLE, 2018; FRESTON, 1993; MARIANO & GERARDI, 2019). Além da sazonalidade de apoio político do segmento, destaca Burity (2020) o caráter heterogêneo na composição de forças do evangelicalismo brasileiro, apesar (como já vimos) de o predomínio pentecostal ser expressivo.

Ademais, fatores importantes catalisaram uma maior convergência dos evangélicos e suas atuações no cenário político e institucional brasileiro, aproximando-os ainda mais o grupo do campo da direita. O debate acerca dos costumes e que toca conseqüentemente no tema da moralidade conservadora é um fator que tende a congrega os evangélicos e vem ganhando força ao longo dos últimos anos. Um outro aspecto importante a ser frisado se deu com a crise social e política que eclodiu a partir de 2013 no Brasil, redesenhando parte significativa da

---

<sup>66</sup> É importante mencionar que o termo direita nacional não pressupõe um ente político homogêneo e coerente, assim como o termo direita é em si polissêmico, pensar esse campo político no Brasil, implica pensar também interpretações multifacetadas e em constante disputa no âmbito acadêmico e político. Embora exista uma certa convergência em relação a alguns fins políticos de atores políticos ligados à direita, um exemplo basilar está na maior inclinação do setor na defesa de políticas econômicas ligadas ao neoliberalismo.

<sup>67</sup> A saber, partidos como Republicanos, DEM, PP, PSL, PSC, PATRIOTA, dentre outros.

estrutura e da conjuntura política nacional desde então (ALMEIDA, 2020; SINGER, 2013).

No que tange ao tema dos costumes e a convergência dos evangélicos em torno disso, Quadros e Madeira (2018) traçaram um estudo buscando demonstrar como o recrudescimento e a maior identificação de políticos com o campo da direita teve como elemento catalisador a mobilização da agenda moral no debate político e parlamentar a partir de 2010. Os autores vão além e entendem que a bancada evangélica e sua atuação em defesa de temas ligados à moralidade se tornou um polo central no avanço da direita conservadora no cenário político contemporâneo da sociedade brasileira. De igual modo, afirmam que “após três décadas de ‘direita envergonhada’, lideranças encontraram na agenda moral o veículo a partir do qual tentam mobilizar a identidade de direita, instrumentalizando-a politicamente” (QUADROS & MADEIRA, 2018, p. 498).

Nesse sentido, a “moralização da política” por parte de grupos políticos e líderes de direita e extrema-direita, tem sido um dos principais aspectos que vem caracterizando o populismo de direita no Brasil e no mundo ao longo dos últimos anos. Uma recusa à pluralidade social em suas mais variadas facetas, somado a um discurso belicoso de oposição a direitos civis fundamentais, tem amparado uma gama de ataques, não só ao regime democrático, mas às minorias étnicas, sexuais e religiosas, colocando sobre o espaço público, uma espécie de *práxis política* pouco afeita à representatividade cultural, social e política, inerente a um mundo cada vez mais multiétnico (FINCHELSTEIN, 2020; MÜLLER, 2017; ZÚQUETE, 2017).

Um caso paradigmático, conhecido como “kit gay”, demonstrou como a temática dos costumes se tornou potente no ambiente político brasileiro, fazendo também com que a bancada evangélica esboçasse sua força, afinal, de acordo com Quadros e Madeira (2018), o projeto denominado “Escola sem homofobia”<sup>68</sup> do Ministério da Educação, formulado em 2011, foi barrado pelo grupo no Congresso Nacional, fazendo com que a então Presidente Dilma (PT) declinasse na

---

<sup>68</sup> O projeto “Escola sem homofobia”, foi formulado pelo governo federal em parceria com o MEC em 2011, e tinha o intuito de formular “ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro” (ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2013, p. 9), vindo a ser amplamente rebatido pelos evangélicos conservadores por supostamente se tratar de um projeto contra os valores morais cristãos.

implementação do programa. Isso caracterizou uma clara vitória política da bancada sobre as pautas progressistas.

As discussões relacionadas ao aborto também ocupam papel central nas pautas morais envolvendo a atuação política dos evangélicos. O combate a qualquer forma de aborto, bem como o uso do tema para se opor a políticas e políticos progressistas, se tornou parte primordial da bandeira que engloba a direita conservadora e cristã nacional<sup>69</sup>. Rocha (2020) entende que existe no Brasil um “movimento social conservador” que se difundiu para além de núcleos conservadores da Igreja Católica e das denominações evangélicas defensoras da pauta, vindo a se tornar um movimento mais amplo socialmente.

A bancada evangélica tem se caracterizado como forte defensora das políticas de oposição ao aborto, pois:

Se é possível que o homossexualismo não seja vislumbrado pelo grosso da população com o mesmo grau de repulsa a ele outorgado pelos evangélicos, a descriminalização do aborto sabidamente sofre significativa resistência em parte do eleitorado (QUADROS & MADEIRA (2018, p. 502).

Contando com a inclinação favorável de um maior número de pessoas para com a contrariedade da legalização do aborto, os políticos evangélicos fizeram com que o debate se tornasse um dos temas principais que passaram a orbitar as pautas, os debates e as bandeiras levantadas pela direita religiosa no espectro político brasileiro.

Outro marco importante no que tange à importância das temáticas ligadas ao costume na ação política evangélica, foi a eleição do deputado e pastor Marcos Feliciano<sup>70</sup> para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHM) em 2013<sup>71</sup>. Ocupar a chefia da comissão serviu como posição estratégica para mudar os seus rumos, que historicamente tinham um perfil mais progressista em sua atuação, vindo a se tornar mais conservadora e reativa em relação a pautas

---

<sup>69</sup> Isso inclui não só os evangélicos conservadores, como também setores conservadores católicos, judeus e até mesmo de espíritas kardecistas.

<sup>70</sup> Em 2013 o pastor era filiado ao Partido Social Cristão (PSC), hoje integra o mesmo partido do Presidente Jair Bolsonaro (PL).

<sup>71</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/apos-polemica-marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-cdh/>. Acesso em: 16/03/22

ligadas aos direitos humanos quando sob o comando do parlamentar (ALMEIDA, 2020).

Nesse sentido, com as diversas problemáticas no cenário público e político brasileiro, cujo cerne é uma crise de legitimidade político-partidária, o ambiente se tornou propício para a moralização religiosa da política, principalmente com a vinculação entre esses segmentos religiosos e os meios de comunicação de massa, que acabaram por funcionar como recurso para a punição moral de políticos e partidos (DUTRA & LELLIS, 2022, p. 203). Jair Bolsonaro, político que até então ocupava o cargo de deputado federal e pertencia ao baixo clero da Câmara dos Deputados, passou a vocalizar a defesa dessas narrativas e se fortalecer dentro da direita brasileira.

No mais, apesar da maior centralidade dada por parte do setor conservador e de políticos evangélicos nos temas ligados ao costume, outros pontos também ocupam o leque de pautas abraçadas pelo segmento na esfera da política, como questões ligadas à segurança pública, economia, meio ambiente, combate à corrupção, dentre outras. A bancada evangélica juntamente com a bancada da bala<sup>72</sup>, foram ao longo dos últimos anos as forças parlamentares mais assíduas na defesa da revogação do Estatuto do Desarmamento, na promoção de redução da maioria penal e no endurecimento de penas ligadas à práticas criminosas, especialmente vinculadas ao tráfico de drogas (QUADROS & MADEIRA, 2018).

À baila dessas discussões, especialmente com enfoque na acentuação dos debates em torno das políticas fiscais neoliberais<sup>73</sup>, os evangélicos conservadores se juntaram na defesa da narrativa neoliberal de menor intervenção do Estado na economia, principalmente difundindo esse apoio se baseando no discurso contra as supostas ameaças comunistas ao Estado brasileiro (ROCHA, 2018). A tônica de todo esse processo de avanço das pautas defendidas pelo segmento, somado a uma conjuntura política em franca transformação, possibilitou maiores êxitos políticos do setor no cenário público brasileiro, mas também, sua consolidação como

---

<sup>72</sup> O termo bancada da bala é usado para se referir à frente parlamentar do Congresso Nacional composta por parlamentares que advogam em defesa do armamento e de políticas mais frouxas ligadas à indústria bélica.

<sup>73</sup> Basicamente, o termo neoliberalismo se refere à filosofia política de teóricos como Friedrich Hayek e Ludwig Von Mises, cujo argumento fundamental é ideia de que a liberdade econômica é o fundamento da liberdade política e de oposição ao planejamento estatal da economia (DELANTY, 2020).

força do campo conservador e reacionário nacional. Logo, “os evangélicos mais hegemônicos e a onda conservadora convergem entre si” (ALMEIDA, 2020, p. 235).

No bojo do avanço dos evangélicos conservadores no campo sociopolítico nacional, o segmento virou base de apoio à figura política de Jair Bolsonaro em 2018, principalmente nos últimos anos, com a convergência de pautas acerca dos costumes, das políticas ligadas à segurança pública e do neoliberalismo. Portanto, o fortalecimento dessas narrativas capitaneadas por parcela significativa do campo protestante e a ascensão de Bolsonaro ao rol de protagonista da política brasileira esboça a necessidade de seguir contrastando a relação desses dois atores. Silveira (2022) explicita que os evangélicos e católicos conservadores e reacionários inseridos na política brasileira deram amplo apoio a Bolsonaro no que tange às narrativas negacionistas sobre a pandemia da Covid-19, principalmente no combate às medidas restritivas de contenção do vírus e no questionamento da validade científica das vacinas desenvolvidas contra o SARS-Cov-2<sup>74</sup>. Assim, Mariano e Gerardi enfatizam que “a sinergia atual entre o governo Bolsonaro e lideranças evangélicas tende a favorecer a consolidação de uma direita cristã no Brasil” (2020, p. 330).

A relação desses atores constitui importante meio de entendimento do que foi e tem sido as transformações em nossa conjuntura política, contudo, entender mais detidamente a forma como se configurou esse nexos entre os evangélicos e Jair Bolsonaro enquanto chefe do executivo, por meio de sua linguagem política e de suas ações enquanto governante, pode desvendar ainda mais a amplitude do poderio político evangélico sob nossa sociedade e sob uma liderança que vem encarnando e liderando politicamente os valores e as ações reacionárias que caminham em sentido oposto ao do pluralismo social e democrático.

---

<sup>74</sup> Se trata do nome científico do patógeno que causa a Covid-19.

#### **4 O NEXO POLÍTICO-RELIGIOSO ENTRE O GOVERNO BOLSONARO E OS EVANGÉLICOS NO BRASIL**

O papel e a influência política dos evangélicos, sobretudo os pentecostais e neopentecostais, como visto, já faz parte da estrutura e da configuração do poder na sociedade brasileira há algumas décadas. A difusão de uma linguagem política avessa aos preceitos progressistas de organização da vida social, somado à promoção de discursos calcados na temática dos costumes, orientados por uma visão tradicional e regressiva, no que se refere a áreas como família, sexualidade, infância e juventude, se consolidaram como a bandeira política de expressiva parte do segmento.

Embora tenham tido uma relação pragmática com os últimos governos petistas, ocupando cargos e compondo com eles no Congresso Nacional, tal parceria não se mostrou sólida. Ampla parcela dos evangélicos presentes no ambiente político, foram – como já explicitado neste trabalho – assíduos apoiadores do impedimento de Dilma em 2016 e aliados do governo de Michel Temer (MDB), principalmente em projetos de cunho neoliberal sancionados por ele, como o Teto de Gastos, a Reforma Trabalhista, dentre outros.

Mas foi mesmo no processo eleitoral de 2018 que o segmento encontrou um importante aliado político comprometido com suas pautas morais e religiosas. O então Deputado Federal e candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro, ao longo de todo o período que circundou as eleições, explorou discursivamente a pertença religiosa cristã, manipulando o emprego da expressão “nós” pela associação aos cristãos, em especial aos evangélicos que, moralmente, vivem e professam os valores conservadores; e o “eles” para se referir ao segmento oposto, discursivamente definidos como “esquerdistas” e/ou “comunistas”, se caracterizando como um populista de direita (BISSIATI, 2022). Bolsonaro dizia que existia a ameaça de desaparecimento dos valores cristãos caso candidatos vinculados ao PT e à esquerda vencessem a disputa eleitoral (ALMEIDA, 2019).

De modo que o resultado de todo este aceno ao setor evangélico se materializou positivamente para Jair Bolsonaro nas urnas, segundo o Instituto

Datafolha<sup>75</sup>. A pesquisa realizada no dia 25 de outubro de 2018, apontou que o eleitorado evangélico votou em peso em Jair Bolsonaro no pleito eleitoral daquele ano, contabilizando cerca de 20,5 milhões de votos válidos em detrimento de Fernando Haddad (PT), que obteve 9,5 milhões desse eleitorado (ALMEIDA, 2019). Em seu primeiro discurso após eleito, Bolsonaro fez alusão ao um conhecido versículo bíblico, João 8:32, dizendo que “a verdade vai libertar este grande país” e houve uma oração com grupos evangélicos, reforçando sua aliança com esse setor social e religioso (BISSIATI, 2022).

Essa relação não só não se reduziu ao momento eleitoral como foi se estreitando fortemente ao longo de todo o seu mandato presidencial, sob diversos aspectos, como: a nomeação de importantes nomes do campo evangélico para altos cargos no governo; a emissão de decretos e aprovação de leis de interesse do grupo; além de diversos encontros com líderes da bancada e pastores. Todavia, o destaque da parceria política se encontra, especialmente nos pronunciamentos e discursos de Bolsonaro durante seu mandato, recheados de alusões aos elementos que permeiam a simbologia cristã conservadora e reacionária, sobretudo, a do círculo do evangelicalismo pentecostal. Diante disso, exploraremos na continuidade deste capítulo, como se constituiu toda essa parafernália política e discursiva do agora ex-presidente com os atores do campo evangélico durante seu mandato, que foi de 2019 a 2022.

Além disso, elenco por meio de uma tabela, com base tanto nos estudos do sociólogo, Juan J. Linz, como no livro *Como as Democracias Morrem* (2018), de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, um conjunto de características, ancoradas em quatro indicadores de comportamentos avessos à pluralidade política e religiosa, que podem nos servir de auxílio no sentido de reconhecer políticos e lideranças religiosas pouco inclinadas a respeitar os preceitos básicos de um regime democrático e plural.

---

<sup>75</sup> Para ter um acesso mais apurado aos dados, ver <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>.

Tabela 08 - Os quatro indicadores de comportamentos avessos à pluralidade política e religiosa

<p><b>1. Rejeição à pluralidade política e religiosa (ou entendimento débil da questão)</b></p>	<p>As lideranças religiosas e os políticos rejeitam os princípios constitucionais de tolerância política e religiosa ou possuem entendimento dúbios sobre eles, bem como manifestam disposição de violá-los?</p> <p>Consideram seus livros sagrados (vide a Bíblia, Alcorão, Torá, etc.), como superiores à Constituição?</p> <p>Buscam lançar mão (ou endossar o uso) de meios extraconstitucionais para mudar as regras do regime político pluralista?</p>
<p><b>2. Negação da legitimidade de outros grupos religiosos e políticos</b></p>	<p>Descrevem tanto outras religiões como outros grupos políticos como subversivos ou opostos à ordem constitucional existente?</p> <p>Afirmam que outras crenças e adversários políticos, constituem uma ameaça, seja à segurança nacional ou ao modo de vida predominante?</p> <p>Sem fundamentação, descrevem seus rivais partidários e religiosos como criminosos, cuja suposta violação da lei (ou potencial de fazê-lo) desqualificariam sua participação plena no espaço público?</p> <p>Sem fundamentação, sugerem que seus os opositores políticos e as outras religiosidades sejam defensores e promotoras de feitiçaria, além de serem agentes de ideologias “subversivas”, pois estariam trabalhando secretamente em aliança com (ou usando) um governo estrangeiro ou, com frequência, um governo inimigo?</p>
<p><b>3. Tolerância ou encorajamento à violência política e religiosa</b></p>	<p>Possuem quaisquer laços com gangues armadas, forças paramilitares, milícias, traficantes ou outras organizações envolvidas em violência ilícita?</p> <p>Patrocinam ou estimulam eles próprios ou seus fiéis e partidários, ataques de multidões contra outras crenças e oponentes políticos?</p> <p>Endossam tacitamente a violência de seus apoiadores, se recusando a condená-los e puni-los de maneira categórica?</p>
<p><b>4. Propensão à restringir liberdades civis, políticas e religiosas</b></p>	<p>Apoiaram e apoiam leis ou políticas que restrinjam liberdades civis e religiosas, como políticas públicas de prevenção ao crime de intolerância religiosa, leis anti-homofobia ou regulamentação da união civil homoafetiva?</p> <p>Ameaçaram tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais ou de outro segmento religioso na sociedade civil, nas esferas institucionais ou na mídia?</p> <p>Elogiaram medidas repressivas tomadas por governos autocráticos se tratando de liberdades políticas e religiosas, tanto no passado quanto em outros lugares do mundo atual?</p>

Fonte: Próprio autor, 2023.

Nas páginas a seguir, veremos que tanto Jair Bolsonaro, como expressiva parcela dos líderes evangélicos que o apoiam, se encaixam em grande parte nas características acima elencadas, especialmente ao observarmos como os discursos e as ações governamentais desse elo político, demonstram uma repulsa de conviver em um ambiente social, político e religioso composto por diversas visões e crenças.



#### 4.1 O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO: 2019

Em 1 de janeiro de 2019, Bolsonaro tomou posse como o chefe do executivo nacional. A montagem do seu governo, teve como caráter a confluência de três vetores ideológicos que compõem sua linguagem política: o saudosismo militar – especificamente do período ditatorial (1964-1985), o neoliberalismo – capitaneado na pessoa de Paulo Guedes, e o moralismo religioso de raízes cristãs (GOLDSTEIN 2019; LYNCH & CASSIMIRO, 2021). Figuras inseridas em cada uma dessas correntes, ganharam lugar de destaque no alto escalão da administração federal. Cabe dizer que nomes ligados à Lava Jato também obtiveram cargos, com destaque para o ex-juiz Sergio Moro<sup>76</sup> (União Brasil), que foi nomeado Ministro da Justiça e alçado como um dos pilares de sustentação política e popular do governo.

Entretanto, o foco são os acenos e sua relação com os cristãos evangélicos, de maneira que Jair Bolsonaro nomeou a pastora Damares Alves<sup>77</sup> (Republicanos/DF) para ocupar o cargo de Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, posto tido como estratégico pelos protestantes conservadores no que tange ao combate à chamada “ideologia de gênero” e às consideradas “deturpações” feitas pela esquerda na área. Ao tomar posse, Damares afirmou que:

Um dos desafios é acabar com o abuso da doutrinação ideológica. Acabou a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes no Brasil (...).  
Muitas pessoas no Brasil estão perguntando: precisava no Brasil de um Ministério da Família? Sim, gente. (..)  
O governo Bolsonaro vem com uma outra perspectiva. Todas as políticas públicas nesse país terão que ser construídas com base na família (DAMARES..., 2019).

Além disso, outros nomes evangélicos também se tornaram ministros de Bolsonaro naquele momento do governo, totalizando seis<sup>78</sup>. Dentre eles, o pastor da

<sup>76</sup> Em abril de 2020, Moro saiu do comando do Ministério da Justiça por desavenças com o presidente. Porém, em 2022, o ex-juiz foi eleito senador pelo estado do Paraná e apoiou a candidatura presidencial de Bolsonaro no pleito daquele ano.

<sup>77</sup> Damares permaneceu no cargo até o início de 2022, quando saiu para concorrer a uma vaga no Senado Federal pelo Distrito Federal e foi eleita para o cargo.

<sup>78</sup> Lista dos ministros: Onyx Lorenzoni (PL), membro da Igreja Luterana; Marcelo Alvares Antônio (PL), membro da Igreja Maranata; General Luiz Eduardo Ramos (sem partido), membro da Igreja Batista.

Igreja Presbiteriana e jurista André Luiz Mendonça viria a ter importante papel no governo e nos objetivos da ala evangélica do parlamento federal.

No âmbito discursivo, logo em seu pronunciamento de posse no Congresso Nacional, podemos observar que Bolsonaro mobilizou uma série de símbolos religiosos que remetem à linguagem cristã conservadora. Povoado de referência a Deus e às raízes nacionais “judaico-cristãs”, na defesa da família, contra ideologias à esquerda e buscando o “retorno” do Brasil a uma nação “respeitada”, ele disse:

Primeiro, quero agradecer a Deus por estar vivo. Que, pelas mãos de profissionais da Santa Casa de Juiz de Fora, operou um verdadeiro milagre. Obrigado, meu Deus! (...)

Hoje, aqui estou, fortalecido, emocionado e profundamente agradecido a Deus, pela minha vida (...).

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas (...).

Minha campanha eleitoral atendeu ao chamado das ruas e forjou o compromisso de colocar o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos (...).

Com a bênção de Deus, o apoio da minha família e a força do povo brasileiro, trabalharei incansavelmente para que o Brasil se encontre com o seu destino e se torne a grande nação que todos queremos. Muito obrigado a todos vocês. Brasil acima de tudo! Deus acima de todos! (LEIA..., 2019).

Muito do que foi dito no discurso encontra eco em um *modus operandi* político reacionário e conservador de exaltação do povo autenticamente cristão, cultivador da família e das tradições, além de marcar o país como ancorado na precedência da autoridade religiosa (LYNCH & CASSIMIRO, 2021), negando, assim, as múltiplas linguagens religiosas que fizeram e fazem parte da história social brasileira.

Noutro discurso proferido pelo então presidente, em setembro de 2019, na Organização das Nações Unidas (ONU), também é possível identificar os traços mobilizados no discurso acima mencionado.

A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que ele nos revestiu (...).

E, com esses métodos, essa ideologia sempre deixou um rastro de morte, ignorância e miséria por onde passou (...).

Sou prova viva disso. Fui covardemente esfaqueado por um militante de esquerda e só sobrevivi por um milagre de Deus. Mais uma vez agradeço a Deus pela minha vida (VEJA..., 2019).

A batalha contra o “antagonista”, que é a esquerda, junto a um acentuado vitimismo, marcam essa fala do Presidente. Isso nos lembra a perspectiva de Rosanvallon (2020), pois, para os populistas, os adversários políticos não são considerados propriamente adversários, mas unicamente “inimigos”, dos quais o líder é sempre vítima. Nessa fala, a “presença” de Deus na vida das pessoas é também supostamente atacada pela ideologia “esquerdista”, como também, é graças a Ele que Bolsonaro creditsua recuperação do ataque a faca sofrido na cidade de Juiz de Fora (MG) em 2018.

Para além de toda essa narrativa criada por Bolsonaro em torno da noção do “bem” contra o “mal”, com menções a Deus e ao cristianismo como elementos basilares disso, a relação dele com o campo evangélico se intensificou ainda mais ao longo do ano de 2019, tendo sido o primeiro ocupante do Palácio do Planalto a comparecer naquele que é o maior evento evangélico do Brasil, a conhecida Marcha para Jesus<sup>79</sup>, idealizado em 1993 pela igreja do pastor Hernandes Dias Lopes, a Renascer em Cristo (BOLSONARO..., 2019).

Figura 01 - Jair Bolsonaro na Marcha para Jesus em São Paulo no ano de 2019



Fonte: Jornal Folha de S.Paulo, 2019.

---

<sup>79</sup> O evento tem um grande peso simbólico para os evangélicos e ano após ano vem arregimentando milhares de pessoas em diversas capitais do país, principalmente dos setores pentecostais e pentecostalizados do protestantismo nacional.

No evento, o então Presidente afirmou que o Brasil “tem um problema seríssimo de moral, ética e economia”. Disse também, em referência a Deus, que “Foi Ele quem nos deu a Presidência” e que governava “um Estado que é laico, mas ele é cristão”. Afirmou ainda que os evangélicos “foram decisivos para mudar o país” e que, se era Deus acima de todos, logo depois vinha “a família respeitada e tradicional acima de tudo”. O apóstolo Cezar Augusto, da Igreja Apostólica Fonte da Vida, fez uma oração para o mandatário e disse que, com ele no poder, “as mudanças já começaram” e ainda ressaltou: “Tenho certeza que o senhor vai fazer a marcha por mais oito anos. O senhor é um homem de Deus. Com coragem de declarar Deus acima de todos” (BOLSONARO..., 2019).

Já próximo ao Natal daquele ano, Bolsonaro fez um pronunciamento, dessa vez em um encontro com lideranças evangélicas, onde disse:

Entendo também que, pelas mãos de vocês, hoje sou o chefe do Executivo e é motivo de honra e de orgulho e de satisfação vê-los publicamente aceitando Jesus nesta casa (...).  
Nesta casa que estava carente da sua [de Deus] palavra (...).  
O Brasil mudou, o governo mudou (BOLSONARO..., 2019).

Tanto na Marcha para Jesus, como nesse encontro, o mandatário se refere aos evangélicos como protagonistas de sua vitória e da “mudança” que o país precisava, alegando que faltava no Palácio do Planalto a presença de Deus, de modo que o espaço público nacional, na perspectiva dele e dessas lideranças religiosas, tem, por excelência, de conter a linguagem religiosa por eles professada, tendo em vista nossas supostas “raízes judaico-cristãs”.

No entanto, o ano de 2019 não foi produtivo para essa relação político-religiosa somente na esfera discursiva e na ocupação de espaços dentro da burocracia governamental. À baila de todo esse elo que se baseia numa narrativa de cunho moral e conservador, foram sancionadas leis e emitidos decretos por Bolsonaro que se dirigiram às pautas moralizantes do segmento evangélico, tendo sido consideradas pelos parlamentares da bancada como conquistas históricas. O Decreto nº 9.883, de 27 de junho de 2019 (BRASIL, 2019) que alterou a composição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação foi expressivamente comemorado pela ala majoritária do grupo ao retirar do grupo os representantes do movimento LGBTQIA+, demarcando uma das características regressivas do governo no que se refere às políticas para minorias sociais (BISSIATI, 2022).

A lista de afagos perpassou a esfera dos costumes, como, por exemplo, a sanção a Lei Complementar nº 170, de 19 de Dezembro de 2019<sup>80</sup> (BRASIL, 2019), que concedeu isenção fiscal por mais de 15 (quinze) anos a templos religiosos. Essa lei era umas das principais reivindicações das igrejas pentecostais e neopentecostais no Brasil. Numa outra frente, Bolsonaro sancionou a Lei nº 13.964, de 24 de Dezembro de 2019 (BRASIL, 2019), conhecida como Pacote Anticrime, que dentre as diversas mudanças promovidas se destacam as alterações na legislação penal e processual brasileira, sobretudo o aumento do prazo limite para cumprimento de pena privativa de liberdade que passou de trinta para 40 quarenta anos. Embora a lei tenha sofrido alguns vetos, foi considerada pelos conservadores do congresso e conseqüentemente pela base evangélica de Bolsonaro, um avanço no combate ao crime e a impunidade no Brasil.

Tal lei significou um marco não só penal, mas moral para os evangélicos, pois assim como o agora ex-chefe do executivo brasileiro, o setor entendia que havia “pouca repressão” ao crime, além de entenderem que políticas de direitos humanos eram, na verdade, mecanismos que defendiam os criminosos e deixavam desprotegidos os “cidadãos de bem” da família tradicional brasileira. Com isso, é possível perceber como a aderência de parlamentares evangélicos às pautas referentes à segurança pública se dá, tendo em vista a preservação de supostos valores e a oposição a políticas de direitos humanos apoiadas pelo campo progressista (QUADROS & MADEIRA, 2018).

#### 4.2 O SEGUNDO ANO DE GOVERNO: 2020

O ano de 2020 também foi marcado por consideráveis acenos de Bolsonaro ao campo evangélico, como também das lideranças evangélicas – principalmente as do gradiente pentecostal – para o então presidente. O foco em ocupar espaços no governo com o intuito de barrar políticas progressistas seguiu sendo uma tônica para esses atores. Um outro fator também foi combustível político para o estreitamento

---

<sup>80</sup> Altera a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, para permitir a prorrogação por até 15 (quinze) anos das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e destinados a templos de qualquer culto e a entidades beneficentes de assistência social.

dessa relação: a chegada da pandemia de Covid-19 no Brasil e os seus diversos impactos na sociedade, que permitiram uma confluência de discursos e ações políticas entre eles, que marcaram não só o histórico dessa relação, mas a imagem do governo Bolsonaro no mundo.

No âmbito da ocupação de cargos, em janeiro de 2020 o governo nomeou o professor Benedito Guimarães Aguiar Neto para a presidência da CAPES<sup>81</sup>. Sua nomeação foi comemorada por evangélicos membros do governo e por pastores, pois, além de ser evangélico, Benedito se notabilizou por ser um defensor do criacionismo<sup>82</sup> e de seu ensino nas escolas de educação básica e no ensino superior. É sabido que tal teoria não encontra respaldo na comunidade científica nacional e internacional, do mesmo modo que seu ensino nos mais variados níveis de aprendizado é considerado um retrocesso científico e educacional. Seguindo a toada, em julho do mesmo ano Bolsonaro nomeou<sup>83</sup>, em substituição a Carlos Alberto Decotelli, o pastor Milton Ribeiro<sup>84</sup> para o comando do Ministério da Educação. Sua nomeação contou com a forte influência da Frente Parlamentar Evangélica, afinal, ter um dos seus na chefia de MEC representava um fortalecimento do *front* ideológico cristão perante a “doutrinação” de esquerda supostamente “entranhada” no ministério.

Contudo, o ápice nesse ano de todo esse nexos entre Jair Bolsonaro – seus acenos – e as lideranças evangélicas, foram os acontecimentos políticos, epidêmicos e sociais decorrentes da pandemia de Coronavírus que acometeu o Brasil e o mundo. Diante do alto grau de proliferação do vírus e das mortes causadas pela Covid-19, ainda em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS), já recomendava e afirmava que o isolamento social era a medida mais eficaz e necessária no combate à pandemia. Porém, o governo de Bolsonaro, contando com o apoio das lideranças religiosas e de sua base parlamentar, se amparou no discurso religioso e economicista para sabotar essas medidas de contenção do patógeno. Passou a afirmar que sua oposição ao *lockdown* e na defesa do retorno

---

<sup>81</sup> Em abril de 2021 Benedito foi exonerado do comando da CAPES pelo então Ministro Milton Ribeiro.

<sup>82</sup> O criacionismo, em um sentido mais amplo, é a crença de que o homem, a vida em geral, o planeta Terra e o universo foram criados por um ente sobrenatural. No caso dos cristãos, o criador de tudo é Deus.

<sup>83</sup> Sobre a nomeação, ver <https://agenciabrasil.ebc.com.br/it/node/1385576>.

<sup>84</sup> Recentemente exonerado do cargo por permitir com que pastores negociassem verbas do FNDE com prefeitos sem que os religiosos tivessem cargo no MEC.

imediatas das atividades econômicas eram para salvar a economia e o trabalho das pessoas, além de garantir o livre exercício da crença e dos cultos religiosos, desconsiderando o fato de que as aglomerações são um dos principais vetores de circulação do vírus.

Bolsonaro junto com parlamentares da FPE, passaram a atuar politicamente para garantir o funcionamento das igrejas durante o período pandêmico. Trabalharam contra a implementação do Projeto de Lei (PL) nº 1.179/2020 (BRASIL, 2020), que, entre outras medidas, impediria a abertura dos templos religiosos até a data de 30 de outubro de 2020. Mas foi mesmo na emissão do Decreto nº 10.282/2020 (BRASIL, 2020), que, em linhas gerais, permitiu a classificação das atividades religiosas como essenciais no período da pandemia, que o mandatário selou sua intenção de brandir contra as recomendações das autoridades sanitárias e seguir dando afagos ao campo religioso, sobretudo o evangélico.

No dia 26 de março, a FPE fez uma publicação em sua página oficial no Facebook, em que se comemorava a criação do decreto que liberava o funcionamento das igrejas (FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, 2020). O decreto, que foi tido como símbolo da luta pela liberdade religiosa no meio evangélico e causou diferentes posicionamentos em estados e municípios, que possuem autonomia para legislar sobre medidas de enfrentamento ao Coronavírus, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no mês de abril (STF, 2020). No Rio de Janeiro, por exemplo, o prefeito e bispo da IURD, Marcelo Crivella, anunciou que os templos religiosos poderiam seguir abertos no município com o uso obrigatório de máscaras e desde que fosse mantida a distância mínima de dois metros entre os fiéis, além de outras medidas recomendadas pelo Ministério da Saúde (COELHO, 2020). Já o governo do Estado do Piauí – governado na época pelo petista Wellington Dias (PT) –, três dias após publicação do decreto presidencial, expediu o Decreto nº 18.902, de 23 de março de 2020, que determinou a suspensão de diversas atividades, entre elas, as religiosas (GOVERNO DO ESTADO, 2020).

Naquele período, a Frente Parlamentar Evangélica atuava estrategicamente como aliada da política de saúde do governo Bolsonaro (PY, 2020). Além das articulações da FPE, próximo ao período da Páscoa, foi construído um vídeo divulgado no YouTube da Igreja Batista Getsêmani, com o título “Clamor e jejum pelo Brasil – 05 de abril – convocação do presidente Jair Messias Bolsonaro”, objetivando

convocar a população para o #JejumPeloBrasil, marcado para 05 de abril de 2020 (GETSÊMANI, 2020). O vídeo demonstra uma linha de lideranças do setor evangélico, como Edir Macedo, Silas Malafaia, André Valadão, dentre outros que apoiaram o apelo econômico no discurso de Bolsonaro para a quarentena vertical<sup>85</sup> diante da emergência sanitária (PY; SHIOTA; POSSMOZER, 2020).

Entre essas lideranças, uma das figuras mais histriônicas que apoiaram as políticas de saúde do presidente é, sem dúvida, o pastor assembleiano Silas Malafaia. Ao mencioná-lo, é relevante evocar sua ampla proximidade com o mandatário, pois, Bolsonaro já havia frequentado sua igreja com a esposa Michelle, onde, também, celebrou seu casamento, em 2013 (PY, 2020). O pastor foi um dos primeiros a visitar Bolsonaro no hospital quando o ex-presidente sofreu o atentado à faca no período eleitoral de 2018; depois, o recebeu para “orar” diante da vitória eleitoral na igreja (PY; SHIOTA; POSSMOZER, 2020).

Nas questões políticas que surgiram com a pandemia, Malafaia aumentou significativamente o tom de seus vídeos, principalmente na plataforma YouTube para dar apoio a Bolsonaro. O pastor gravou um vídeo no dia 25 de março de 2020, intitulado “Concordo com Bolsonaro! O que é pior: Coronavírus ou caos social?” (MALAFAIA, 2020). Na gravação, o religioso defendeu a quarentena vertical, fundamentando sua posição afirmando que na Itália, até o dia 17 de março, houve registro de milhares de mortes, mas que “somente” havia falecido cinco homens abaixo dos 50 anos, os quais, segundo ele, tinham doenças anteriores, e ainda disse, se referindo à Itália, que “é o país na Europa com mais idosos, e o segundo maior do mundo” (MALAFAIA, 2020; PY; SHIOTA; POSSMOZER, 2020).

Não restam dúvidas que ampla parte das lideranças do campo evangélico foram umas das principais bases de sustentação política do governo naquele ano, assim como a mais enfática na defesa da narrativa sobre os meios nada ortodoxos de lidar com a propagação do vírus defendida por Bolsonaro ao longo de todo o período da pandemia. Ancorados em uma visão regressiva, fatalista e fantasiosa, em 2020, esses atores acentuaram um nexos político fortemente orientado pela criação de falsas narrativas e da ameaça de supostos “inimigos”. Na educação era a “esquerda doutrinadora”, por isso a necessidade de religiosos no MEC; já no âmbito

---

<sup>85</sup> Esse tipo de quarentena, que é amplamente criticada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), presume que somente os grupos vulneráveis fiquem em isolamento, sendo permitida a circulação de pessoas saudáveis mesmo durante os picos de contaminação do vírus.



sanitário, foram diversos “inimigos”, mas, em especial a OMS, os comunistas chineses, o STF e os governadores que, hipoteticamente, queriam “impedir” o povo de trabalhar e inibir a liberdade religiosa no país.

#### 4.3 O TERCEIRO ANO DE GOVERNO: 2021

O terceiro ano de mandato presidencial de Jair Bolsonaro não foi diferente dos anteriores na esfera da religião, sendo recheado de acenos discursivos e políticos ao segmento evangélico. Nomes conhecidos do campo pentecostal buscaram expressar ainda mais a sua força junto ao governo, dessa vez, apoiando fortemente a indicação de um evangélico para o STF. Era objetivo, tanto do presidente como das alas mais ideológicas governo povoar os mais variados espaços do estado brasileiro com nomes conservadores.

Nesse sentido, ganhou força dentro do governo e da bancada evangélica o nome do então ministro da Advocacia Geral da União (AGU) e pastor presbiteriano André Mendonça para ser indicado a uma cadeira no STF. Pastores, deputados e o próprio Bolsonaro, convocaram e realizaram um encontro para negociar essa indicação. Estiveram presentes nomes como Silas Malafaia, Estevam Hernandes e César Augusto – trio que esteve ao lado do presidente no ato com tom golpista no dia 7 de setembro de 2021, em São Paulo, polvilhado de ameaças ao STF. Todos os presentes na reunião, foram unânimes em dizer que “não existe outro nome” que não o do pastor presbiteriano, que segundo eles foi um soldado do bolsonarismo em sua passagem pelo governo. “O presidente [prometeu um evangélico no STF] na campanha eleitoral e depois dela. Nós não botamos faca no pescoço, foi a palavra dele”, disse Malafaia, e seguindo o mesmo *script*, o pastor da igreja Fonte da Vida César Augusto, afirmou, que “O presidente reafirmou que não tem outra opção. A opção é o André, só o André. Estavam todos os líderes aqui. Foi muito positivo, muito positivo mesmo” (EVANGÉLICOS..., 2021).

O encontro serviu como forma de reforçar o apoio do segmento ao nome de André, que vinha sofrendo resistência de alguns senadores como Davi Alcolumbre (União Brasil), que presidia a Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ) e por isso tinha a prerrogativa de pautar sua sabatina no Senado Federal. Nesse período, Bolsonaro buscou reiterar sua intenção de nomear alguém do segmento para o STF. “Se sair o André, no meu compromisso que fiz junto aos evangélicos,

será outro evangélico. Eu acho que o André vai dar certo” e seguiu dizendo “o melhor nome dentro daquele compromisso que eu fiz de indicar o terrivelmente evangélico” (BOLSONARO...,2021).

Como sabido, a intenção de nomear o seu ex-ministro, vinculado ao campo religioso e conservador, servia a um propósito ideológico claro. Em um outro encontro com evangélicos, Bolsonaro disse, ao se referir a André Mendonça:

Ele não quer nem eu que quero perseguir ninguém dentro do Supremo Tribunal Federal. Não queremos perseguir ninguém. Queremos é levar paz lá para dentro, o equilíbrio que essas pautas sobre conservadorismo que estão o tempo todo dentro daquela Casa (BOLSONARO..., 2021).

Figura 02 - Bolsonaro e o então Ministro da AGU André Mendonça



Fonte: Revista Carta Capital, 2021.

O nome de André Mendonça foi aprovado no Senado e posteriormente tomou posse como ministro no STF. Em ambas as ocasiões, o pastor, e agora ministro da Suprema Corte brasileira, participou de comemorações com diversas lideranças evangélicas e com o presidente Bolsonaro, além de ter recebido e feito orações com a então primeira-dama Michelle Bolsonaro nesses encontros.

Na esfera dos pronunciamentos e discursos, assim como feito em 2019, Bolsonaro repetiu a dose em 2021, em seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, proferindo famosos jargões ligados à temática da corrupção, do perigo do socialismo e na recuperação de um país baseado nos preceitos conservadores e reacionários de família:

Estamos há dois anos e oito meses sem qualquer caso concreto de corrupção. O Brasil tem um presidente que acredita em Deus, respeita a Constituição, valoriza a família e deve lealdade a seu povo. Isso é muito, é uma sólida base, se levarmos em conta que estávamos à beira do socialismo (BOLSONARO..., 2021).

O mandatário retomou um determinado sentido de povo e atrelou sua liderança como alguém crente em Deus, além de se colocar como a figura que estava “livrando” o Brasil do socialismo. Nesse caso, os elementos de esquerda são colocados por ele como “inimigos” da moral tradicional, sobretudo a cristã (LYNCH & CASSIMIRO, 2021).

Nessa mesma direção, em um dos muitos encontros com evangélicos, ele seguiu atacando a esquerda e o PT. Se referindo às mudanças e conquistas ideológicas no campo da educação de seu governo, Bolsonaro disse: “Olha, aquele partido [PT] que esteve com o MEC [Ministério da Educação] entregue por 12 anos a uma pessoa [Fernando Haddad], que ficou para trás de mim no segundo turno. E hoje nós temos um pastor no MEC” (BOLSONARO..., 2021). Isso demonstrou a obsessão pela pauta moral e ideológica, tanto de Bolsonaro, como dos protestantes que o apoiaram, nessa e em outras áreas da administração federal.

Todos os diversos e expressivos acenos políticos do governo seguiram surtindo efeito no contingente evangélico brasileiro. Em um levantamento feito no segundo semestre de 2021, o Datafolha captou que Bolsonaro seguiu sendo a preferência da maioria dos eleitores evangélicos em detrimento de outros futuros candidatos, especialmente Lula (DATAFOLHA..., 2021). Além disso, no terceiro ano de governo esboçou a continuidade da potente sinergia política e ideológica entre os principais líderes do universo evangélico e o mandato de Jair Bolsonaro.

#### 4.4 O QUARTO ANO DE GOVERNO: 2022

O último ano de mandato e derradeiro ano eleitoral, foram intensificados ainda mais pelos encontros, pronunciamentos e visitas de Bolsonaro ao campo evangélico. Seus discursos seguiram permeados de alusões a Deus, família, fé e o “nós” contra “eles”, remetendo a esquerda ao espectro nocivo da política nacional. Antes considerado novidade, Bolsonaro passou a ser presença certa nos principais eventos do segmento protestante brasileiro. Na Marcha para Jesus realizada em São Paulo em meados de 2022, o ainda presidente foi recebido por pastores e discursou para milhares de pessoas que ali estavam presentes. Seguindo a mesma linha de tantos outros pronunciamentos, ele disse:

O Brasil é uma referência para o globo todo. É um país que tem vocação para o futuro sem se descuidar do presente. Nós, juntos, com fé, atingiremos os nossos objetivos. É uma missão que eu tenho e só Deus me tira daquela cadeira (...). A nossa fé é inabalável (...). Não há diferença entre nós. O nosso currículo no dia do ponto [sic] final será aquilo que fizemos nessa breve passagem pelo planeta Terra (BOLSONARO..., 2022).

Num claro afronte aos seus adversários políticos e às instituições da República, Bolsonaro coloca Deus como o único capaz de retirá-lo da presidência, além de falar em “nossa fé”, para se inserir como parte do público evangélico, discursivamente identificado por ele como “nós”.

A mobilização de toda uma narrativa moralizante que, como sabido, é amplamente bem aceita pelo segmento, também se repete em seu discurso no evento.

Nós temos uma posição. Somos contra o aborto, contra a ideologia de gênero, contra a liberação das drogas, somos defensores da família brasileira (...). Temos um outro problema, este espiritual que o Brasil não está ausente, que é a luta do bem contra o mal (...). Defendo a família e a liberdade como bem maior, a incluir a liberdade religiosa (BOLSONARO..., 2022).

Em seguida, ao fim do discurso de Bolsonaro, a bispa Sônia convida a plateia a abençoar o presidente, remetendo sua fala também ao tema da família.

Eu quero orar representando todas as mães do Brasil. Não quero filhos drogados, não quero que a malignidade entre na nossa terra. Então, levanta a tua mão porque aqui tem um homem de família. E nós precisamos que ele continue (O QUE..., 2022).

Já num claro tom eleitoral, ambas as falas colocam a figura de Jair Bolsonaro como único representante do “bem” e do modelo de família defendido por eles.

A alusão à guerra do bem contra o mal, marca do populismo reacionário de direita (LYNCH & CASSIMIRO, 2021) e passa a ser uma tônica ainda mais efusiva na performance discursiva desses atores, numa clara ofensiva política que visava ampliar o apoio da população evangélica à candidatura presidencial de Bolsonaro, de modo que a agenda do mandatário esboçou uma verdadeira peregrinação político-religiosa pelo Brasil em busca do voto cristão. Em eventos da Igreja Assembleia de Deus no estado do Maranhão e em Minas Gérias, falando sobre o vindouro processo eleitoral, o ainda presidente seguiu remetendo sua figura e a disputa política que se aproximava ao imaginário cristão. Em um evento em Vitória de Mearim (MA), ele disse que:

No dia do ponto final, nós temos um currículo para ser apresentado. Esse currículo são nossas ações ao longo de toda a vida, bem como as nossas omissões. Quem se abstém, quem diz ‘eu não quero nem esse nem aquele’ está errando também. Esse currículo é o que vai nos dizer se teremos ou não a sonhada vida eterna (BOLSONARO..., 2022).

Já em outro evento, no mesmo dia, dessa vez em Juiz de Fora (MG), Jair Bolsonaro permaneceu falando da responsabilidade política e religiosa que tinham os evangélicos, sobretudo em apoiá-lo, pois, “Muitas vezes você pode fazer alguma coisa e lava as mãos. Está na Bíblia o que aconteceu com Jesus”, e fez a seguinte comparação: “Por vezes, no Brasil, nós passamos por momentos em que as mãos de todos nós decidem o futuro de uma pátria, se vocês querem que esse povo continue livre ou não” (BOLSONARO..., 2022).

A ideia de “liberdade”, também é recorrentemente remetida por Bolsonaro em seus mais variados pronunciamentos, não só, mas principalmente, para o campo religioso cristão, promovendo, assim, uma espécie pânico e/ou *cruzada moral* no imaginário dessas pessoas, em que a liberdade de existência dos preceitos do tradicionalismo religioso cristão estaria supostamente correndo o risco de ser

cerceada em uma eventual vitória do comunismo e da dita “ideologia de gênero”, capitaneadas pelas lideranças de esquerda (MISKOLCI, 2018).

A maratona político-eleitoral de Bolsonaro junto aos evangélicos, para além de visitas à igrejas e eventos do segmento, contou com diversas reuniões junto de pastores no Palácio do Planalto para reforçarem o mútuo apoio. Em um desses encontros, disse: “Mas, como eu acredito em Deus, se fosse para estar do outro lado, nós não seríamos escolhidos. Eu falo ‘nós’ porque a responsabilidade é de todos nós. Eu dirijo a nação para o lado que os senhores assim o desejarem” (BOLSONARO..., 2022). Tais afirmações, refletem – mesmo que discursivamente –, o peso político que o evangelicalismo tem para Bolsonaro, além de demonstrar uma negação da pluralidade religiosa inerente à sociedade brasileira, haja visto, o manifesto de sua intenção em direcionar o país para onde um determinado grupo religioso deseja.

Na continuidade desse encontro, o mandatário fez alusão à indicação de Mendonça para o STF, “Hoje nós temos alguém dentro do STF que tem Deus no coração”. Posteriormente, falando do pastor Milton Ribeiro na chefia MEC, afirmou aos presentes, “Quem esperava um dia no Ministério da Educação termos um pastor evangélico, como o Milton, aqui do nosso lado?” (BOLSONARO..., 2022). Como já dito, tanto o STF como o MEC são considerados por eles espaços estratégicos de luta contra a esquerda.

Figura 03 - Bolsonaro em evento com pastores no Planalto



Fonte: Jornal Folha de S.Paulo, 2022.

Dentre o vasto repertório bélico de palavras mobilizadas tanto por Bolsonaro como por parte das lideranças evangélicas que o apoiam – principalmente as do campo pentecostal –, a noção de guerra foi fortemente difundida também por eles nesse evento. O pastor Agenor Duque, da Igreja Plenitude do Trono de Deus, faz a seguinte afirmação, “Estamos travando uma guerra tão grande como esta que está acontecendo agora” e ainda disse “Não é simplesmente a esquerda contra a direita, é o céu contra o inferno. Não vamos negociar nossa fé, aquilo que cremos” (BOLSONARO..., 2022).

Outros pastores também fizeram pronunciamentos nesse sentido. O pentecostal Silas Malafaia falou que “O que está em jogo neste país não é paixão política. O que está em jogo é nossa nação. Querem entregar o Brasil para a China”, retomando o “perigo” do comunismo e creditando a Bolsonaro o único nome capaz de evitar isso. E numa clara demonstração de afinidade ideológica com o espectro conservador e reacionário, o Bispo JB Carvalho, da agremiação religiosa Comunidade das Nações, relatou que:

Há décadas nós oramos pelo Brasil. Eu acabei de chegar dos Estados Unidos e meus amigos americanos perguntam se Donald Trump era a resposta à oração deles. Agora eles sabem que Trump é a resposta à oração deles. Eu espero que, antes que seja tarde, nós saibamos que Jair Bolsonaro é a resposta às orações da igreja (BOLSONARO..., 2022).

Ao comparar Bolsonaro a Trump, o pastor equipara ambas as figuras como verdadeiros paladinos políticos da direita no continente, além de pretensos “messias” – no sentido bíblico do termo – do campo evangélico na cena política de seus respectivos países. Isso nos remete ao que Finchelstein (2020) chama de uma *teologia política*, praticada por líderes e movimentos caracterizados como populistas ao longo da história, mas, principalmente, na vida política contemporânea.

Tanto o grupo evangélico de apoio ao governo como o próprio governo sofreram um expressivo baque político em 2022 com o estouro do escândalo de corrupção envolvendo o então ministro da educação pastor Milton Ribeiro e pastores aliados dele e de Bolsonaro. Milton foi acusado de ter favorecido pastores ao negociar verbas do FNDE com prefeitos em troca de propina. Além disso, foi divulgado por vários jornais o fato de que Bolsonaro havia intercedido junto ao ministro em favor dos pastores, abrindo o espaço do ministério para que negociassem politicamente (MINISTRO..., 2022).

O desenrolar de toda essa polêmica culminou na exoneração de Milton do MEC, mas não impediu que Bolsonaro seguisse acenando ao segmento e acusando seus adversários, ou melhor, a esquerda, de serem eles os verdadeiros corruptos da política nacional. Em um compromisso de governo no estado do Tocantins, o então presidente negou haver corrupção em sua gestão e se disse orgulhoso da missão dada por Deus em atender o povo brasileiro, afirmando também que “Estamos há três anos e três meses sem corrupção no governo federal” (BOLSONARO..., 2022). Noutro evento, dessa vez com grupos evangélicos, ele discursou afirmando que “O nosso inimigo não é externo, é interno. Não é luta da esquerda contra a direita, é do bem contra o mal. E nós vamos vencer essa luta, porque estarei sempre na frente de vocês” (BOLSONARO..., 2022).

#### 4.5 O PERÍODO ELEITORAL DE 2022: A PEREGRINAÇÃO DE BOLSONARO PELO VOTO EVANGÉLICO

Jair Bolsonaro, iniciou sua pré-campanha e posteriormente a campanha eleitoral visando a reeleição, adotando lemas e investindo na simbologia bíblica cristã. Em um evento do Partido Liberal ocorrido no período anterior ao início oficial da campanha, repetiu por algumas vezes em sua fala, a frase “Nada temeis, nem mesmo a morte, a não ser a morte eterna”, e se orgulhou em dizer que era referência a uma passagem bíblica, sendo confirmada pelo pastor e deputado Marco Feliciano: “Creio que o presidente cita Mateus 10:28, bem como Lucas 12:4-5”. No mesmo pronunciamento Bolsonaro seguiu com seus afagos cunho de religioso, afirmando também que, “Não pretendo substituir nem o padre nem o pastor, mas é muito bom estar entre aqueles que têm Deus no coração” (BOLSONARO..., 2022).

Além disso, em uma entrevista concedida à TV Aratu, afiliada do SBT na Bahia, o então presidente buscou atrelar Lula à defesa do aborto, tema caro ao campo religioso cristão:

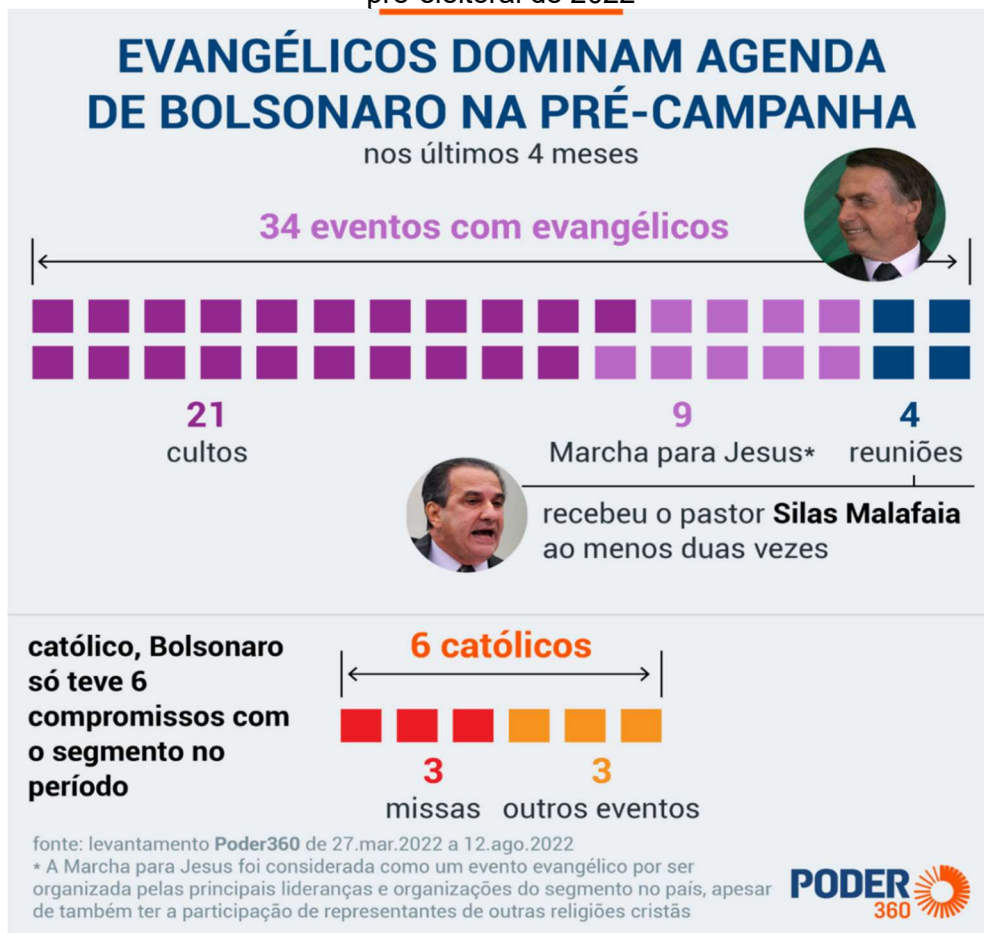
Vamos supor que o Lula não consiga aprovar o aborto dentro do Parlamento. Acho difícil. Ele vai aprovar onde? Dentro do Supremo Tribunal Federal. Então, hoje, tem cinco ou seis ministros do Supremo que já são favoráveis ao aborto. Se o Lula voltar, bota mais dois [ministros] em 2023. Está na cara que vai botar abortista lá também (BOLSONARO..., 2022).



Ao acusar seu principal oponente de ser um defensor do aborto – embora Lula negue tal afirmação –, Bolsonaro o coloca como o extremo oposto da visão de mundo de parcela significativa da população cristã no Brasil, como também se utiliza de uma tática política amplamente praticada pela extrema-direita mundo a fora, que é a manipulação e o falseamento de informações para alcançar algum fim político (DA EMPOLI, 2019).

Dito isso, ao observarmos essa expressiva conexão da figura de Bolsonaro com o setor evangélico, não restam dúvidas que dentro do campo religioso nacional, essa foi a parcela que o mandatário mais se dedicou a angariar voto no período que antecede as eleições, sobretudo pelo elo político-ideológico de raízes populistas construído por eles ao longo de todo o mandato. Um levantamento feito pelo portal de notícias Poder360, ainda durante a pré-campanha bolsonarista, demonstra tal afinidade política.

Figura 04 - Número de agendas de Bolsonaro com evangélicos no período pré-eleitoral de 2022



Fonte: Poder360, 2022.

Veja que, dos quarenta compromissos de Bolsonaro com setores religiosos, a esmagadora maioria foram dedicados ao campo evangélico, contabilizando trinta e quatro, ao passo que somente seis compromissos se deram junto à esfera do catolicismo (BRASIL..., 2022). É importante notar que não houve nenhuma agenda do então presidente dedicada a outras religiosidades que constituem o mapa religioso brasileiro.

Dentre a ampla parcela de lideranças religiosas apoiadoras de Bolsonaro ao longo do seu governo, mas principalmente no período eleitoral, Silas Malafaia, seguiu ocupando papel de destaque, se tornando o principal vocalizador de narrativas reacionárias sobre a vida sociopolítica e sociorreligiosa no Brasil, a fim de respaldar ideologicamente dentro de seu grupo religioso a reeleição de Jair Bolsonaro. Durante a campanha, especialmente no período que antecedeu a votação do segundo turno presidencial, Malafaia fez intensas postagens em seu perfil no Twitter, recheadas de notícias inverídicas e de ataque ao candidato petista com a intenção de beneficiar seu aliado na disputa eleitoral (SILAS..., 2022).

A maratona eleitoral em busca do voto evangélico seguiu sendo uma tônica na campanha bolsonarista, assim como permaneceram intensos seus pronunciamentos tomados por menções a Deus e a toda parafernália simbólica desse segmento religioso. Em discurso proferido na Convenção das Assembleias de Deus do Ministério Madureira, em Goiânia/GO, Jair Bolsonaro credita a fé em Deus como um dos caminhos para superar o aumento do preço de diversos produtos no Brasil, principalmente o do combustível.

Ouso dizer que o Brasil é um dos países que menos sofre economicamente, levando-se em conta o mundo todo. Aqui não tem desabastecimento. Temos dificuldades sim, mas qual é a solução para a isso? É [ter] resiliência, é ter fé, é ter coragem, é acreditar. Por muitas vezes, dobrar os joelhos, e pedir uma alternativa. Nós sabemos que temos que fazer a nossa parte, mas deixar as coisas impossíveis nas mãos de Deus (BOLSONARO..., 2022).

Todo esse investimento foi surtindo efeito eleitoral. Levantamentos feitos no primeiro turno pelo Instituto Datafolha<sup>86</sup> captaram a liderança de Bolsonaro sobre os outros candidatos na preferência do eleitorado evangélico (BOLSONARO..., 2022). É

---

<sup>86</sup> Sobre a pesquisa, ver [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/governo-bolsonaro-autoriza-igreja-evangelica-para-servico-de-engenharia-masrecua.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/governo-bolsonaro-autoriza-igreja-evangelica-para-servico-de-engenharia-masrecua.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa).

possível inferir que isso foi reflexo de toda mobilização político-religiosa, ideológica, discursiva e simbólica feita por Bolsonaro na vigência de seu mandato, somado também ao amplo apoio dado pelas principais figuras e lideranças do evangelicalismo contemporâneo brasileiro hegemonicamente inseridas em vertentes pentecostais e neopentecostais.

Na campanha eleitoral, tanto no primeiro como no segundo turno, Bolsonaro, ciente de sua baixa capilaridade política no eleitorado feminino, ampliou o protagonismo de sua esposa Michelle Bolsonaro nesse período, inclusive, sendo ela muito conhecida no meio evangélico. A entrada de Michelle e de sua imagem na campanha esboçou a intenção não só de trazer uma visão melhor para o governo no que se refere ao público feminino, mas, particularmente, de dar ênfase ao tema da família tradicional e da “valorização” da mulher cristã.

No entanto, a linguagem usada por ela, seguiu a mesma linha da de seu marido. Evocando as habituais dicotomias populistas do nós *versus* eles e do bem contra o mal, além de mobilizar símbolos religiosos e nacionalistas, Michelle viajou o Brasil participando de atos de campanha e de cultos religiosos em que proferiu diversos discursos. Em uma conferência evangélica na cidade de Brasília (DF), a então primeira-dama fez um pronunciamento coberto de menções a Deus.

Essa terra é do Senhor. Essa nação pertence a Deus. E nós estamos aqui para declarar que feliz é a nação cujo Deus é o senhor. E o nosso Deus é o Deus do nosso Brasil (...). Nunca mais a nossa nação, irmãos, será chamada de desamparada. Nunca mais a nossa nação será chamada de assolada. Nunca mais a nossa nação entregará o seu trigo e o seu vinho para alimentar os nossos inimigos (O NOSSO..., 2022).

Já em um culto evangélico na cidade de Belo Horizonte, Michelle afirmou, em referência à campanha eleitoral, que:

É um momento muito difícil, irmãos. Não tem sido fácil. É uma briga, uma guerra do bem contra o mal. Mas eu creio que nós vamos vencer, porque Jesus já venceu na cruz do calvário. Podem me chamar de fanática, podem me chamar de louca. Eu vou continuar louvando nosso Deus. Vou continuar orando [...], porque por muitos anos, por muito tempo, aquele lugar foi consagrado a demônios, cozinha consagrada a demônios, Planalto consagrado a demônios. E, hoje, consagrado ao Senhor Jesus (MICHELLE..., 2022).

O tom dos pronunciamentos da esposa de Bolsonaro, foi coberto de visões reacionárias e antipluralistas, assim como fez seu marido. A afirmação feita em um

templo religioso evangélico de que a nação pertence a Deus – o Deus cristão –, contém em si uma clara negação das divindades adoradas por outras crenças presentes no Brasil. Além do mais, o caráter reacionário dessas falas consiste em imaginar um suposto passado em que o país era tomado político e socialmente pelo cristianismo, inclusive, atribuindo aos adversários na cena política o rótulo de “demônios” e inimigos não só de seu grupo político, mas dos cristãos evangélicos num geral também.

Assim como em levantamentos feitos no primeiro turno eleitoral, no segundo turno as pesquisas do Datafolha também demonstraram a vantagem de Jair Bolsonaro sobre Lula no público evangélico. Na pesquisa realizada próximo ao dia da votação, entre os dias 25 e 27 de outubro de 2022, Bolsonaro tinha 62% das intenções de voto entre os protestantes e o petista 32% (DATAFOLHA..., 2022), demonstrando o resultado positivo eleitoralmente das investidas feitas por Bolsonaro sob esse grupo religioso durante toda a campanha presidencial<sup>87</sup>. Além disso, esses dados esboçavam também o fato de que a ala mais hegemônica do campo evangélico se tornou sob seus mais variados aspectos (pastores, fiéis, parlamentares) uma das – se não a – principal base política e social de Bolsonaro ou do dito “bolsonarismo” na configuração atual da política brasileira.

Toda essa conformação política, amparada no intrínseco nexos entre o governo de Jair Bolsonaro e a parcela hegemônica do campo evangélico, expôs uma série de impactos na manutenção de um regime político amparado no pluralismo político, social e religioso. Durante os últimos quatro anos, a religiosidade evangélica de matriz conservadora e reacionária serviu de amparo político, discursivo e simbólico para que Jair Bolsonaro promovesse uma política populista e regressiva nos mais variados âmbitos – veja o que foi feito na pandemia –, explorando uma narrativa pautada pelo medo e pelo desrespeito aos preceitos mínimos de civilidade política. Não obstante, os pastores e políticos evangélicos que estiveram na base de apoio ao governo, também contribuíram e atuaram fortemente na promoção disso, bem como, se valeram de suas posições para ocupar o estado brasileiro, num claro objetivo de tensionar as bases institucionais que garantem as liberdades civis sob um pretensu argumento belicoso e fundamentalista de luta do “bem” contra o “mal”.

---

<sup>87</sup> A pesquisa mostrou também o fato de que em detrimento da liderança de Bolsonaro sobre Lula no eleitorado evangélico, Lula tinha maior intenção de votos entre os católicos, contando com a preferência de 55% das intenções de voto e Bolsonaro com 39% no segmento (DATAFOLHA, 2020). No pleito Lula saiu vencedor, se elegendendo para o terceiro mandato como chefe do executivo brasileiro.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indagação elementar que permeou todo este trabalho, foi: quando uma determinada religiosidade, inserida em um regime político democrático, passa a ser cooptada por políticos populistas e lideranças religiosas, cujas inclinações ideológicas são conservadoras e reacionárias, isso pode configurar um perigo ao pluralismo sociopolítico e sociorreligioso, próprios da democracia? Certamente, a gama de caminhos para encontrar uma resposta para tal pergunta é inesgotável. Porém, durante os capítulos desta dissertação, busquei, através de um aparato teórico, analítico e empírico, oferecer reflexões sobre essa questão, observando nossa realidade política contemporânea, em especial a relação entre o governo de Jair Bolsonaro e uma expressiva parcela do segmento evangélico presente no âmbito político.

No capítulo inicial, busquei trabalhar o tema da secularização, trazendo duas perspectivas teóricas sobre o fenômeno. Por um lado, temos uma linha interpretativa de verniz racionalista que imaginou, com a emergência do mundo moderno, o paulatino declínio da religião na vida social em seus mais variados aspectos. Essa saída da religião do rol de horizonte único de explicação e ordenamento político e social, foi a base para o que conhecemos hoje como laicidade. Entretanto, como visto, uma sociedade laica ou de estado laico, não tem por objetivo atacar as religiosidades, mas garantir a coexistência de diversas crenças no tecido social. Em alguns casos, a religião é relegada à esfera privada da vida, como mostrei no modelo de laicidade francês, em outros, como o caso norte-americano, a pertença religiosa, sobretudo cristã, é a base de sua conformação, o que em tese, não implica a sobreposição de uma religiosidade por outra.

Por outro lado, uma série de pensadores, ancorados numa vertente crítica do racionalismo moderno, teorizaram e analisaram a relação entre o religioso e o social por uma outra ótica, em que não necessariamente a crença perde espaço para o secular, mas passa a ser na sociedade uma dentre os vários caminhos e linguagens possíveis do indivíduo na busca de sentido e concepção sobre as coisas. Além disso, observaram que o crescimento e a metamorfose de diversas religiosidades no mundo colocou em xeque a narrativa dominante sobre a secularização, assim como trouxe implicações políticas nas mais variadas sociedades.

Foi amparado nessa vertente que trabalhei os dados referentes ao quadro religioso no continente europeu e americano na última década. Demonstrando que em regiões como a Europa e a América do Norte, apesar do crescimento do número de pessoas que não creem, aqueles que seguem alguma religião, são e serão até meados deste século a maioria na demografia religiosa dessas respectivas regiões, com destaque para o avanço do islamismo em diversos países do norte global. Já na América Latina, o que se vê além da manutenção daqueles que professam alguma crença em detrimento dos que não creem é um expressivo aumento do número de evangélicos. O Brasil, como visto, é um caso ainda mais paradigmático, no que tange à expansão do segmento evangélico sobre o mapa religioso. Os dados apontam que o evangelicalismo, em especial de raiz pentecostal, não somente terá o mesmo número de adeptos que o catolicismo nos próximos anos no Brasil, como pode vir a ultrapassá-los nas décadas vindouras.

Toda essa movimentação teórica e quantitativa me permitiu inferir que o elemento religioso não entrou em declínio, como seguiu e segue se dinamizando pelo mundo, inclusive no ocidente, mas vem ganhando ainda mais força no continente latino-americano e mais detidamente no Brasil com o avanço evangélico. Isso em si não expressa um problema na conformação política desses países. Inclusive, à luz das teorias sobre o laicismo, mas também das perspectivas alternativas sobre a secularização, as religiões podem fazer e fazem parte do espaço público. No entanto, a pergunta inicial desta conclusão, se fez e se faz presente, pois a expansão de evangélicos, principalmente de matriz pentecostal na geografia religiosa de um país como o Brasil, pode gerar consequências em seu regime político, seja pela natureza regressiva de parcela desse segmento, ou então, pela sua cooptação por parte de políticos inclinados a um discurso populista e antipluralista.

No capítulo intitulado, *A inserção dos evangélicos na política brasileira*, me dediquei a perseguir essa preocupação observando como se deu o crescimento evangélico em nosso ambiente político, mais especificamente após 1980. Para tanto, discorri sinteticamente sobre a chegada do protestantismo na sociedade brasileira, suas características e diferenças sociais e teológicas, além de sua difusão e transformação ao longo do tempo. Destacando que o *protestantismo de missão*, capitaneado pelos luteranos, foi o primeiro a se inserir em nosso mapa religioso ainda no século XVIII e depois o *protestantismo de emigração*, no início do século

XIX, tendo como suas principais denominações, a anglicanismo, metodismo e as seitas congregacionais, além de Igreja Batista. Posteriormente, já no século XX, houve a chegada e a acentuada difusão do *protestantismo pentecostal*, sendo a Assembleia de Deus e a Congregação Cristã do Brasil as principais denominações dessa esfera do universo evangélico. E, por fim, o *protestantismo contemporâneo* emergido nas últimas décadas do século passado vem se transformando e se capilarizando na sociedade brasileira atual.

Embora complexo e longe de ser consenso acadêmico, tanto o pentecostalismo como suas variações mais contemporâneas, são – como visto ao longo deste trabalho – as que mais possuem adeptos e se destacam no cenário sociopolítico brasileiro. Por isso, partindo dos estudos feitos principalmente por sociólogos como Ricardo Mariano, Antônio Flávio Pierucci, Paul Freston, mas também por outros pesquisadores do tema do pentecostalismo e neopentecostalismo no Brasil, trabalhei suas principais características teológicas, ecumênicas e, conseqüentemente, políticas. Observando mais detidamente, por meio de seus líderes e principais denominações, a maneira como possuem um *modus operandi* religioso, é expressivamente diferente dos aspectos teológicos e sociais de outras correntes do protestantismo e do segmento hegemônico do catolicismo nacional. Afinal, é dado por essas denominações do gradiente pentecostal, acentuado enfoque na guerra espiritual e na conhecida *Teologia da Prosperidade*, que balizam uma ação religiosa e política fortemente amparada no conflito contra um suposto “inimigo demoníaco” majoritariamente associado às religiões de matriz africana e ao espiritismo kardecista. Isso acaba fomentando um discurso bélico e intolerante de negação às outras esferas religiosas brasileiras, mas também ao campo político progressista, considerado historicamente por eles, “defensores” de seitas satânicas e “promotores” do comunismo ateu no Brasil.

O enfoque no pentecostalismo e no neopentecostalismo teve como objetivo não somente explicitar os aspectos nocivos de sua teologia e ação religiosa de cunho belicoso e intolerante nos mais variados sentidos, mas também de demonstrar como essa parcela do evangelicalismo, que é a que mais se debruça em defesa do debate na esfera dos costumes, é calcada numa visão conservadora e regressiva e também ocupa o protagonismo político e numérico da bancada evangélica no Congresso Nacional, desde seu surgimento na década de 80 do século passado.

O crescimento da bancada evangélica, que posteriormente se tornou Frente Parlamentar Evangélica, contou desde o início com o domínio ideológico de parlamentares ligados às igrejas Assembleia de Deus e à Universal do Reino de Deus. Além disso, é possível dizer que esse acentuado avanço numérico ao longo dos últimos 38 anos, propiciou a consolidação desse setor majoritário dos evangélicos como uma das principais forças do campo conservador e reacionário no Brasil, possibilitando um maior ganho de sua importância na estrutura do poder. Diante disso, passaram a negociar com os governos de plantão, mas também, a pautar no seio do parlamento e no espaço público debates ligados à temática da moralidade.

Os acontecimentos políticos da última década e essa consolidação de força do campo evangélico na esfera institucional, deram luz ao fato de que eles se tornaram um dos principais alçozes de políticas públicas em diversos âmbitos, que visavam a defesa de minorias sociais, religiosas e sexuais. Com também, foram juntamente a setores fortemente conservadores do catolicismo, assíduos defensores da contrariedade do aborto, entusiastas de políticas econômicas de cunho neoliberal e promotores de narrativas políticas calcadas no medo, no pânico e, em grande escala, na mentira. Tais questões serviram de ingrediente para que o evangelicalismo brasileiro, majoritariamente o pentecostal reacionário, dirigido por lideranças religiosas e parlamentares da bancada, encontrassem na figura de Jair Bolsonaro o paladino político de seus ideais religiosos, amparados numa linguagem bélica, regressiva e antiplural. Mas fato é que diante do peso político evangélico, Bolsonaro viu neles uma oportunidade de aliança política e ideológica profícua para seus fins enquanto governante.

Seria está simbiose político-religiosa uma das respostas para a pergunta que inicia esta seção final desta dissertação? No capítulo chamado *O nexo político-religioso entre o governo Bolsonaro e os evangélicos no Brasil*, tratei de examinar, através de discursos, falas, pronunciamentos, mas também por meio de indicações políticas e dos decretos e leis, a maneira como se constituiu a relação entre o mandato presidencial de Jair Bolsonaro com o segmento evangélico, com o intuito de buscar dar uma resposta a essa pergunta.

No âmbito discursivo, demonstrei como Bolsonaro de 2019 até 2022 proferiu discursos nos mais diversos contextos, ancorados em acenar ao público evangélico que o apoiava. Em todas as suas falas dedicadas a esse setor – mas não somente,



ênfatiçou a nação brasileira como fundamentada nos preceitos judaico-cristãos, creditou aos seus adversários políticos, os mais diversos males que passava a sociedade brasileira, tornando-os supostos inimigos do povo cristão e dos avanços morais que o país necessitava e, por isso, reiterava a necessidade da luta do “bem” contra o “mal” ou do nós (em referência a ele e o povo cristão) *versus* eles (em alusão à esquerda, principalmente encarnada na figura de Lula). Lideranças evangélicas, com destaque para o pastor Silas Malafaia, fizeram coro a esses pronunciamentos do agora ex-mandatário, promovendo um verdadeiro pânico moral e atribuindo ao campo progressista a defesa do comunismo, do aborto, do ateísmo e do suposto “fim” da liberdade religiosa no país. Ambos os atores expuseram em seus discursos uma clara oposição às raízes plurais de nossa sociedade, além de explicitarem o pretense desejo em tornar de fato o Brasil, sua institucionalidade política e seu tecido social, fundamentalmente amparado numa simbologia e numa moralidade cristã conservadora e reacionária.

Na esfera das indicações políticas, foi visto que o governo Bolsonaro nomeou evangélicos ligados à sua base de apoio para altos cargos na burocracia federal. Nomeações como a da pastora Damares Alves para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; o pastor Milton Ribeiro para o Ministério da Educação; o pastor André Mendonça, respectivamente para o Ministérios da Justiça e da Advocacia Geral da União e posteriormente para o Supremo Tribunal Federal, além de outras indicações que ocuparam cargos de segundo escalão, serviram a um propósito político-ideológico claro, que era o de preencher com nomes dedicados à agenda conservadora do governo lugares chaves do estado brasileiro sensíveis à “influência” da esquerda e promover uma desconstrução de políticas públicas progressistas e/ou simplesmente fundamentadas nos preceitos mais básicos de direitos humanos.

Já as leis e decretos de Jair Bolsonaro, asseveram, na prática, não apenas os acenos à sua principal base religiosa de sustentação política, como expressam o propósito desse elo político-religioso, que foi tanto o de se valerem do Estado para benefício de suas instituições religiosas, mas, primordialmente de barrar quaisquer avanços civilizatórios fundamentais na esfera dos direitos civis e de negar os dados mais factíveis sobre a realidade, como foi o caso da sombria condução da pandemia de Covid-19, feita por Bolsonaro e apoiada por diversas figuras do campo evangélico.

Tudo isso me permitiu inferir que, apesar do elemento religioso não ser em si um problema para a política democrática, podendo contribuir inclusive para sua manutenção e avanço, quando uma determinada religião – como é o caso dos evangélicos no Brasil – é cooptada por religiosos reacionários e políticos populistas de extrema-direita – vide Bolsonaro –, passam a se tornar nocivas à democracia e ao pluralismo político.

Como visto ao longo deste trabalho, a intrínseca relação política construída por esses atores, esboçou o caráter nocivo e belicoso de um discurso e de uma atuação política e religiosa marcada por ataques aos seus adversários e às minorias sociais. A ocupação de cargos ministeriais com o objetivo ideológico de inserir no estado brasileiro figuras do conservadorismo e do reacionarismo religioso, visou não só impossibilitar políticas públicas amparadas no ideário progressista como reorientar nossas instituições no sentido de conter avanços democráticos e civilizatórios no âmbito civil, político e religioso, tudo isso permeado por uma retórica populista de alusão à dicotomia do “bem” contra o “mal”, tendo como cerne a negação e a demonização da diversidade religiosa brasileira.

É importante ressaltar que a multiplicidade de crenças, orientações políticas e posições econômicas e sociais, foram um dos principais aspectos que ensejaram os preceitos de tolerância previstos na Carta Constitucional de 1988. Desrespeitar isso significa atentar contra o regime democrático.

As similaridades desses atores com o antipluralismo e, por consequência, com o autoritarismo, parecem não cessar. No dia 08 de janeiro de 2023, cidadãos brasileiros apoiadores de Jair Bolsonaro, numa espécie de surto político, cognitivo e social, promoveram um ataque sem precedentes às estruturas do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto e da nossa Suprema Corte, danificando-as, com o objetivo golpista de destituir os poderes da República e de supostamente “devolver” o poder ao povo e fazer do Brasil um país ancorado no lema “Deus, Pátria e Família”. Não lograram êxito. Com demora foram contidos pelas forças de segurança. No entanto, apesar de diversos nomes ligados ao grupo político de Bolsonaro terem “repudiado” o ataque, o pastor pentecostal e aliado do agora ex-presidente, Silas Malafaia, recusou criticar o ocorrido e afirmou ser aquela uma “manifestação do povo”, alegando que militantes de esquerda quando depredam o patrimônio público nada é feito. Nomes menos conhecidos do campo evangélico, como o pastor Thiago Bezerra e a pastora Mari Santos da cidade de Manaus/AM,

não só apoiaram, como participaram dos ataques e divulgaram pelas redes sociais diversos momentos da invasão. Diante disso, é possível percebermos que o ápice de toda a selvageria política forjada pelo bolsonarismo, tem como uma parte de sua configuração o fundamentalismo religioso cristão que vem sendo cultivado em nossa sociedade há décadas, tendo encontrado na política praticada por uma figura populista e reacionária, seu meio de atuação.

Nos resta saber e indagar, é possível mandar de volta para os porões da política esse patógeno político-religioso que vem contaminando o espaço público brasileiro?

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gedeon Freire. **Protestantismo Tupiniquim: hipótese sobre a (não) contribuição evangélica à cultura brasileira/** Gedeon Freire de Alencar. 2ªed. São Paulo: Editora Recriar, 2018.

ALENCAR, Gideon Freire. **Todo poder aos pastores, todo trabalho ao povo, todo louvor a Deus. Assémbleia de Deus “1911–46: origem, implantação e militância.** Dissertação de mestrado. Umesp, 2000.

ALMEIDA, Ronaldo. **Bolsonaro Presidente, conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira.** Novos estud. Cebrap. São Paulo. V38, n.01,185-213. Jan.–Abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 24 de jan. 2021.

ALMEIDA, Ronaldo. **Players evangélicos na crise brasileira (2013–2018).** Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI / [organização José Luis Pérez Guadalupe e Brenda Carranza]. — Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

ASAD, Talal. **Formations of the secular: Christianity, Islam, modernity.** Talal Asad. Stanford University Press. Stanford, Califórnia, 2003.

AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil.** ESTUDOS AVANÇADOS 18 (52), 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10027>. Acessado em: 29 de nov. 2022.

BAPTISTA, Saulo de Tarso. **Pentecostais e Neopentecostais na política brasileira.** São Paulo: Annablume, 2009.

BARBOZA FILHO, Rubem. **Razão, religião e democracia.** BOLETIM CEDES – OUTUBRO/DEZEMBRO, 2011. Disponível em: [http://www.cis.pucRio.br/cis/cedes/PDF/out\\_2011/religiao\\_razao.pdf](http://www.cis.pucRio.br/cis/cedes/PDF/out_2011/religiao_razao.pdf). Acesso em: 15 de mar. 2022.

BARBOZA FILHO, Rubem. **As linguagens da democracia.** RBCS Vol. 23 nº 67 junhos/2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcSoc/a/VzcvBFjXKztpTXG64tcBZp/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 15 de mar. 2022.

BERGER, Peter. **Os múltiplos altares da modernidade rumo a um paradigma da religião numa época pluralista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BISPO, Raphael. **Na corrente midiática da fé: comunicação de massa e dinâmicas contemporâneas do testemunho evangélico.** Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 24, n. 52, p. 249–277, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/zxZGsCJt489H3YMg5pMbWQQ/?lang=pt>. Acesso em: 05 de mai. 2022.

BITTENCOURT, Filho J. **Do puritanismo sincrético um ensaio pastoral sobre o protestantismo brasileiro**. In Beozo, José Oscar (org) Curso de verão, São Paulo, Paulus, 1993.

BISSIATI, Edson L.S, LEPORATI, Lara Bortolusci, Liguori, Paula Aparecida Viol, ANDRADE, Marcelle Luiz de. **O conceito de laicidade na atual formulação da política brasileira**. CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 29, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/csonline/index>. Acessado em: 29 de nov. 2022.

BISSIATI, Edson L.S. **Religião e Política no Brasil: o populismo religioso de direita em Jair Bolsonaro**. Revista Neiba, Cadernos Argentina–Brasil, Rio de Janeiro, Vol. 11, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/view/68096>. Acessado em: 22 de dez. 2022.

BOLSONARO evoca ‘guerra do bem contra o mal’ em discurso na Marcha para Jesus. **Folha de São Paulo**, Brasil, 09 de julho de 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/bolsonaro-evoca-guerra-do-bem-contra-o-mal-em-discurso-na-marcha-para-jesus.shtml?pwgt=kikafymmfal27gmvpsybmq4ff8jpnua97vvcz36lry3u8le&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/bolsonaro-evoca-guerra-do-bem-contra-o-mal-em-discurso-na-marcha-para-jesus.shtml?pwgt=kikafymmfal27gmvpsybmq4ff8jpnua97vvcz36lry3u8le&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acesso em: 10 de jul. 2022.

BOLSONARO é ovacionado em marcha para Jesus e fala em problemas de ética, moral e economia. **Folha de São Paulo**, Brasil, 20 de junho de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/bolsonaro-e-ovacionado-em-marcha-para-jesus-e-fala-em-problemas-de-etica-moral-e-economia.shtml> . Acessado em: 20 de jun. 2021.

BOLSONARO e a nova questão religiosa. **Folha de São Paulo**, Brasil, 26 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniustorres/2019/12/bolsonaro-e-a-nova-questao-religiosa.shtml>. Acessado em: 11 de jun. 2020.

BOLSONARO diz que indica outro evangélico se Senado recusar André Mendonça ao STF. **Folha de São Paulo**, Brasil, 27 de setembro de 2021. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/bolsonaro-diz-que-indicara-outro-evangelico-se-senado-recusar-andre-mendonca-ao-stf.shtml?pwgt=kikafyqnn1qx7o88qdbb7gc10akncklr3h88v615zwb4poi&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/bolsonaro-diz-que-indicara-outro-evangelico-se-senado-recusar-andre-mendonca-ao-stf.shtml?pwgt=kikafyqnn1qx7o88qdbb7gc10akncklr3h88v615zwb4poi&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acessado em: 25 de set. 2022.

BOLSONARO diz a evangélicos que Mendonça levará paz e equilíbrio ao STF. **Folha de São Paulo**, Brasil, 26 de outubro de 2021. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/bolsonaro-diz-a-evangelicos-que-mendonca-levara-paz-e-equilibrio-ao-stf.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/bolsonaro-diz-a-evangelicos-que-mendonca-levara-paz-e-equilibrio-ao-stf.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acessado em: 02 de nov. 2022.

BOLSONARO pinta na ONU retrato distorcido do Brasil para base radical. **Folha de São Paulo**, Brasil, 21 de setembro de 2021. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/09/bolsonaro-pinta-na-onu-retrato-distorcido-do-brasil-em-discurso-para-base-radical.shtml?pwgt=kikafyukl68aocuy20rceawso1yadukmf5q4aisaa684onpe&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/09/bolsonaro-pinta-na-onu-retrato-distorcido-do-brasil-em-discurso-para-base-radical.shtml?pwgt=kikafyukl68aocuy20rceawso1yadukmf5q4aisaa684onpe&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acessado em: 25 de jan. 2022.

BOLSONARO testa discurso eleitoral com Deus e pacote modesto de obras. **Folha de São Paulo**, Brasil, 28 de setembro de 2021. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2021/09/bolsonaro-testa-discurso-eleitoral-com-deus-e-pacote-modesto-de-obras.shtml?pwgt=kikafytrmphd9jxjbfjftudzfdq9t6hxsyli3mr51ondxj6&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2021/09/bolsonaro-testa-discurso-eleitoral-com-deus-e-pacote-modesto-de-obras.shtml?pwgt=kikafytrmphd9jxjbfjftudzfdq9t6hxsyli3mr51ondxj6&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acessado em: 14 de abr. 2022.

BOLSONARO diz que chora sozinho no banheiro de casa e que Michelle nunca viu. **Folha de São Paulo**, Brasil, 14 de outubro de 2021. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/bolsonaro-diz-que-chora-sozinho-no-banheiro-de-casa-e-que-michelle-nunca-viu.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/bolsonaro-diz-que-chora-sozinho-no-banheiro-de-casa-e-que-michelle-nunca-viu.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acessado em: 25 de fev. 2022.

BOLSONARO diz durante evento evangélico, que Brasil enfrenta problema espiritual. **Folha de São Paulo**, Brasil, 11 de junho de 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/bolsonaro-diz-durante-evento-evangelico-que-brasil-enfrenta-problema-espiritual.shtml?pwgt=kikafyoppboirahp7k74kqfllpzk7x936sextvrs9tpin0i&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/bolsonaro-diz-durante-evento-evangelico-que-brasil-enfrenta-problema-espiritual.shtml?pwgt=kikafyoppboirahp7k74kqfllpzk7x936sextvrs9tpin0i&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acessado em: 12 de jun. 2022.

BOLSONARO transforma voto evangélico em batalha pela alma do eleitor. **Folha de São Paulo**, Brasil, 16 de julho de 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2022/07/bolsonaro-transforma-voto-evangelico-em-batalha-pela-alma-do-eleitor.shtml?pwgt=kikafz0dgg9p2e7o0pf26m9mscu76os6j7zfv7hh4zwnia&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2022/07/bolsonaro-transforma-voto-evangelico-em-batalha-pela-alma-do-eleitor.shtml?pwgt=kikafz0dgg9p2e7o0pf26m9mscu76os6j7zfv7hh4zwnia&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acessado em: 17 de jul. 2022.

BOLSONARO diz a evangélicos que dirige a nação para onde eles quiserem. **Folha de São Paulo**, Brasil, 08 de março de 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/dirijo-a-nacao-para-o-lado-que-os-senhores-desejarem-diz-bolsonaro-a-pastores-evangelicos.shtml?pwgt=kikafyp6m5enbi5zieaysvfk6d570lbebo4av0m2ddipiw&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/dirijo-a-nacao-para-o-lado-que-os-senhores-desejarem-diz-bolsonaro-a-pastores-evangelicos.shtml?pwgt=kikafyp6m5enbi5zieaysvfk6d570lbebo4av0m2ddipiw&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acessado em: 09 de mar. 2022.

BOLSONARO fala em governo de Deus e sem corrupção em meio à crise de pastores. **Folha de São Paulo**, Brasil, 22 de março de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/bolsonaro-fala-em-governo-de-deus->

[e-sem-corrupcao-em-meio-a-cri-se-dos-pastores.shtml?pwgt=4ptasqx1chlx5tdpo392gcqv0e14d46rk0xfjlt6br6&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/bolsonaro-diz-que-eleicao-e-luta-do-bem-contra-o-mal-em-discurso-com-clima-de-comicio.shtml?pwgt=kikafyornmvhmu41ifnngwukyq1g6gnfvzbp2qezb3f3knb6&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acessado em: 24 de mar. 2022.

BOLSONARO discursa em clima de comício e diz que eleição é luta do 'bem contra o mal'. **Folha de São Paulo**, 22 de março de 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/bolsonaro-diz-que-eleicao-e-luta-do-bem-contra-o-mal-em-discurso-com-clima-de-comicio.shtml?pwgt=kikafyornmvhmu41ifnngwukyq1g6gnfvzbp2qezb3f3knb6&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/bolsonaro-diz-que-eleicao-e-luta-do-bem-contra-o-mal-em-discurso-com-clima-de-comicio.shtml?pwgt=kikafyornmvhmu41ifnngwukyq1g6gnfvzbp2qezb3f3knb6&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acessado em: 23 de mar. 2022.

BOLSONARO adota novo lema religioso de olho em eleitor cristão. **Folha de São Paulo**, Brasil, 13 de abril de 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/04/bolsonaro-adota-novo-lema-religioso-de-olho-em-eleitor-cristao.shtml?pwgt=kikafyveg3bonu0jvi1l2gv6o2ssm4jboq1rnc4d6om4rf9e&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/04/bolsonaro-adota-novo-lema-religioso-de-olho-em-eleitor-cristao.shtml?pwgt=kikafyveg3bonu0jvi1l2gv6o2ssm4jboq1rnc4d6om4rf9e&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acessado em: 14 de abr. 2022.

BRASIL tem recorde de candidatos com denominações evangélicas. **Poder360**, Brasil, 15 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/brasil-tem-recorde-de-candidatos-com-denominacoes-evangelicas/>. Acessado em: 15 de dez. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Ata de Eleição da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, 21 de outubro de 2015. Disponível em: [http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente\\_Parlamentar/53658-integra.pdf](http://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/53658-integra.pdf). Acessado em: 29 de jul. 2017.

BRASIL. **Lei complementar nº 170, de 19 de dezembro de 2019**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp170.htm). Acessado em: 16 de jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm). Acessado em: 16 de jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.883, de 27 de junho de 2019**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2019-2022/2019/Decreto/D9883.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Decreto/D9883.htm). Acessado em: 16 de jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais**. Brasília: Planalto, 20 mar. 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm). Acesso em: 2 jun. 2022.

BURITY, Joanildo. **Itinerário histórico-político dos evangélicos no Brasil**. Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI / [organização José Luis Pérez Guadalupe e Brenda Carranza]. — Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

CASANOVA, J. **Public religions in the modern world**. Chicago: University Chicago Press, 1994.

CASANOVA, J. **The Secular and Secularisms**. Social research Vol 76: No 4: Winter 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40972201>. Acessado em: 21/05/2022.

COELHO, Henrique. Crivella mantém medidas de isolamento no Rio, mas garante abertura de templos. **G1** Rio de Janeiro, p. 1, 25 maio 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/25/crivella-mantem-medidas-de-isolamento-no-rio-devemos-esperar-mais.ghtml>. Acessado em: 31 maio de 2022.

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**. Em: *Os Pensadores*. Tradução de José Arthur Giannotti. 2.ed. São Paulo: abril Cultural, 1983.

CONGRESSO EM FOCO. **Renovada, bancada evangélica chega com mais força no próximo Congresso**. 2018. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/renovada-bancada-evangelica-chega-com-mais-forca-no-proximo-congresso/>. Acessado em: 29 de jul. 2019.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. **Informe 2018 Latinobarómetro**, 2019. Recuperado de: <http://www.latinobarometro.org/latContents.jsp>. Acessado em: 14 de set. 2022.

COSTA, Fernando Coelho. **Evangélicos progressistas: uma experiência política no período de abertura democrática no Brasil**. Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade (RICS) São Luís – Vol. 4 – Número Especial – Jul./Dez. 2018. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/10549>. Acessado em: 29 de nov. 2022.

COWAN, Benjamin Arthur. **“Nosso Terreno” crise moral, política evangélica e a formação da ‘Nova Direita’ brasileira**. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.101–125, jan/abr 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/PXDGNyTGFbCvRs7z46k35rm/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 29 de nov. 2022.

DA EMPOLI, Giuliano. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

DATAFOLHA: evangélicos não trocam Bolsonaro por Lula, apesar de aborrecimentos com o governo. **Folha de São Paulo**, Brasil, 17 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/datafolha-evangelicos-nao-trocam-bolsonaro-por-lula-apesar-de-aborrecidos-com->



[governo.shtml?pwgt=kikafz19s4d5prqr2e3hcf3dy94o7hq1zs9cibc1x84dyj2a&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift.](#) Acessado em: 25 de nov. 2022.

DELANTY, G. **Critical theory and social transformation: crises of the present and future possibilities.** Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Evangélicos crescem no Congresso: PSC tem mais representantes.** DIAP. Brasília, s/d. Disponível em: [http://www.diap.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14637-evangelicos-crescem-no-congresso-psc-lidera-em-numero-de-parlamentares.](http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14637-evangelicos-crescem-no-congresso-psc-lidera-em-numero-de-parlamentares) Acessado em: 25 de jun. 2017.

DINIZ, José. **Transição Religiosa – Católicos abaixo de 50% até 2022 e abaixo do percentual de evangélicos até 2032,** 2018. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/12/05/transicao-religiosa-catolicos-abaixo-de-50-ate-2022-e-abaixo-do-percentual-de-evangelicos-ate-2032-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/> Acessado em: 15 de set. 2022.

DUTRA, Roberto, Lellis, Nelson. **Crise programática e moralização da política: Religião em tempos de Covid-19: vírus, biopoder e vida** [recurso eletrônico] / organização de Fábio Py e Emerson Sena. – Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2022.

DREHER, Martin. **Brasil e germanidade,** São Leopoldo, Sinodal, 2003.

EATWELL, Roger & GOODWIN, Matthew. **National Populism: The Revolt against Liberal Democracy.** New York: Pelican Books, 2018.

EM Marcha para Jesus, Bolsonaro repete a evangélicos que só Deus o tira do Planalto. **Folha de São Paulo,** Brasil, 21 de maio de 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/em-marcha-para-jesus-bolsonaro-repete-a-evangelicos-que-so-deus-o-tira-do-planalto.shtml?pwgt=kikafyxxrf8bmxh0b4y52aidwxzx7gyelmd6xyfghwmhvya&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift.](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/em-marcha-para-jesus-bolsonaro-repete-a-evangelicos-que-so-deus-o-tira-do-planalto.shtml?pwgt=kikafyxxrf8bmxh0b4y52aidwxzx7gyelmd6xyfghwmhvya&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift) Acessado em: 22 de mai. 2022.

EVANGÉLICOS encontram Bolsonaro e peregrinam em ‘batalha final’ por André Mendonça ao STF. **Folha de São Paulo,** Brasil, 15 de setembro de 2021. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/evangelicos-encontram-bolsonaro-e-peregrinam-em-batalha-final-por-andre-mendonca-ao-stf.shtml?pwgt=kikafyqzeyvwmk8rka9y3cfoip5ak2rbollflot2yj5f2gaq&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift.](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/evangelicos-encontram-bolsonaro-e-peregrinam-em-batalha-final-por-andre-mendonca-ao-stf.shtml?pwgt=kikafyqzeyvwmk8rka9y3cfoip5ak2rbollflot2yj5f2gaq&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift) Acessado em: 14 de set. 2022.

FAJARDO, Maxwell. **Assembleia de Deus no Brasil: a Igreja que cresce enquanto se fragmenta.** Azusa – Revista de Estudos Pentecostais, V, p. 161–186, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/8487718/Assembleia\\_de\\_Deus\\_no\\_Brasil\\_a\\_Igreja\\_que](https://www.academia.edu/8487718/Assembleia_de_Deus_no_Brasil_a_Igreja_que)

[cresce enquanto se fragmenta Azusa Revista de Estudos Pentecostais v V p 161 186 2014](#). Acessado em: 24 de mai. 2022.

FERNANDES, Rubem César (org). **Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política**. Rio de Janeiro, Maud/ISER, 1998.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história**. Federico Finchelstein: (Tradução Jaime Araújo), São Paulo, Almedina, 2019.

FONSECA, Alexandre Brasil. **“Pluralismo religioso e relação religião–estado: Uma análise da presença evangélica no legislativo federal”**. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, Londrina, agosto de 2004. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/28-encontro-anual-da-anpocs/st5/st25-1/4091-afonseca-pluralismo/file>. Acessado em: 12 de jan. 2021.

FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA. **Restrição aos cultos até 30 de outubro é derrubada após articulação da Frente**. Facebook. 02 abr. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/fparlamentarevangelica>. Acesso em: 15 maio 2020.

FRESTON, Paul. Brasil: **en busca de un proyecto evangélico corporativo**. Em: PADILLA, R. (Comp.). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI / [organização José Luis Pérez Guadalupe e Brenda Carranza]**. — Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

FRESTON, Paul. **As duas transições futuras: católicos, protestantes e sociedade na américa latina**. Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 12, n. 12, p. 13–30, outubro de 2010. Disponível em: <https://sumarios.org/artigo/duas-transi%C3%A7%C3%B5es-futuras-cat%C3%B3licos-protestantes-e-sociedade-na-am%C3%A9rica-latina>. Acessado em: 28 de nov. 2022.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. Tese de Doutorado, Campinas, IFCH–Unicamp, 1993. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279821>. Acessado em: 28 abr. 2020.

GARCÍA–RUIZ, J. & MICHEL, P. **Neopentecostalismo y globalización**, 2014. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01025311>. Acessado em: 02 de jul. 2022.

GETSEMANI, Igreja Batista. **Clamor e jejum pelo Brasil: 05 abril – convocação do presidente Jair Messias Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MV7vR1ZX19Q>. Acesso em: 06 maio 2022.

GOLDSTEIN, A. **Bolsonaro. La democracia de Brasil en peligro**. Buenos Aires: Marea Editorial, 2019.

GOVERNO DO ESTADO (Piauí). Diário Oficial. **Decreto, nº 18.902, de 23 de março de 2020**. Teresina. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/IMG-20200323-WA0032.jpg>. Acesso em: 31 maio 2022.

GUADALUPE, José Luiz Pérez. **Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana**. Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI / [organização José Luis Pérez Guadalupe e Brenda Carranza]. — Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

GROTIUS, Hugo. **O direito da guerra e da paz**. Trad. de Ciro Mioranza. Ijuí: Unijuí, 2004.

GRZYMALA–BUSSE. **Why comparative politics should take religion (more) seriously**. Annual Review of Political Science. Vol. 15:421–442, 2012. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-polisci-033110-130442>. Acessado em: 22 de dez. 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Dialética da secularização: sobre razão e religião**/Jürgen Habermas, Joseph Ratzinger. Organização e prefácio de Florian Schuller;(tradução de Alfred J. Keller).– Aparecida, SP. Ideias e Letras, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Fé e saber**. Tradução Fernando Costa Mattos.– I. ed. –São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós–metafísico: estudos filosóficos**. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HANEGRAFF, Wouter J. **Definindo Religião. Apesar da História**. Religare, ISSN: 19826605, v.14, n.1, agosto de 2017, p. 202–247. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/37583>. Acessado em: 05 de ago. 2022.

INSTITUTO DATAFOLHA. **Pesquisa Eleitoral Datafolha de 25/10/2018**. <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>. Acessado em 16/10/2021.

JAY, John. “**Dos perigos que podem resultar da influência e hospitalidade das nações estrangeiras**” In: HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. O Federalista. Tomo 1. Rio de Janeiro: TYP. IMP. E CONST. DE J VILLENEUVE e COMP., 1840. Disponível em: [http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/17661/federalista\\_hamilton\\_madisson\\_volume1.pdf?sequence=3](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/17661/federalista_hamilton_madisson_volume1.pdf?sequence=3). Acessado em 10 de ago. 2022.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Vozes, 2000.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOLAKOWSKI, Leszek. **O Diabo**. Religião e Sociedade, 1985. Disponível em: <https://religioesociedade.org.br/revistas/v-12-no-02>. Acessado em: 02 de jan. 2023.

LEIA a integra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse no congresso. **Folha de São Paulo, Brasil**, 01 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acessado em: 11 de Jun. 2021.

LEVITSKY, Steven, ZIBLATT, Daniel. **“Como as democracias morrem”**. Tradução Renato Aguiar.–1.ed.–Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIGUORI, Paula Aparecida Viol. **Gramática do Nacionalismo: Repensando o Conceito**/ Paula Aparecida Viol Liguori, 2020.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LOPES, Noemi Araújo. **A frente parlamentar evangélica e sua atuação na câmara dos deputados**. Monografia (Conclusão ao curso de graduação em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, UNB: Brasília, 2013. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7140/1/2013\\_NoemiAraujoLopes.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7140/1/2013_NoemiAraujoLopes.pdf). Acessado em: 09 de out. 2021.

LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018– 2021)**. AISTHESIS Nº 70: 223–249 • ISSN 0718–7181. Instituto de Estética – Pontifícia Universidade Católica de Chile, 2021. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-71812021000200223](https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-71812021000200223). Acesso em: 21 de set. 2022.

MACEDO, Edir. **Orixás, caboclos e guias: deuses ou demônios?** Rio de Janeiro, Universal Produções, 1988.

MALAFAIA, Silas. **Concordo com Bolsonaro! O que é pior: coronavírus ou caos social?** Youtube, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IJX3MTNEZE0>. Acesso em: 20 maio 2022.

MARKOE, L. White **Evangelicals, Catholics and MormonsCarried Trump**. **National Catholic Reporter**. 09 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.ncronline.org/news/politics/white-evangelicals-catholics-and-mormonscarried-trump>. Acesso em: 08 de set. 2022.

MARQUES, Alexandre Bacelar. **Charles taylor: a secular age. Resenhas**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 29(2): 220–237, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/x3W7PxxkjHDsLjyPjKvHbjZg/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 30 de mai. 2022.

MARIANO, Ricardo. **Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos**. Civitas. Porto Alegre v. 11 n. 2 p. 238–258 maio–ago. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9647>. Acessado em: 09 de mai. 2021.

MARIANO, Ricardo, PIERUCCI, Antônio Flávio. **O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor**. Novos Estudos n° 34, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5134>. Acessado em: 08 de jun. 2021.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, André Dirceu. **Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita**. Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI / [organização José Luis Pérez Guadalupe e Brenda Carranza]. — Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, André Dirceu. **Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores**. Revista USP • São Paulo • n. 120 • p. 61–76 • janeiro/fevereiro/março, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/155531>. Acessado em: 15 de jan. 2022.

MANNHEIM, Karl. **Conservative Thought**. In: Essays on Sociology and Social Psychology. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1959.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas**. REVISTA USP, São Paulo, n.67, p. 48–67, 2055. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13455/15273/16429>. Acessado em: 02 de jan. 2023.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **Sindicato de mágicos: pentecostalismo e cura divina**, São Bernardo do Campo, Estudo da Religião 8, ano VI, Outubro de 1992. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/sacrilegens/article/download/26776/18479/105987>. Acessado em: 13 de dez. 2022.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica brasileira: 1890–1930**. São Paulo. Ed: Companhia das Letras, 2009.

MICHELLE comanda culto ao lado de Bolsonaro e diz que Planalto era ‘consagrado de demônios’. **Folha de São Paulo**, Brasil, 07 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/michelle-comanda-culto-ao-lado-de-bolsonaro-em-bh-na-busca-por-eleitoras.shtml>. Acessado em: 08 de ago. 2022.

MINISTRO da Educação diz priorizar amigos de pastor a pedido de Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, Brasil, 21 de março de 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/ministro-da-educacao-diz-priorizar-amigos-de-pastor-a-pedido-de-bolsonaro-ouca-audio.shtml?pwgt=kikafyynmil9nnizclrjo26awq0vjuy0oii6ffps6g3t3h1e&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwaqift](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/03/ministro-da-educacao-diz-priorizar-amigos-de-pastor-a-pedido-de-bolsonaro-ouca-audio.shtml?pwgt=kikafyynmil9nnizclrjo26awq0vjuy0oii6ffps6g3t3h1e&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwaqift). Acessado em: 23 de mar. 2022.

MISKOLCI, R. **Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”**. Cadernos Pagu, Campinas, v. 53, jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/7Yd3hfBsD9rH3NW3YqPpzd/abstract/?lang=pt>. Acessado em: 10 de jan. 2023.

MONTERO, Paula. **Religião e dilemas da sociedade brasileira**. In: MICELI, Sérgio. O que ler em ciência social no Brasil. Caxambu, ANPOCS, 1999.

MÜLLER, Jan-Werner. **What is populism?** Londres, Penguin. 2017.

NACIONALISMO hindu suplanta promessa de secularismo na Índia. **DW**, Brasil, 15 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/nacionalismo-hindu-suplanta-promessa-de-secularismo-na-%C3%ADndia/a-62815491>. Acessado em: 02 de jan. 2022.

NIESTZCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência** (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2001.

O QUE ninguém viu na Marcha para Jesus. **Folha de São Paulo**, Brasil, 20 de julho de 2022. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/colunas/juliano-spyer/2022/07/o-que-ninguem-viu-na-marcha-para-jesus.shtml?pwgt=kikafyrlyzubn454d58kp16gvejqbujqqvs0tkopx7qqbuo2&utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwagift](https://www1.folha.uol.com.br/colunas/juliano-spyer/2022/07/o-que-ninguem-viu-na-marcha-para-jesus.shtml?pwgt=kikafyrlyzubn454d58kp16gvejqbujqqvs0tkopx7qqbuo2&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagift). Acessado em: 21 de jul. 2022.

‘O NOSSO Deus é o Deus do nosso Brasil’, diz Michelle Bolsonaro. **Folha de São Paulo**, Brasil, 24 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/redesocial/2022/09/o-nosso-deus-e-o-deus-do-nosso-brasil-diz-michelle-bolsonaro.shtml>  
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/michelle-comanda-culto-ao-lado-de-bolsonaro-em-bh-na-busca-por-eleitoras.shtml>. Acessado em: 26 de set. 2022.

ORO, A. P. **A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 53, p. 53–69, out. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/n7JKdMPyTKH7yBBFSgr6PhP/?lang=pt&format=pdf>. Acessado em: 05 de mar. 2022.

ORO, A. P. **A Igreja Universal e a política**. In: BURITY, J.; MACHADO, M. DAS D. C. (Eds.). Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Massangana, 2006. p. 119–147.

ORO, A. P., CAMURÇA, Marcelo Ayres. **Da secularização ao espaço público: meandros e mediações frente ao esquema de separação entre secular e religioso**. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 24, n. 52, p. 7–20, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/kJGX5pdc7fWZvdbq43HqC7K/?lang=pt>. Acessado em: 25 de jun. 2022.

PRANDI, Reginaldo. **Um sopro do Espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático**. São Paulo, Edusp & Fapesp, 1997.

PRANDI, Reginaldo, SANTOS, Renan William dos, BONATO, Massimo. **Igrejas evangélicas como máquinas eleitorais no Brasil**. Revista USP • São Paulo • n. 120 • p. 43–60 • janeiro/fevereiro/março 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/155530>. Acessado em: 02 de fev. 2022.

PEW RESEARCH CENTER. **Religi3n en Am3rica Latina: cambio generalizado en una regi3n hist3ricamente cat3lica**, 2014. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/wp-content/uploads/sites/7/2014/11/PEW-RESEARCH-CENTER-Religion-in->. Acessado em: 15 de set. 2022.

PEW RESEARCH CENTER. **O futuro das religi3es mundiais: proje3es de crescimento populacional**, 2010–2050, 2015. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2015/04/02/north-america/>. Acessado em: 14 de set. 2022.

PEW RESEARCH CENTER. **O futuro das religi3es mundiais: proje3es de crescimento populacional**, 2010–2050, 2015. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2015/04/02/europe/>. Acessado em: 14 de set. 2022.

PEW RESEARCH CENTER. **O futuro das religi3es mundiais: proje3es de crescimento populacional**, 2010–2050, 2015. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2015/04/02/europe/>. Acessado em: 14 de set. 2022.

PIERUCCI, Ant4nio Fl3vio. **Representantes de Deus em Bras3lia: A bancada evang3lica na constituinte**. Ci3ncias Sociais hoje. S3o Paulo, V3rtice e ANPOCS, 1989. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000892256>. Acessado em: 08 de mar. 2021.

PY, F3bio, REIS, Marcos Vinicius de Freitas. **Cat3licos e evang3licos na pol3tica brasileira**. Estudos de Religi3o, v. 29, n. 2 • 135–161 • jul.–dez. 2015 • ISSN Impresso: 0103–801X – Eletr4nico: 2176–1078. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6342541.pdf>. Acessado em: 21 de set. 2022.

PY, F3bio. **Pandemia cristofascista**. S3o Paulo: Recriar, 2020.

PY, F3bio; SHIOTA, Ricardo, POSSMOZER, Michelli. **Evang3licos e governo bolsonaro: alian3a nos tempos de covid–19**. Conflu3ncias, ISSN: 1678–7145, E-ISSN: 2318–4558, Niter4i/RJ V. 22, n.2 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/43024>. Acessado em: 23 de dez. 2022.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis, MADEIRA, Rafael Machado. **Fim da direita envergonhada? Atua3o da bancada evang3lica e da bancada da bala e os caminhos da representa3o do conservadorismo no Brasil**. Opini3o P3blica, Campinas, vol. 24, n3 3, set.–dez. p. 486–522, 2018. Disponível em

<https://www.scielo.br/j/op/a/fb7t4KkpVsJfvHwgLn3wxS/?format=pdf&lang=pt>.

Acessado em: 01 de jun. 2021.

RAWLS, John. **A Ideia de Razão Pública Revisitada**. IN: **O Liberalismo Político**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

ROCHA, Camila. **Cristianismo ou Conservadorismo? O Caso do Movimento Antiaborto no Brasil**. Revista TOMO, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 36, p. 43–78, jan/jun. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/12777>. Acessado em: 04 de jun. 2022.

ROCHA, Camila. **“Menos marx, mais Mises”**: uma gênese da nova direita brasileira (2006–2018) / Camila Rocha; orientador Adrian Gurzza Lavalle. São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Elisa. **Religião e violência: uma leitura fenomenológica**. Estudos Teológicos São Leopoldo v. 59 n. 1 p. 61–79 jan./jun. 2019. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/3615](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/3615). Acessado em: 02 de jan. 2023.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil: uma análise sócio-religiosa**. Rio de Janeiro, vozes, 1979.

RORTY, Richard. **Filosofia como política cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ROSANVALLON, Pierre. **El siglo del populismo: Historia, teoría, crítica**. Publicado por: Galaxia Gutenberg, S.L. Av. Diagonal, 361, 2.º 1.ª 08037–Barcelona. Edición en formato digital: agosto de 2020.

SENA, Emerson. **COVID–19, BIOPODER E CAMPO CRISTÃO**: Religião em tempos de Covid–19: vírus, biopoder e vida [recurso eletrônico] / organização de Fábio Py e Emerson Sena. – Campos dos Goytacazes, RJ: EdUENF, 2022.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: **classes e ideologias cruzadas**. NOVOS ESTUDOS 97. NOVENBRO, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp/?lang=pt>. Acessado em: 03 de mar. 2021.

SOARES, R. R. **Espiritismo: a magia do engano**. Rio de Janeiro, Graça Editorial, 1984.

SOUZA, Marco Aurelio Dias. **A eleição de Donald Trump e a reconfiguração da direita religiosa estadunidense**, 2018. Donald J. Trump e a Ascensão Populista: embates ideológicos nos EUA e seus desdobramentos e impactos na conjuntura política internacional. ISSN 2596–108X. Disponível em: [https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI\\_MundoeDesenvolvimento/article/view/9](https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/9). Acessado em: 19 de set. 2022.



SMITH, G. A. **Many evangelicals favor Trump because he is not Clinton**. Pew Religion Fórum. 23 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.pewresearch.org/facttank/2016/09/23/manyevangelicalsfavortrumpbecauseheisnotclinton/>. Acesso em: 07 de set. 2022.

SIPIERSKI, Paulo D. **Pós-pentecostalismo e Política no Brasil**. Estudos teológicos, nº 37, pg. 28–46, 1997. Disponível em: [http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/view/776](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/776). Acessado em: 12 de dez. 2022.

SILAS Malafaia cita Bolsonaro 57 vezes, e Deus apenas 10 durante 2º turno. **Brasil de Fato**, Brasil, 22 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/20/silas-malafaia-cita-bolsonaro-57-vezes-e-deus-apenas-10-durante-o-2-turno>. Acessado em: 23 de out. 2022.

SILVA, Victor Augusto Araújo. **A religião distrai os pobres? Pentecostalismo e voto redistributivo no Brasil**. Victor Augusto Araújo Silva; orientadora Marta Teresa da Silva Arrecthe. 2019.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus: Quem são os evangélicos e porque eles importam**. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

STF reconhece competência concorrente de estados: **Distrito Federal, municípios e União no combate à Covid-19**. Brasília, 15 abr. 2020. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>. Acesso em: 1 jun. 2022.

TAYLOR, Charles. **A secular age**. Harvard University Press, 2007.

**Treaty of westphalia. 1648**. Disponível em: [http://avalon.law.yale.edu/17th\\_century/westphal.asp](http://avalon.law.yale.edu/17th_century/westphal.asp). Acessado em 20 de ago. 2022.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1998.

TORMEY, Simon. **Populismo: uma breve introdução**/ Simon Tormey; tradução Mário Molina. São Paulo: Cultrix, 2019.

UM país de macumbeiro com um juiz terrivelmente evangélico no STF. **Carta Capital**, Brasil, 05 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/um-pais-macumbeiro-com-um-juiz-terrivelmente-evangelico-no-stf/>. Acessado em: 10 de jan. 2022.

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães. **Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF v. 13 n. 2, Dezembro, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12425>. Acessado em: 04 de abr. 2021.

VEJA a mais recente polêmica de Nikolas Ferreira. **Veja**, Brasil, 12 de outubro de 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/a-mais-recente-polemica-de-nikolas-ferreira-agora-sobre-jesus/>. Acessado em: 03 de jan. 2023.

VEJA a integra do discurso de Bolsonaro na ONU com checagens e contextualizações. **Folha de São Paulo**. Brasil, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-onu-com-checagens-e-contextualizacoes.shtml>. Acessado em: 11 de Jun. 2020.

WEBER, Max. **“Rejeições religiosas do mundo e suas direções”** in: “Ensaio de sociologia”. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

WEBER, Max. ***A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo***. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

ZÚQUETE, José Pedro. **Populism and Religion**. IN: \_\_\_\_\_. The Oxford Handbook of Populism. Published in the United States of America by Oxford University Press 198 Madison Avenue, New York, NY 10016, United States of America. 2017. p. 565–590.

ZYLBERSZTAJN, Joana. **O princípio da laicidade na Constituição Federal de 1988**. 2012. Tese (Doutorado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: [http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-11102012-111708/publico/Joana\\_Zylbersztajn\\_TESE\\_Corrigido.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-11102012-111708/publico/Joana_Zylbersztajn_TESE_Corrigido.pdf). Acessado em: 14 de jul. 2022